UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PPG
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – DEDC – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE – PPGEduC

LEONARDO SILVEIRA SANTANA

AUTORIA, SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

SALVADOR – BAHIA
FEVEREIRO, 2019.

LEONARDO SILVEIRA SANTANA

AUTORIA, SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Tese apresentada ao Curso de Doutorado da Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação Campus I, como requisito final à obtenção do Título de Doutor em Educação. Linha 4: Educação, Currículo e Processos Tecnológicos, sob a orientação do Prof. Dr. Arnaud Soares de Lima Junior.

SALVADOR – BAHIA

FEVEREIRO, 2019.

FICHA CATALOGRÁFICA

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Dados fornecidos pelo autor

S232a Santana, Leonardo Silveira

Autoria, Subjetividade e Produção de Conhecimento na Pesquisa em Educação / Leonardo Silveira Santana.-- Salvador, 2019.
164 fls.

Orientador(a): Prof. Dr. Arnaud Soares de Lima Junior.
Inclui Referências
Tese (Doutorado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC, Câmpus I. 2019.

1.Autoria. 2.Subjetividade. 3.Produção de Conhecimento. 4.Geração de Sentido. 5.Epistemologia Contemporânea.

CDD: 370

TERMO DE APROVAÇÃO

AUTORIA, SUBJETIVIDADE E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

LEONARDO SILVEIRA SANTANA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 23 de novembro de 2018, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:

Arnaud Soares de Lima Junior

Prof. Dr. Arnaud Soares de Lima Júnior
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Educação.
Universidade Federal da Bahia – UFBA, Brasil

Álvaro Lima Machado

Prof. Dr. Álvaro Lima Machado
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Brasil

Jorge Costa Leite Júnior

Prof. Dr. Jorge Costa Leite Junior
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Doutorado em Educação e Contemporaneidade.
Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Brasil

Prof. Dr. César Costa Vitorino
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Estudos de Linguagens
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Brasil

Didima Maria de Mello Andrade

Profa. Dra. Dídima Maria de Mello Andrade
Universidade do Estado da Bahia – Uneb
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia – Uneb, Brasil

DEDICATÓRIA

À minha ervilhinha, melãozinho de rede, preciosidade, me-faz-bem, coisa “mar” linda, *newborn*, x-tudo, jaguatirica, sirizinha na lata, periquitinha, delicinha, gostosura, patinha, leoazinha, docinho, fura “zóio” de papai, marrentinha, amor de nossa vida, “ôh” sol, minha filha Malu: coautora do melhor projeto da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos coautores desse Ato Teórico:

À Divindade que não cansa de me ensinar como iluminar minhas sombras;

Aos Amigos de Jesus, encarnados e desncarnados, por não me deixarem esquecer que há vários caminhos para se consignar com Deus;

Aos meus pais Helena e Antônio por serem, para mim, acolhimento e fundamento primordial;

À minha companheira Karla Bethania, quarta carta do meu Tarot, coautora que escolhi para tecer, ao meu lado, as tramas dessa existência;

Às minhas irmãs, meus pontos cardeais de toda essa vida;

Aos três núcleos familiares, Santana, Santos e Dias por todo carinho, incentivo e por terem entendido os momentos de ausência;

A Arnaud, amigo e principal coautor da Tese, parceiro cem por cento nesse exercício de autoria e geração implicada de sentido;

Ao Grupo de Pesquisa Humanità pelo constante acolhimento, pelas inúmeras possibilidades de crescimento intelectual e humano, desde o tempo do TECINTED;

Aos Professores das Bancas pelo comprometimento, delicadeza e ricas contribuições com esse processo de geração de sentido;

À turma de 2015 do PPGEduC pelo carinho, trocas e compartilhamentos, em especial às minhas amigas do peito e irmãs camaradas, Leidi e Lu;

À equipe da Secretaria Acadêmica do PPGEduC pelo cuidado e respeito, desde a formação no Mestrado;

A Ricardo Lima, Marcelle Minho e André Costa, amigos do ITED – SENAI BA, por todo apoio que me deram, possibilitando que eu conciliasse as atividades laborais com as atividades doutorais;

Aos amigos do ITED – SENAI BA pela torcida, compreensão e trocas intelectuais durante todo esse percurso formativo;

Ao amigo e super fotógrafo Nelson Antônio Correia Filho pela parceria na elaboração do convite da defesa;

À amiga, sertaneja feminista arretada, Daiane Amancio, pela correção ortográfica dessa pesquisa e por tantas trocas epistemológicas inspiradoras.

A todos, minha eterna gratidão.

“Sê tu o mensageiro e as mensagens.”
Cântico Espiritual - VI: 7.
João da Cruz

Alguém pode informá-lo sobre o sol, a chuva, o mar, o rio e os ventos, mas você só os conhecerá quando entrar em contato direto com cada um deles. Poderá travar algum conhecimento sobre eles com professores e livros, mas coisa alguma substituirá a experiência direta. Não pense que com o Divino possa ser diferente.

Não são os mensageiros que lhe podem transmitir a mensagem do Divino. Tudo quanto eles podem fazer é orientá-lo para que possa encurtar distâncias, diminuir desvios, ativar o discernimento. Mesmo quando eles já possuam algum conhecimento, nunca podem dizer-lhe o real sabor do fruto, nem fazer com que absorva o alimento que não digeriu. A experiência do Divino é única.

Yogashhririshnam (autor desencarnado) /
Elízio Ferreira de Souza (médium e autor encarnado)[1]

[1] Trecho do livro sobre a noção de espiritualidade de João da Cruz, considerado um importante pensador cristão do mundo espiritual, pelo Espiritismo. Para maiores informações ver: SOUZA, E. F. de; YOGASHHRIRISHNAM. **Divina Presença:** comentários mediúnicos a João da Cruz. Salvador: Círculo Espírita da Oração, 1992.

RESUMO

Esta Tese teve por objetivo principal fazer uma contribuição teórico-diferencial à noção de autoria, a partir do pensamento de Foucault, estabelecendo uma relação epistemológica entre autoria e subjetividade, nos processos de produção de conhecimento e de geração de sentido, no campo da Pesquisa em Educação. Desse modo, buscou-se ampliar a discussão e consequente construção de sentido, em torno do objeto autoria, deslocando-a do estatuto teórico moderno de categoria conceitual para a noção de significante do sujeito. Tratou-se, portanto, de uma pesquisa teórica, em Educação, a partir de regras e práticas discursivas que organizam um modo de produção, valorização, atribuição, apropriação e circulação de sentidos, contornando a relação sujeito-conhecimento-objeto numa perspectiva Epistemológica Contemporânea. Autoria é um dos nomes da subjetividade, é ato psíquico puro, sem palavras, primeiro ato autoral que fundamenta o modo como cada sujeito cria sentido; é também ato simbólico que só pode acontecer em singular condição de linguagem, gerando diversidade e não identidade, pluralidade e não unidade nos modos de atribuição de sentido. Não é mera reprodução de conhecimento, mas é ato criativo do sujeito que ocorre nas fissuras que estão em torno do objeto. Tem como efeito, na coisa educacional, propor soluções que sejam constantemente atualizadas, contextualizadas e adaptadas, a partir da razão de ser e do contexto dos sujeitos da Educação. Essa Tese foi ancorada nos campos da Filosofia Crítica, da Linguagem e da Psicanálise e foi simbolicamente munida a partir de autores como Foucault (1984; 2009), Lacan (2008, 1992, 1998), Lima Jr. (2004, 2015, 2018) Cassirer (1992), Derrida (2001, 1995), Boaventura Santos (2005) e Lyotard (2009).

Palavras-chave: Autoria. Subjetividade. Produção de Conhecimento. Geração de Sentido. Epistemologia Contemporânea.

ABSTRACT

This Thesis had as main objective make a theoretical contribution to the notion of authorship, starting from the thought of Foucault, relating epistemologically authorship and subjectivity, in the processes of knowledge production and generation of meaning, in Education Research. In this way, we sought to broaden the discussion around object authoring shifting it from the modern theoretical status, as conceptual category, for the notion of subject's signifier. It was, therefore, a theoretical research, in Education, from discursive rules and practices that organize a mode of production, valorization, attribution, appropriation and circulation of meanings, thinking about the relation subject-knowledge-object in a Contemporary Epistemological perspective. Authorship is one of the names of subjectivity, it is a pure psychic act, without words, first author's act that bases the way each subject creates meaning, a symbolic act that can only happen in the singular condition of language, generating diversity and not identity, plurality and non-unity in modes of attribution of meaning. It is not a mere reproduction of knowledge, but it is the creative act of the subject that occurs in the cracks around the object. It has the effect, in the Education, propose solutions that are constantly updated, contextualized and adapted, based on the reason for being and on the context of the subjects of Education. This Thesis was anchored in the fields of Critical Philosophy, Language and Psychoanalysis and was symbolically based by authors as Foucault (1984; 2009), Lacan (2008, 1992, 1998), Lima Jr. (2004, 2015, 2018) Cassirer (1992), Derrida (2001, 1995), Boaventura Santos (2005) e Lyotard (2009).

Keywords: Authorship. Subjectivity. Knowledge Production. Generation of Meaning. Contemporary Epistemology.

SUMÁRIO

ATO I

ERA UMA VEZ OU INTRODUÇÃO À PESQUISA..... 12

ATO II

SEI QUE NÃO VOU POR AÍ OU O MÉTODO DA PESQUISA..... 27

2.1 Vós amais o que é fácil! Eu amo o longe e a miragem: escolha por uma abordagem epistemológica..... 30

2.2 Tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios, eu tenho a minha loucura: pesquisa teórica ou geração de sentido teórico como ato de transformação simbólico-material..... 34

2.2.1 *Ninguém me peça definições, ninguém me diga "vem por aqui": noção enformada pela linguagem*..... 39

2.2.2 *Se vim ao mundo, foi só para desflorar florestas virgens, e desenhar meus próprios pés na areia inexplorada: produção de sentido relativa a um sujeito epistêmico-subjetivo*..... 44

2.2.3 *Porque sei que não vou por aí: quando conhecer não significa quantificar, medir, simplificar, modelar, universalizar*..... 50

2.2.4 *Eu olho-os com olhos lassos, (há, nos olhos meus, ironias e cansaços): noção politicamente implicada*..... 54

ATO III

O GRANDE REI OU A AUTORIA MODERNA..... 60

3.1 Meu desenho não representava um chapéu: desconstrução da imagem moderna do autor..... 64

3.1.1 *As pessoas grandes têm sempre necessidade de explicações detalhadas: autoria moderna não é uma unidade universal de escrita, mas uma prática discursiva relativa, contextual e historicamente localizada*..... 68

3.1.2 *As pessoas grandes aconselharam-me a dedicar-me de preferência à Geografia, à História, à Matemática, à Gramática: autoria moderna não remete pura e simplesmente a um sujeito real, mas faz parte do específico jogo discursivo da Ciência Moderna*..... 77

3.1.3 *Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma promissora carreira de pintor: a função-autor moderna é um dos nomes do sujeito epistêmico*..... 82

ATO IV

O PEQUENO PRÍNCIPE OU AUTORIA COMO SUBJETIVIDADE..... 92

4.1 Bem vês que isto não é um carneiro: autoria subjetiva faz parte de um específico jogo discursivo que produz efeitos relativos de verdade, e pode estar associada ao Modo Contemporâneo de atribuição de sentido..... 98

4.2 Essa é a caixa. O carneiro está dentro: o que é subjetividade ou a dependência do sujeito ao seu significante..... 112

4.3 Era assim mesmo que eu queria: autoria enquanto poder discursivo, na coisa social, é um dos nomes da subjetividade..... 119

ATO V

A PRINCESA ADORMECIDA OU (IN)CONCLUSÕES SOBRE A AUTORIA SUBJETIVA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO E NA EDUCAÇÃO..... 128

5.1 Deixar o caminho errado por o que à princesa vem: crise epistemológica da Pesquisa em Educação e da Educação..... 132

5.2 E vê que ele mesmo era a princesa que dormia: autoria e subjetividade na Educação e na Pesquisa em Educação..... 138

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS..... 163

ATO I

ERA UMA VEZ
OU INTRODUÇÃO À PESQUISA

Bem-me-quer, malmequer.
É, não é.
Creio, não creio.
Animar-se, não se animar.
Dizer, não dizer.
Acontecerá, não acontecerá.
Para sempre, por agora.
No centro do intricado labirinto de perguntas sem respostas
que é o amor, há uma selvagem e perigosa Margarida. (p. 19).

[…]

Amar a trama não é conhecer o ponto. (p. 23).

Escrever é uma tarefa de risco, cada palavra guarda um segredo do mundo. Por isso, em todo aquele que se atrever a cantar, contar ou inventar uma história, um Gerânio florescerá em sua face. (p. 22).

[…]

Alguém disse certa vez:
Todas as flores que nasceram nesta Terra são

Tentativas
Possibilidades
Consolos
Presságios
Duelos
Rastros
Respostas

Somente uma pergunta:

O que é a beleza? (p. 1).

(TENTORI; CANÉ, 2014)

O exercício intelectual de falar o que um objeto é, ou seja, realizar uma construção epistemológica, está prenhe de riscos e contradições: estar certo ou errado, ser legitimado pelos pares ou não, conseguir um aprofundamento significativo ou não, propor uma tecitura moderna ou contemporânea, construir conceitos fechados e absoluto ou sentidos polilógicos e assumidamente inacabados. Sem dúvida, a escrita que pretenda compreender determinado fragmento da realidade humana configura-se enquanto tentativas, possibilidades, respostas que funcionam enquanto presságios de uma subjetividade que articula sentidos propostos por outras subjetividades. Autoria, assim compreendida, é certamente uma tarefa de risco.

Em nosso decurso civilizatório viemos nos provocando: O que é isso? O que é aquilo? Como funciona? Como nomeá-lo? Como dizer o que a coisa é, numa experiência do conhecer? O que é o social? O que é o educacional? O que é a beleza? O que é a autoria? E por aí navegamos, em contínuo, por um inesgotável oceano de conhecer-desconhecer, de construir-desconstruir o sentido do mundo a partir de nossa condição humana. Nessa perspectiva, nada está pronto, tudo está por construir. É nesse sentido epistemológico que **essa Tese propõe pensar a autoria numa perspectiva Epistemológica Contemporânea.**

E por isso, começo o capítulo introdutório, como quem conta uma história, dando pistas do modo como entendi o processo de construção dessa pesquisa, acenando para certa razão de ser, entendendo que, por mais que uma pesquisa seja muito bem fundamentada, a partir de uma lógica bem articulada, ela constitui-se enquanto um “era uma vez”, como construção de sentido que não é capaz de dizer tudo sobre e esgotar seu objeto de conhecimento[2]. Trata-se da construção de uma história que não é absoluta, nem universal, nem completa, mas repleta de relatividade, contextualidade e de porosidade, modo singular que certo sujeito histórico possui de

[2] Lyotard (2008) faz uma demarcação sobre os processos de produção de conhecimento, associados ao modo lógico, abstrato e racional de atribuir sentido, característicos do modo ceintífico de dar contornos aos seus objetos. Segundo o autor, a Ciência é um subconjunto do Conhecimento humano. Sendo assim, nessa pesquisa, os processos de produção de conhecimento diferenciam-se dos processos de geração de sentido, já que esses últimos, apontam, nesse texto, de forma mais geral, para as diversas formas que o homem tem de atribuir sentido a seus objetos, a partir de variados patrimônios simbólicos. Os processos de geração de sentido estão, portanto, associados a uma abordagem Epistemológica Contemporânea. Essa discussão ocorre, mais adiante, no Ato teórico IV – O pequeno príncipe ou autoria como um dos nomes da subjetividade.

conhecer e articular os sentidos já operados convencionalmente, em torno de certo objeto.

Ao tentar compartilhar certa memória de minha trajetória profissional, buscando estabelecer uma relação entre meu percurso formativo e o objeto autoria, para além da formação escolar formal, não posso deixar de fazer uma *démarque* que teve profunda influência em meu exercício de autonomia, autorização e expressão estética. A arte foi um registro presente em minha vida desde muito cedo, desde as prazerosas tardes de infância, desenhando na sala de casa até as oficinas de teatro, na adolescência, pela Fundação Cultural do Estado da Bahia; desde 1992 com a professora Aricelma Borges, na memorável Biblioteca Pública Monteiro Lobato, nos *workshops* da companhia de teatro de rua *Bread and Poppet*, nas oficinas de teatro ministradas pela professora Hebbe Alves, da Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1994, até a oficina de teatro do Colégio Método, com o professor Roberto Laplane, entre anos de 1995 e 1996.

Além de experiência estética e de autoexpressividade, a dramaturgia me possibilitou conhecer um pouco mais da literatura nacional e mundial, através de alguns clássicos, o que foi fundamental para o aperfeiçoamento da minha oralidade. De certo modo, ser professor é saber a arte de contar histórias, criar narrativas, científicas ou não; vai depender do enredo, do contexto, do lugar. A arte é um tipo de escrita que também produz sentido e por mais que existam técnicas e escolas que buscaram, ao longo do tempo e dos espeços humanos, normatizar esse tipo de atividade intelectual, estabelecendo critérios de qualidade técnica e expressiva, de certa forma, os traços subjetivos do artista são assumidos como elemento constituinte e, nesse modo de atribuição de sentido, agrega significativo valor a uma obra.

Quando me inscrevi no concurso vestibular, em 1995, concorrendo a uma vaga para o curso de Desenho Industrial, com habilitação em Programação Visual, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), eu não sabia ao certo que tipo de profissão estava escolhendo, lembrando que na década de 90, do século passado, as informações não eram tão acessíveis como na atualidade. Tratava-se de uma profissão pouco conhecida, naquele momento, mas eu imaginava, pela ementa, que

aquele curso me proporcionaria experienciar processos criativos de produção de imagem. Assim, deu-se o começo do meu namoro com o *Design* Gráfico, e como a maior parte dos relacionamentos que iniciam, nós sabíamos pouco um sobre o outro.

No princípio, fez-se o encantamento. Foi o caráter multidisciplinar da profissão que mais tarde se popularizaria sob o nome de *Design* Gráfico, que me encantou, ao entrar no curso, em 1996. Estética, técnica e criatividade, num mesmo *locus*, podendo atuar em múltiplas plataformas midiáticas, possibilitando variadas formas de criação de imagem. Tratava-se de uma profissão, com influência das Engenharias, da Arquitetura, da Publicidade e das Artes Plásticas, uma profissão híbrida que poderia ser caracterizada como Contemporânea, porque, ao mesmo tempo em que possui uma estrutura moderna de controle e rigor, tão característica das Engenharias e das Ciências Exatas, também possui uma dimensão estética, típica do campo das Artes.

Ainda que com menos liberdade estética que as atividades artísticas, por ser uma atividade tecnicamente mais parametrizada e, assim como a função-autor, mais fortemente associada ao sistema jurídico das sociedades capitalistas e industriais, por outro lado, o *Design* possui certa latência estético-criativa, herdada das influências do mundo das artes, que **pode funcionar** como escapamento subjetivo, como fissura. É nessa recursividade[3] (GIDDENS, 1991) iminente, que reside seu contraponto a suas bases tecnicistas. Apesar de sua ênfase instrumental, em sua práxis, há muito exercício criativo, e essa ludicidade autoral foi muito importante para meu processo formativo.

Essa possível dimensão subjetiva, no *Design* Gráfico, é percebida na “assinatura do sujeito *designer,”* ou seja, no seu traço estilístico, modelado em sua peça gráfica, e, mais recentemente, verifica-se, também, um maior valor a certos processos de

[3] Para Giddens, recursividade é o fluxo contínuo, e de mútua interferência, entre a ação do sujeito e os condicionamentos da estrutura social à qual ele faz parte, um processo dinâmico, e constantemente reformulador, que pode promover realidades diversas, e até mesmo opostas aos objetivos originais das ações desses autores sociais. Para o pensamento crítico, segundo Boaventura, por exemplo, significa a remissão permanente ao sujeito, ao tempo em que ele age sobre o objeto epistemológico. Falar do objeto do conhecimento é falar do sujeito e de como ele constrói o seu objeto.

singularização. A tentativa em se criar *softwares* para as redes sociais digitais, do ciberespaço, com a possibilidade de cada sujeito criar especificações com maior potencial de singularidade, nesses programas, é um exemplo do esforço em se minimizar a ideologia clássica de produção em massa, abrindo brechas para se pensar em peças e produtos mais singularizados. Entretanto, de fato, **no limite mesmo destas pragmáticas, naquilo onde elas apresentam fissuras, faltas, é que a subjetividade dos sujeitos pode surgir como criação, autoria, autonomia, pois, em toda abordagem e prática estética, isto está pressuposto de saída.**

Foi também a partir da minha imersão no universo do *Design* Gráfico que tive meu primeiro contato com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), numa perspectiva profissional. Quando formado (2001), após algum tempo trabalhando para o mundo da Comunicação, fui atuar no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Bahia) (2005), fazendo parte da equipe de produção midiática do então Núcleo de Educação a Distância (NEAD), atual Núcleo de Inovação e Tecnologias Educacionais (ITED). É nesse momento que ocorre a aproximação entre o *modus cominicandi*, que fez parte do primeiro momento da minha formação profissional, e o *modus educandi*, promovendo um tecitura que redesenharia minha trajetória formativa.

De produtor multimídia para estudante de Educação a Distância. No NEAD, eu elaborava as telas, animações, material didático e *softwares* que faziam parte dos cursos a distância, mas a partir do mergulho no universo educacional surgiram as primeiras formações voltadas para questões como: a Graduação Formação para Formadores da Educação Profissional (2006 – 2007), na Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), e, em seguida, a Pós-Graduação em Educação a Distância, (2007 – 2008), na Universidade de Brasília (UnB). Cursos feitos a distância, sobre EAD, com largo uso das TIC.

De produtor multimídia e aluno EAD para desenvolvedor de soluções educacionais e coordenador de projetos de Educação a Distância. Além das produções midiáticas, passei a fazer parte da equipe que planejava os cursos do núcleo, assumindo a coordenação de alguns projetos. Por conta dessa nova atuação profissional, foi em busca de metodologias que pudessem tornar a aprendizagem desses cursos mais

significativa, mais criativas, que me aproximei do Programa de pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da UNEB, mais especificamente, dos grupos que pesquisavam a relação entre a Educação e as TIC.

Na condição de aluno especial (2009), mais que metodologias, eu encontrei epistemologias que balançaram minhas estruturas cognitivas-emocionais, num primeiro momento, para, em seguida, me lançarem num fascinante labirinto hipertextual de noções que mudariam a forma como enxergava as Tecnologias e a própria Educação, provocando-me a buscar outras formas de produzir sentido. Discussões e estudos sobre a Contemporaneidade e seus processos formativos, contribuições e limites dos estatutos científicos para a produção de conhecimento, questões sobre Métodos e Pesquisa, compreensão da Tecnologia para além da instrumentalidade e dos seus suportes materiais, bem como ampliação do entendimento do seu papel nas tecituras sociais, em especial nos processos educacionais, foram discussões teóricas que me ajudaram a construir sentidos a partir de outro tipo de racionalidade, sugerindo um outro tipo de rigor criativo que terminou por delinear meu percurso investigativo, atualizando meu percurso profissional.

Em agosto de 2012, defendi a dissertação intitulada *A Autoria no YouTube: um processo formativo contemporâneo*[4]. O compromisso principal assumido com a pesquisa de mestrado foi demonstrar potencialidades autorais latentes no YouTube e associá-las a processos formativos contemporâneos. Na época, eu já conseguia estabelecer uma relação entre autoria e processos criativos, por via do meu saber, contudo, ainda não possuía munição simbólica para perceber a relação epistemológica entre a autoria e os processos de subjetivação. Foi assim, nesse período intelectual, a partir da razão de 11 sujeitos-*youtubers* que aceitaram participar da pesquisa, da análise de mais de 400 canais e do diálogo epistemológico que foi possível perceber, sem buscar construir generalizações, o exercício autoral e instrumental da amostra, identificando as seguintes potencialidades criativas:

[4] Para leitura da dissertação, acessar: <http://www.cdi.uneb.br/site/wp-content/uploads/2016/01/leonardo_silveira_santana.pdf>

- Conhecimento informacional instrumental;
- Utilização de estratégias de comunicação;
- Produção coletiva ou cooperativa de conteúdo;
- Escolha por temas vinculados à micronarrativas;
- Importante papel do humor e das paródias para construir sentidos e popularizar conteúdos;
- A construção de uma estética da realidade midiatizada;
- Exercícios ficcionais inspirados na produção midiática contemporânea.

Essas experiências criativas foram associadas, na amostra da pesquisa, aos seguintes processos formativos: informacional e comunicacional, entretenimento centrado em jogos digitais, formação ficcional, estético nutricional, pluralidade cultural, formação ética, étnica e ideológica, estética, moda e cosmética. O processo formativo aconteceu a partir do momento que esses sujeitos se apropriaram criativa e instrumentalmente desse ciberespaço, passando a compartilhar conteúdos, suas razões, emoções e sentidos, nesse ciberespaço (SANTANA, 2014).

A principal categoria teórica que norteou a pesquisa de mestrado foi a noção de autoria, retomada a partir da provocação foucaultiana que analisa o autor nas sociedades ocidentais europeias, em especial na França, como uma construção histórica moderna, uma das funções do sujeito. Nesse específico contexto social-histórico, o autor desempenhou, enquanto função social, o papel de agente controlador do processo de produção e circulação de sentidos-textos, orientado pela ideologia capitalista, representando um tipo específico de discurso (FOUCAULT, 2009). Partindo do princípio de que não é possível esgotar o tema, surgiram novas fissuras epistemológicas, em torno do entendimento teórico e do modo de se viver a autoria, nos campos da Pesquisa em Educação, que apontaram para a necessidade de ampliação e aprofundamento, em um *continuum* formativo.

O doutoramento surge como continuação e possibilidade de ampliação da pesquisa, iniciada no Mestrado, já que a densidade epistemológica dessa categoria teórica – a autoria – demanda maior tempo de investigação, para poder perceber como a autoria é (ou pode ser) atualizada em nossa contemporaneidade, entender como

funciona e interfere na atual produção de conhecimento e, consequentemente, quais implicações a autoria traz para a Pesquisa em Educação e para a Educação[5], propriamente dita. Penso que a maior contribuição dessa pesquisa é a construção teórica que tenta ampliar a discussão de Foulcault (2009), deslindando a relação da autoria com o sujeito subjetivo a partir de um outro modo de produzir sentido, diferente da função-autor em sua versão moderna. Dessa forma, no doutoramento fui em busca de uma construção epistemológica mais robusta para a pesquisa iniciada no Mestrado, com implicações para a Educação e para a própria Epistemologia da Pesquisa em Educação.

A autoria, enquanto objeto de pesquisa, possui relevância na medida em que seu modo de entendimento e organização interfere diretamente no modo como produzimos conhecimento, tem um papel fundamental na construção dos estatutos de verdade, construídos em nossa sociedade, mas, sobretudo, seu estudo, enquanto prática discursiva, é capaz de desnudar, criticar, destruir certo poder ou produzir, validar e instaurar outro, para a coisa social, de modo geral, e educacional, de forma mais local. Atravessando, por conseguinte, as macrodinâmicas sociais de poder, a autoria aponta para uma certa razão de ser que termina por influenciar, significativamente, a forma como atribuímos sentido aos objetos de nosso interesse, como produzimos e legitimamos conhecimento, como organizamos a vida social e distribuímos seus recursos simbólicos e materiais.

A reelaboração do sentido de autoria pode contribuir para ressignificar a forma como entendemos, legitimamos, produzimos, circulamos e vivenciamos o conhecimento em nossa sociedade. Trata-se, em última instância, de uma provocação epistemológica que possibilita repensar os fundamentos hegemônicos nos processos e no estatuto da produção de conhecimento do nosso tempo. Como

[5] O modo de produzir sentido para os objetos da Educação gera um tipo específico de autoria, estabelecendo uma específica natureza de relação entre o sujeito da Educação e seus objetos educacionais. Diante desse entendimento, o compromisso teórico da Tese é tratar a autoria numa perspectiva Epistemológica e, por isso mesmo, especificamente, no campo da Pesquisa em Educação, ainda que o modo de produção de sentido e o tipo de autoria que inscreve termine por produzir efeitos no campo da Educação. É por tal motivo que em alguns trechos da Tese afirmo que o tipo de autoria que se produz traz implicações diretas, tanto para o campo da Pesquisa em Educação como para o campo da Educação, propriamente dita, fazendo frequente referência aos dois campos. Entretanto, como teorizo mais sobre a Pesquisa em Educação que sobre a Educação, entendo que a Tese está centrada mais em torno do primeiro campo e por isso o título e os objetivos referenciam exclusivamente o campo da Pesquisa em Educação.

nossas práticas são orientadas por construtos simbólicos, incluindo diversas epistemologias, pesquisas teóricas são de profunda relevância. Discussão teórica como base fundante para toda ação que se pretende crítica, ou seja, coerente, consistente e socialmente implicada. Eis a relevância de uma pesquisa de natureza epistemológica, em torno da autoria enquanto objeto de conhecimento importante para a coisa social, no campo da Educação.

De acordo com a história da arte realizada em 15 de março de 2016, para perceber o nível de originalidade e de interesse acadêmico, em torno da temática autoria, em pesquisa feita no *site* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)[6], foram feitas buscas a partir de dois tipos de filtros: nas pesquisas em Educação que continham a palavra “autoria” em seus títulos surgiram 17 trabalhos; nas pesquisas em Educação que continham a palavra “autoria” em suas palavras-chave surgiram 16 produções. Desse total, 11 trabalhos foram comuns aos dois filtros de busca utilizados, 5 pesquisas apareceram apenas no filtro das palavras-chave e 6 pesquisas apenas no filtro a partir do título dos trabalhos. Contando com os projetos encontrados nos dois filtros, foram exibidos pelo sistema de busca do *site* 22 pesquisas defendidas entre os anos de 2011 e 2012, sendo 6 Teses e 16 Dissertações, incluindo a minha pesquisa de Mestrado.

Esses trabalhos abordaram a autoria nas seguintes dimensões e especificidades: práticas educativas e a coautoria da criança; coautoria e produção de material didático para EAD; letramento digital e autoria na internet; produção de texto, formação de professor e autorias docente e discente; autoria na cultura digital em matemática; autoria e a leitura no discurso do professor-autor em textos publicados numa revista de Educação; autoria e TIC para aprendizagem; formação de professor e autoria de conteúdos digitais; reformulação como índice de autoria em manuscritos poéticos; formação de professores, TIC e uma escola de autoria; autoria ou reprodução e formação continuada de professores e coordenadores; TIC, EAD e autoria; autoria enquanto processos formativos Moderno, Contemporâneo e no ciberespaço, especificamente no YouTube (minha Dissertação); autoria e análise

[6] Para realizar pesquisa no banco de teses e dissertações da CAPES, acessar: http://bancodeteses.capes.gov.br/

intercultural do livro didático “*Keep in mind*” de língua inglesa; TIC, mídias digitais de áudio, rádio *blog* e autoria; Educação de Jovens e Adultos (EJA), manuscritos escolares e autoria na escrita psicótica e produção escrita na formação docente, percursos didáticos e autoria.

Diante dessas informações, percebeu-se um crescente interesse nas construções autorais enquanto categoria teórica, no campo da Educação, mais ou menos a partir do final da última década e início da atual, no mundo acadêmico, levando-se em conta que os anos de 2011 e 2012 são datas de defesas dessas pesquisas. Entretanto, há uma quantidade relativamente tímida de pesquisas estudando especificamente a autoria na Educação, o que sugere que ainda há um vasto campo investigativo, prenhe de brechas e possibilidades de atualização, assim como de construção e aplicação epistemológica, para essa categoria teórica associada aos processos educacionais da nossa contemporaneidade. A maioria dessas pesquisas está centrada na formação do professor, no letramento digital, nas tecnologias de informação e comunicação, na produção de material didático e/ou na aprendizagem propriamente dita.

Nesse sentido, vale ressaltar que, no período que realizei a história da arte desse objeto, não foi encontrado, no banco de Teses e Dissertações da CAPES, nenhum trabalho que tenha pesquisado, de forma estrita, com ênfase epistemológica, a autoria associada aos processos de subjetivação do ser a partir de um Modo Contemporâneo de produção de sentido, no campo da Pesquisa em Educação, o que contribui para caracterizar certa originalidade à proposta dessa Tese. Devido à densidade epistemológica do objeto e à pouca teorização encontrada em torno do tema autoria e produção de conhecimento, ao modo Contemporâneo, surge, dessa maneira, maior necessidade de apropriação teórica para aprofundar a compreensão em torno do objeto autoria, enquanto função operada de modo singular por um sujeito emergido na linguagem.

Possibilitando, por conseguinte, ampliar a discussão sobre a autoria enquanto elemento inerente aos processos de produção de sentido, incluindo os processos de produção de conhecimento, seja ele científico ou não, que pode ser compreendido-vivido de formas diferentes, fundamentado por outras significações, por outras

racionalidades. A partir dessas inquietações, percursos e contextos surgem as questões norteadoras da pesquisa que são: **o que é autoria e quais suas implicações e/ou possibilidades na Produção do Conhecimento, no Campo da Pesquisa em Educação?**

O **objetivo-subjetivo**[7] **geral** dessa pesquisa de doutoramento, por conseguinte, foi fazer uma contribuição teórico-diferencial à noção de autoria, a partir do pensamento de Foucault, estabelecendo uma relação epistemológica entre autoria e subjetividade, nos processos de produção de conhecimento e de geração de sentido, no campo da Pesquisa em Educação.

Para tanto, teve como **objetivos-subjetivos específicos** complementares:

- Mostrar a relação epistemológica entre a autoria e os processos de geração de sentido e produção de conhecimento;
- Contribuir com as reflexões críticas acerca do papel da subjetividade nos processos de geração de sentido e produção de conhecimento, como forma de singularização dos sujeitos da coisa social-educacional;
- Analisar as implicações que a noção de autoria, como impressão de subjetividade, pode trazer para os processos de geração de sentido nos campos da Pesquisa em Educação e da Educação.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa teórica, com ênfase Epistemológica. Enquanto prática teórica, a pesquisa é fundamentada por bases Contemporâneas que entendem que o objeto de conhecimento é articulado por um sujeito epistêmico-subjetivo, que tece, ao modo próprio, o sentido do objeto de forma relativa e inacabada, a partir do dinamismo e dos resvalamentos da linguagem. As informações foram desenhadas a partir dos pré-textos dos autores que fundamentaram a pesquisa, assim como nas discussões do grupo de pesquisa, nas sessões de estudos, fóruns de discussão, simulações de bancas, disciplinas e nas sessões de orientação. Essas informações foram registradas em um diário de

[7] Utilizo o significante objetivo-subjetivo para me referir aos objetivos da pesquisa como forma de demarcar o entendimento epistemológico de que nenhum processo de produção de conhecimento e atribuição de sentido está desvinculado dos processos de subjetivação dos sujeitos da pesquisa. Reforçando, assim, a noção de que não é possível relacionar-se com um objeto de forma objetiva, em termos absolutos, ou seja, numa perspectiva puramente abstrata e lógica, obliterando o sujeito e seu papel fundante nesses processos.

pesquisa em forma de resumos, resenhas, esquemas explicativos, reprodução de falas, elaborações e sínteses, artigos e, enfim, nessa Tese.

Sua estrutura formal foi organizada em atos teóricos por compreender que toda escrita, em seu esforço por produzir sentido, encerra um ato político que busca atuar sobre a realidade e as lógicas que tentam orientá-la. Nesse primeiro capítulo intitulado ATO I – ERA UMA VEZ OU INTRODUÇÃO À PESQUISA, o(a) leitor(a) teve acesso à contextualização da Tese, a partir de uma breve descrição do objeto de pesquisa, contendo minha itinerância pessoal, enquanto autor de primeira mão dessa escritura, além da minha idiossincrasia com o objeto, a relevância desse trabalho, no atual contexto social e acadêmico, sua história da arte e nível de originalidade, seu problema norteador, objetivos-subjetivos, resumo do método, das técnicas que orientaram todo o processo de investigação da pesquisa e dos seus capítulos intitulados atos teóricos.

No segundo capítulo, ATO II – SEI QUE NÃO VOU POR AÍ OU O MÉTODO DA PESQUISA, há os fundamentos e marcos teóricos que deram contornos a essa pesquisa, mostrando que tipo de investigação se pretendeu realizar, compartilhando encontros e desencontros, possibilidades e desafios vivenciados na intinerância desse trabalho. Ao deslindar os princípios utilizados para as noções aqui geradas, em torno da autoria, o autor-leitor encontrará a justificativa pela escolha de uma abordagem teórica, enquanto ato de transformação simbólica e material e a discussão em torno dos princípios que nortearam epistemologicamente a pesquisa, que foram: entendimento do conhecimento em sua condição de linguagem, a produção de sentido relativa a um sujeito epistêmico-subjetivo, o conhecimento não quanticável e politicamente implicado. Para tanto, dialoguei com interlocutores como Bogdan e Biklen (1994), Cassirer (1992), Derrida (1995), Santos (2005), Lima Jr. (2015; 2016, 2017), Freud (1996), Gatti (2012), Feyerabend (1977) e Régio (1925).

No terceiro capítulo, ATO III – O GRANDE REI OU A AUTORIA MODERNA, foi analisada a autoria, enquanto função moderna, e suas implicações nos estatutos de verdade que regulam a produção de conhecimento hegemônica. A partir de uma desconstrução da imagem moderna do autor, será mostrado que o autor, nessa versão, em seu modo de produzir conhecimento, não funcionou como uma unidade

universal de escrita e não remeteu pura e simplesmente a um sujeito real, mas estava associado a uma prática discursiva relativa, contextual e historicamente localizada, fazendo parte do específico jogo discursivo da Ciência Moderna, espelhado no sujeito espistêmico e seus fundamentos epistemológicos. Para tanto, fiz interlocuções com autores como Foucault (1984; 2009), Lima Jr. (2015; 2016), Maffesoli (2004, 2010), Cassirer (1992), Derrida (1995), Barthes (2004), Mattar (1999), Saint-Exupéry (2015).

No quarto capítulo, sob o título ATO IV – O PEQUENO PRÍNCIPE OU AUTORIA E SUBJETIVIDADE, abordei a crise na produção de conhecimento nos objetos sociais, questionando a hegemonia do estatuto científico, propondo, para a Educação, outra ecologia Epistemológica, capaz de remover o pensamento do domínio exclusivo da razão, inserindo a relevância do papel do inconsciente nesse circuito discursivo, de modo que o significante do sujeito possa deslizar do eixo paradigmático da língua, gerando sentidos diferentes dos socialmente convencionados. Nessa seção, realizei uma discussão teórica sobre a dependência do sujeito ao seu significante, relacionando a autoria, nos processos de atribuição de sentido, aos processos de subjetivação do ser, enquanto micropoder discursivo que dinamiza a coisa macrossocial e propõe outras configurações para a pesquisa em Educação. Dessa forma, a autoria foi deslocada do conceito Moderno para a noção Contemporânea Subjetiva de atribuição de sentido. Para tanto, me fundamentei em autores como Lacan (1998, 2008), Lima Jr. (2015; 2016, 2018), Foucault (1984; 2009), Caselli; Lang (2015), Lyotard (2008), Saint-Exupéry (2015).

No quinto capítulo, nominado ATO V – A PRINCESA ADORMECIDA OU (IN)CONCLUSÕES SOBRE A AUTORIA SUBJETIVA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO E NA EDUCAÇÃO, analisei a crise epistemológica da Pesquisa em Educação e da Educação, ao tentar enclausurar seus objetos ao modo quantitativo e acumulativo de produção de conhecimento, mostrando que quanto mais esforço se fez para adequar os objetos da Educação ao Método da Ciência Moderna, mais os processos de subjetivação dos sujeitos da pesquisa emergiram qualitativamente. Trago, sobretudo, nesse ato teórico, as (in)conclusões da pesquisa, com possíveis implicações epistemológicas e educacionais, uma vez que se escolha o discurso Contemporâneo-Subjetivo enquanto princípio estruturante para os objetos e

vivências da Educação. Para tanto, conversei com autores como Bogdan e Biklen (1994), Lacan (1992, 1998), Foucault (1984, 2009), Lima Jr. (2015, 2018), Cassirer (1992), Pessoa (1969) e Montenegro (1997).

ATO II

SEI QUE NÃO VOU POR AÍ
OU O MÉTODO DA PESQUISA

‘Vem por aqui’ — dizem-me alguns com os olhos doces
Estendendo-me os braços, e seguros
De que seria bom que eu os ouvisse
Quando me dizem: ‘vem por aqui!’
Eu olho-os com olhos lassos,
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)
E cruzo os braços,
E nunca vou por ali...
[...]
Não, não vou por aí! Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: ‘vem por aqui!’?
Prefiro escorregar nos becos lamacentos,
Redemoinhar aos ventos,
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,
A ir por aí...
Se vim ao mundo, foi
Só para desflorar florestas virgens,
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!
O mais que faço não vale nada.
Como, pois, sereis vós
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem
Para eu derrubar os meus obstáculos?...
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,
E vós amais o que é fácil!
Eu amo o Longe e a Miragem,
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...
Ide! Tendes estradas,
Tendes jardins, tendes canteiros,
Tendes pátria, tendes tetos,
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...
Eu tenho a minha Loucura!
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...
[...]
Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,
Ninguém me peça definições!
Ninguém me diga: ‘vem por aqui’!
A minha vida é um vendaval que se soltou,
É uma onda que se alevantou,
É um átomo a mais que se animou...
Não sei por onde vou,
Não sei para onde vou
Sei que não vou por aí!

(RÉGIO, 1925).

Nomeio este capítulo e abro a discussão sobre o método dessa pesquisa com excertos do Cântico Negro[8], poema de José Régio, pseudônimo do poeta, escritor, romancista, dramaturgo e influente crítico literário português – José Maria dos Reis Pereira, que viveu no decorrer do século XX (1901 – 1969). Considerado um dos criadores da literatura moderna portuguesa, tratava, sobretudo, de questões relativas aos conflitos entre a condição Humana e a Divina, o artista e sua relação com a sociedade, o Eu e os Outros. Sua arte, considerada intimista, teve forte influência da mística e da noção de subjetividade nos contextos existenciais humanos.

Os trechos do Cântico Negro trazidos como porta-bandeira dessa discussão epistemológica ilustram, para mim, de forma cabal, **a inadequação do método científico para tecer o conhecimento em torno de certos objetos da condição social humana**, devido à natureza imprecisa, relativa, prenhe de subjetividade, desses fenômenos vivenciais e objetos do desejo de conhecer humano, cujo rigor da Ciência Moderna, a partir de certa compreensão epistemológica, não consegue dar conta.

Durante gerações, os estatutos de verdade criados pela Ciência Moderna disseram-nos, com braços seguros, e olhos nem sempre doces – vem por aqui! – nos prometendo solucionar nossos problemas, derrubar os obstáculos humanos a partir de seus impulsos, ferramentas, ideologias e coragens metodológicas. Mas, se o sangue já envelhecido, desatualizado de certas epistemologias já não me responde o que busco conhecer com o rigor-vigor que julgo-compreendo necessários, se suas estradas, seus canteiros e jardins, suas leis, regras, tratados e filosofias, se seus tetos-estruturas não conseguem tratar de certas especificidades do meu objeto de pesquisa, por que seguir por aí?

Por que não escorregar nos becos lamacentos e escorregadios de outras formas de conhecer? Por que não redemoinhar aos ventos de outras direções epistemológicas, arrastando os pés em outros métodos-solos? Assumir que ao desflorar conhecimentos-florestas virgens, pouco compreendidas, termino por também deixar,

[8] Para ver o poema na íntegra, acessar: <http://www.citador.pt/poemas/cantico-negro-jose-regio>.

em método e episteme, meus próprios pés, percebendo, desse modo, que produzir sentido é afundar em areias desconhecidas, deixando, nos objetos de conhecimento, marcas singulares do modo de ser-pensar-agir dos sujeitos da pesquisa e, que esse ato subjetivo não corrompe, nem degenera, o conhecimento, mas possibilita sua ampliação, sua polissemia.

Já que não pretendo seguir o método científico de conhecer, por onde minha pesquisa pretende ir? Sei que não vou por aí, pelos pressupostos e fundamentos modernos hegemônicos da produção de conhecimento, ou pelo menos, que não desejo seguir essa bússola epistemológica. Contudo, buscarei qual forma de compreender a relação sujeito-conhecimento-objeto na minha Tese? Nessa seção, compartilharei com o(a) autor(a)-leitor(a)[9] o chão epistemológico e o método que orientou a geração de sentido, em torno do meu objeto de pesquisa, que é a autoria na produção de conhecimento, no campo da Pesquisa em Educação. Dessa forma, discutirei como um objeto e os sujeitos da pesquisa foram compreendidos, que tipo de pesquisa desejei tecer, quais foram os seus fundamentos teóricos, pretensões e *modus operandi* e que tipo de rigor orientou meu método. Em síntese, que natureza de relação sujeito-objeto da pesquisa foi buscada para a construção de uma tecitura que pretendeu um conhecer implicado, relativo e assumidamente transpassado por minha e por outras subjetividades.

2.1 Vós amais o que é fácil! Eu amo o longe e a miragem: escolha por uma abordagem epistemológica

Essa pesquisa surge como continuação formativa e possibilidade de ampliação da pesquisa, iniciada no Mestrado, já que a densidade epistemológica dessa categoria teórica, a autoria, vivenciada no campo da Pesquisa em Educação, demanda maior tempo de investigação, ampliando, dessa forma, seu corpo teórico. Também possibilita refletir como a autoria pode ser atualizada, numa perspectiva Contemporânea, como funciona e interfere, na atual produção de conhecimento, e,

[9] Utilizo o termo **autor(a)-leitor(a)** não apenas para me referir ao sujeito que lê essa Tese, mas, sobretudo, apoiado no entendimento de Barthes (2004), para dizer que, ainda que a partir da produção de conhecimento de outros sujeitos, em torno de certo objeto, a origem da autoria está no leitor, ou seja, no sujeito que atribui sentido.

consequentemente, quais implicações essa noção de autoria pode provocar no campo da Educação, uma vez que se opte por tais bases.

Trata-se, portanto, de uma pesquisa teórica que tem por objetivo rever uma questão profunda, abordando dimensões ainda não pensadas do seu objeto, ou questões que não foram suficientemente discutidas e analisadas. Essa Tese de natureza teórica pode, num primeiro momento, construir bases epistemológicas a respeito da autoria na produção conhecimento, visando orientar processos de construção de sentido e, como fase posterior, poderá orientar intervenções técnico-profissionais em Instituições de Ensino e Pesquisa, do Ensino Superior. Poderá, também, realizar Difusão Social de Conhecimento nas áreas de Epistemologia; Geração e Difusão Social de Conhecimento; Educação e Pesquisa em Educação.

Socializando bases críticas sobre autoria, com referencial em Foucault, e, ao mesmo tempo, realizando um aprofundamento teórico do pensamento desse pesquisador, esse trabalho pode, ainda, contribuir com as reflexões críticas Contemporâneas sobre a produção de sentido em Educação, promovendo reflexões acerca do papel da autoria nos processos de geração, difusão, apropriação, reprodução do conhecimento, na sociedade contemporânea e, por fim, a natureza teórica dessa pesquisa pode também contribuir com as reflexões críticas acerca do papel da subjetividade na produção de conhecimento.

Transitando por campos teóricos que buscam compreender os processos de produção de sentido, enquanto objetos de pesquisa, afasto-me da abordagem metodológica por ser uma versão científica simplificada do método, já que está centrada, mais detidamente, no funcionamento, operacionalização e planejamento dos processos de produção de conhecimento ou, de forma mais ampla, dos processos de atribuição de sentido. Entendo que a abordagem metodológica é mais instrumental e pragmática, afinando-se melhor com as pesquisas aplicadas, que, para atingir seus objetivos, não precisam discutir como se dá o processo de conhecer e produzir sentido.

No caso dessa pesquisa, por se tratar de uma Tese que discutirá a autoria e a relação sujeito-objeto no processo de produção de conhecimento, não tratarei,

nesse capítulo, de compartilhar com o(a) autor(a)-leitor(a) a metodologia dessa pesquisa, mas, sim, de iniciar uma discussão sobre o seu método. Pois se trata de entender como são concebidos o objeto e o sujeito, nesse ato de conhecer ou gerar sentido, em seu exercício autoral, para além das técnicas de coleta e análise das informações da pesquisa, caracterizando-se, dessa maneira, por uma discussão com perspectiva epistemológica.

Nesse sentido, Freud (1996 *apud* LIMA JR., 2015, p. 20-21) [10] traz o entendimento sobre o método como "uma forma de abordar e compreender a dinâmica e a instância do objeto pelo sujeito". Trata-se, enfim, de mostrar o dinamismo e funcionamento de uma coisa chamada linguagem, onde pensamos uma coisa a qual chamamos objeto de conhecimento, articulado com outra coisa a que chamamos sujeito epistêmico-subjetivo, dentro de uma relação que chamamos de pesquisa. O que está em questão, aqui, é **o modo como o sujeito conhece e autoriza-se nos processos de produção de conhecimento, a partir da sua singular condição simbólica.** É disso que essa pesquisa trata.

A relação entre a autoria e os processos de produção de conhecimento, surge, nessa Tese, a partir da crítica que Foucault (2009) faz à autoria em sua versão moderna, associada ao estatuto político da Ciência, seu *modus operandi* e suas funções ideológicas, e que termina por apontar para questões que articulam poder, saber e produção de conhecimento. Não apenas como efeito das dinâmicas macrossociais, mas também, e sobretudo, como desdobramento de uma microdinâmica associada aos processos de subjetivação do sujeito, no exercício de construção de sentido. A questão da autoria, na produção de conhecimento, permite revelar a forma pela qual a noção de sujeito funcionou e/ou funciona, nas formas de produção de conhecimento, e, ao mesmo tempo, permite compreender a relação que esse sujeito estabelece com a verdade que constrói sobre seu objeto para, assim, poder instaurar realidade e organizar a vida social.

[10] FREUD, S**. O ego e o id e outros trabalhos**, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

Ao analisar a autoria nos processos de produção de conhecimento, é possível perscrutar as condições de funcionamento de práticas discursivas específicas[11], explicitando as regras segundo as quais a autoria foi, é ou pode ser forjada, formando, assim, a partir desses discursos, certos textos, em específicos contextos teóricos, que formalizarão certo estatuto de verdade, capaz de instaurar, organizar e regular parte da realidade social, mas que, a partir da forma singular como esses sujeitos da autoria concebem seus objetos de conhecimento e articulam esses conhecimentos às suas dinâmicas sociais de poder, produzirão uma subversão da coisa social, hegemonicamente instituída.

Este exercício teórico revela em que sistema de valorização a função-autor pode ser legitimada, que estatuto lhe pode ser dado e como pode ser instaurada enquanto categoria fundamental dos processos de enunciação, enquanto princípio humano de atribuição de sentido e organização social e enquanto categoria lógica que não se restringe a um conceito filosófico e linguístico. Isto termina por apontar para o papel do intelectual na ordem da produção de conhecimento, apontando também para o funcionamento de um regime discursivo que fundamenta e legitima certa forma de organização e distribuição de bens materiais, mas, sobretudo, de bens simbólicos nas sociedades ocidentais.

Diante do contexto acima delineado, trata-se, enfim, nessa Tese, de tentar fazer a seguinte virada epistemológica: deslocar a autoria do estatuto teórico moderno de categoria conceitual para a noção psicanalítica de significante do sujeito; migrar do lugar de conceito-essência-verdade-absoluta para a ideia de noção-construção-de-sentido-verdade-relativa. Essa é a contribuição teórica que proponho fazer à discussão iniciada por Foucault (2009), a partir de reflexões crítico-contemporâneas acerca do papel da autoria nos processos de apropriação, reprodução, geração e difusão do conhecimento, nos campos da Educação e da Pesquisa em Educação.

[11] Utilizo o termo “práticas discursivas” a partir da perspectiva psicanalítica lacaniana (Lacan, 1998) de que o discurso do sujeito é mais que abstração, verbalização ou ideologia, é, sobretudo, um ato do ser, modo como o sujeito cria laço psíquico e se relaciona com a realidade, modo como ele produz verdade, se expressa e se implica, na coisa social, consciente e inconscientemente. Mais adiante retomo a essa noção, com maior aprofundamento teórico, no Ato III – O grande rei ou a autoria moderna.

2.2 Tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios, eu tenho a minha loucura: pesquisa teórica ou geração de sentido teórico como ato de transformação simbólico-material

Compreender um processo de geração de sentido consiste em realizar uma específica demarcação em torno da relação que um determinado sujeito, que se pretende conhecedor, estabelece com seu objeto, que é passível de ser conhecido, expressando, dessa maneira, a relação desse sujeito com a verdade sobre seu objeto. É mostrar o dinamismo da linguagem, no modo como o sujeito atribui sentido. No fundo, trata-se de discutir o que é, como foi entendido e instaurado, ou, o que deveria ser determinado objeto de conhecimento, na própria condição de existência da humanidade, diante das relações que trava com a natureza, com os outros sujeitos sociais e com sua própria condição de existência.

Por isso, atribuição de sentido, no campo social, incluindo o da Educação, é um modo específico de pensar, organizar, viver e ser o social, solucionando seus problemas, em suas variadas dimensões (LIMA JR., 2015). E, tanto pode assumir uma perspectiva de produção da verdade como de geração histórica de sentido, a depender do tipo de método, ou lógica, que o enforme. Trata-se, portanto, de uma discussão epistemológica, pois traz uma abordagem sobre o método que se utiliza para dar contornos, no pensamento, à determinado objeto. Um tipo de análise que explicita quais princípios fundamentam essa enformação, um exercício teórico que equivale a buscar compreender, utilizando uma expressão lacaniana, como um sujeito vai dar conta de um saber consignado num objeto, dentro de sua condição de linguagem (LACAN, 1998).

Pesquisa vem do latim *perquirere*[12] e significa, etimologicamente, indagar de forma intensificadora, buscar com afinco, procurar por toda parte. Esta definição sugere ser o ato de pesquisar uma forma de conhecer que necessita de persistência, determinação e tempo de investigação. Ato que não se deixa convencer-se que algo já é sabido logo num primeiro olhar. Pesquisa é trabalho e pode contribuir, relativamente, para transformar a vida social, para propor soluções a certas

[12] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Origem da Palavra. Disponível: <http://origemdapalavra.com.br/pergunta/pesquisa-72/>. Acesso em: 20 ago. 2017.

questões da condição de existência humana, num primeiro momento, numa dimensão simbólica para, em seguida, poder atuar sobre nossa condição material.

Trata-se de um tipo de trabalho intelectual que permite conceber, a partir de sistemas explicativos, demonstrativos ou mostrativos, um corpo teórico que versará sobre determinado objeto de conhecimento; um ato simbólico de nomeação que tem por finalidade primordial dizer o que o objeto é, como ele é compreendido em seu funcionamento, quais princípios o regem, enquanto fenômeno que faz parte de determinado contexto da realidade. Produção de conhecimento, ou Pesquisa, é, por esse motivo, um tipo de trabalho simbólico que pode regular e promover mudanças nos sujeitos sociais envolvidos na pesquisa e, por extensão, na coisa social vivida e articulada por esses mesmos sujeitos.

Num primeiro momento, a Pesquisa pode promover mudança na estrutura simbólica, na forma como pensamos o objeto, e, num segundo momento, poderá contribuir para transformações na dimensão macroestrutural da coisa social, por meio de pragmáticas e ações aplicadas (LIMA JR. 2017). **Pesquisa, que é um dos nomes dos processos de produção de conhecimento ou geração de sentido, compõe, assim, campos de conhecimento ou campos sistematizados de produção simbólica, que visam organizar as práticas sociais, apontando soluções novas para certas dimensões do *socius*.** Dessa maneira, pesquisa pode ser, simultaneamente, campo de transformação do sujeito e da coisa social, nas suas micro e macroestruturas.

Pesquisa, portanto, enquanto produção simbólica é um laço social, um tipo de trabalho que pode contribuir, na forma de ação teórica, para ampliar a compreensão em torno de certo objeto, melhor orientando sua intencionalidade, sua ideologia, e possíveis pragmáticas. Ou ainda, num segundo momento, a partir de ação aplicada, a pesquisa pode interferir diretamente sobre as macroestruturas sociais (cultura, política, economia, educação, tecnologia, comunicação, etc.). Ambas, pesquisas teóricas e aplicadas, podem alterar os modos de organização social e funcionamento humano. Assim, pesquisa é, simultaneamente, campo de transformação do sujeito e da coisa social, nas suas micros e macroestruturas.

Portanto, alicerçadas em específicas formas de conhecer e atribuir sentido, antes de serem apropriadas e atualizadas pelos sujeitos sociais, as pesquisas teóricas buscam apontar soluções e novas diretrizes para certas dimensões do *socius*. Podem, dessa maneira, solucionar certos problemas e melhorar a condição de vida das sociedades, ou de certos grupos sociais, edificando ou desconstruindo determinada ideologia, certo modo de ser-pensar-organizar-viver o social, em suas variadas manifestações-instâncias, além de serem de relevância vital para a ampliação e inovação dos fundamentos epistemológicos que estruturam os campos de conhecimento que organizam essas práticas sociais. A pesquisa, nesse trabalho, portanto, é:

> [...] compreendida como processo histórico de produção de sentido ou significado, que se institui a partir dos diferentes modos de se encontrar sentido para o viver e para os problemas da existência humana, os quais vão emergindo no cenário da história, a partir de contextos vivenciais bem específicos. Estes modos de produzir/instituir/criar sentidos ou significados têm o estatuto de modos de produção de conhecimento na medida em que implicam os atores sociais na construção da vida e, portanto, na medida em que mantêm uma relação com a vida, em seus diversos contextos. (LIMA JR., 2015, p. 45 - 46).

Por ter se tratado de uma pesquisa teórica, não existiram os sujeitos da pesquisa, nem houve campo de coleta, nem amostra, mas sim um sujeito abstrato, o sujeito da autoria na produção de conhecimento. Esse sujeito abstrato fez parte da unidade problemática dessa pesquisa, já que se trata de um trabalho teórico, com ênfase epistemológica, voltado, especificamente, para o campo da Educação e da Pesquisa em Educação. As informações, portanto, foram colhidas e tecidas a partir dos pré-textos dos autores que fazem parte da fundamentação epistemológica. Ou seja, as informações da pesquisa foram coletadas a partir das discussões teóricas prévias e da produção de sentido produzida por minhas subjetivas elaborações simbólicas, ancoradas nas produções intelectuais dos autores que compõem o meu chão epistemológico.

A saber, essa Tese foi fundamentada por autores da Linguagem como Cassirer e Derrida, da Psicanálise como Lacan, da Filosofia Crítica como Foucault, da Sociologia crítica como Maffesoli, e da Epistemologia como Boaventura de Sousa Santos, Lima Jr. e Lyotard. As informações da pesquisa também foram tecidas a partir das discussões vividas no âmbito do Humanità Grupo de Pesquisa, Educação

e Humanidades[13], nas regulares sessões semanais de estudo, nos Fóruns de Pesquisa, também semanais, nas simulações de bancas avaliativas, nas disciplinas do PPGEduC[14], nos diálogos com os pares de pesquisa e na orientação e interlocução com o Pesquisador-Orientador.

As elaborações e simbolizações produzidas nesses espaços intelectuais foram registradas em um diário a partir de resumos, esquemas explicativos, resenhas, indicações de fontes, reprodução de falas e da construção das sínteses que são fruto de minha compreensão a respeito das categorias teóricas abordadas, analisadas e discutidas, nessas sessões. Também foram feitas gravações digitais de áudios das orientações, discussões e simulações de banca realizadas no grupo de pesquisa, como forma de registro contendo importantes trocas polissêmicas, capazes de contribuir para a construção dos sentidos aqui compartilhados, em torno do meu objeto.

Apesar dessa pesquisa teórica não estar no campo da pragmática, enquanto agência direta e imediata sobre as macroestruturas sociais, no entanto, sua questão central refere-se a dois campos da realidade social: nesse caso, aos campos da Educação e da Pesquisa em Educação, especificamente. Realidade aqui é entendida como efeito do real dos sujeitos, ou seja, efeito da realidade psíquicas dos sujeitos autores sociais, em contexto existencial específico. Não se trata de uma realidade objetiva em si, externa aos sujeitos sociais, mas a uma realidade subjetivada, que em dado momento assume ares de expressão coletiva, por uma aproximação simbólica, a partir de jogos de poder, e de acordos que podem ser, em algum momento histórico, ideologicamente convencionados (LACAN, 1998).

---

[13] O Grupo de Pesquisa Tecnologias Inteligentes e Educação (TECINTED), grupo ao qual estou vinculado pelo PPGEduC, alterou, em 2018, seu nome para Humanità Grupo de Pesquisa, Educação e Humanidades, encerrando um ciclo do grupo de pesquisa como forma de demarcar sua atual ênfase epistemológica que está menos voltada para a relação da Educação com as TIC e mais centrada nos objetos da Educação que envolvem quastões da Epistemologia, Estética, Linguagem e Subjetividade - pela esteira da Psicanálise; ou seja, questões que demarcam mais certos aspectos das humanidades.

[14] Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, da Universidade do Estado da Bahia. Disciplinas cursadas: Estudos Avançados de Educação e Contemporaneidade, Seminário de Formação Teórico-Metodológico I, Seminário de Formação Teórico-Metodológico II.

Educação e Pesquisa em Educação funcionam **como um dos nomes do Real**, como diria Lacan (1998), já que nesses espaços de construção e troca simbólica os sujeitos, a partir de seus discursos primordiais, do modo como operam psiquicamente, produzem laço com a realidade, ao modo próprio. Nessa perspectiva, a Educação e a Pesquisa em Educação, enquanto lugares comuns de produção de sentido e organização social, são efeitos do real psíquico dos sujeitos que atuam nesses campos sociais de atribuição de sentido.

O trabalho do pesquisador, desse modo, funciona como assumido campo de produção simbólica sistematizada, e, nessa perspectiva, é trabalho por excelência, tendo por fim produzir conhecimento que possa atuar sobre o real do sujeito e, consequentemente, podendo transformar as macroestruturas sociais. Para Lima Jr. (2017, p. 9) “isto reinaugura uma nova compreensão da crítica epistemológoca, muito reduzida ao modo sociologizante,” desloca, dessa forma, a Pesquisa “do puro domínio da Ciência, podendo, assim, escapar” dos seus “cânones hegemônicos como critério superior de legitimação e validação social e epistemológica.”

Nas seções que seguem, serão compartilhados, de forma mais específica e aprofundada, os princípios epistemológicos que regeram esse processo de produção de sentido. O(A) autor(a)-leitor(a) terá acesso aos fundamentos do método dessa pesquisa, às regras que foram utilizadas para formar suas noções, seus contextos teóricos, demarcando, dessa forma, o modo escolhido para a geração de sentido construída nessa Tese. Ou seja, como objeto, sujeito, e a relação que eles travam, nessa pesquisa, foram construídos.

Aqui, o rigor não está nas medições, mas na busca por coerência com o solo epistemológico escolhido. Ele está em ter lisura com a fala do outro, mesmo sabendo que ao falar a partir da fala do outro, falo por mim. **Demonstra-se tal rigor ao buscar significativa apropriação nas inscrições teóricas com os outros sujeitos abstratos da pesquisa, ao tentar decifrar o que escapa e o que se insinua nesses pré-textos, realizando conexões, correlações, aproximações e diferenças que possibilitem uma contribuição teórica relevante para os campos da Pesquisa em Educação e da Educação.** A partir dos princípios

epistemológicos que fundamentaram essa escritura, a noção produzida sobre autoria, nessa pesquisa:

1. **é enformada pela linguagem e por isso não é capaz de acessar a verdade do objeto, nem pode ser esgotada por nenhum registro simbólico;**
2. **busca produzir uma verdade relativa a um sujeito historicamente situado, é portanto, uma versão simbólica subjetivada;**
3. **não se apoia num modo econômico de produção de sentido, mas num modo dialético, dialógico e complexo, assim sendo, não poderá gerar um modelo universal sobre a autoria;**
4. **não é independente dos contextos ideológicos, sendo por isso, uma noção politicamente implicada sobre a autoria.**

2.2.1 Ninguém me peça definições, ninguém me diga "vem por aqui": noção enformada pela linguagem

> É possível que desde Sófocles todos nós sejamos selvagens tatuados. Mas na Arte existe alguma outra coisa além da retidão das linhas e do polido das superfícies. A plástica do estilo não é tão ampla como toda a ideia [...] Temos coisas demais para as formas que possuímos (FLAUBERT, *apud* DERRIDA, 2005, p. 11) [15].

O conhecimento produzido, nesse trabalho, para tratar do objeto autoria na produção de conhecimento, é enformado pela linguagem. Isso quer dizer que, ao modo do campo de estudo da Linguagem, o ato de conhecer, em nossa condição humana, ocorre, em primeira instância, a partir da condição simbólica do ser humano. A camada simbólica é responsável por estruturar parte da coisa, do real, do objeto, a partir da nossa condição de linguagem, possibilitando a construção de uma versão simbolizada da coisa, do real, do objeto.

Para Cassirer (1992) o trabalho intelectual de conceber os objetos de conhecimento ocorre primeiro na estrutura da linguagem, portanto, o simbólico é o primeiro nível de contato que estabelecemos com o objeto de conhecimento, para só depois, num

[15] Texto desenvolvido por Gustave Flaubert em seu texto intitulado Préface à La vie d'écrivian (Prefácio à vida do escritor). FLAUBERT, Préface à la vie d'écrivain, p. 111. Citado por DERRIDA, J. "Força esignificação", p. 11.

segundo momento, esse objeto poder ser sistematizado por uma camada lógica, a partir da construção de um sistema de nexos causais, capaz de reunir o que parece ser, para o sujeito pesquisador, a totalidade das características essenciais desse objeto, formando os conceitos ou noções do conhecimento teórico.

Linguagem humana é um processo de simbolização que nos permite captar intelectualmente a realidade, produzir sentido, expressão e comunicação. Todo objeto de conhecimento é atravessado por outra coisa, diferente do objeto em si, que é o objeto pela linguagem. Para falar sobre o objeto de conhecimento, para denominá-lo, recorremos a uma referência da linguagem, um signo que aponta-representa algo diferente do próprio signo. A condição simbólica, para Maffesoli (2004), funciona como o lar comum do *socius* humano, lugar onde construímos elos (sentidos comuns), dando sentido e fundando a realidade social, em suas diversas dimensões. A partir dessa compreensão, todo conhecer teórico, antes de tudo, parte de um mundo enformado pela linguagem. O historiador, o cientista, o filósofo, o pesquisador, todos os sujeitos humanos acessam (convivem com) os seus objetos de conhecimento ao modo como a linguagem os representa.

> Deste ponto de vista, o mito, a arte, a linguagem e a ciência aparecem como símbolos: não no sentido de que designam na forma de imagem, na alegoria indicadora e explicadora, um real existente, mas sim, no sentido de que cada uma delas gera e parteja seu próprio mundo significativo. Neste domínio, apresenta-se este autodesdobramento do espírito, em virtude do qual só existe uma 'realidade'; um Ser organizado e definido. Consequentemente, as formas simbólicas especiais não são imitações, e sim, órgãos dessa realidade, posto que, só por meio delas, o real pode converter-se em objeto de captação intelectual e, destarte, tornar-se visível para nós. (CASSIRER, 1992, p. 22).

O conhecimento tecido nessa pesquisa não é capaz de acessar a verdade do objeto, em si, não é uma imitação do seu objeto, mas busca produzir uma verdade relativa, uma versão simbólica reduzida sobre a autoria na produção de conhecimento e geração de sentido. Hegemonicamente, o Método Científico Moderno de conhecer, a partir de Descartes (1996), teve a pretensão de alcançar a verdade do objeto, acreditando que bastava, para tanto, uma apropriação adequada e rigorosa do seu método para que a essência do objeto emergisse, enquanto conhecimento verdadeiro, sempre do mesmo jeito, invariável, independente do contexto histórico,

do espaço social, das estruturas culturais e das singularidades dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

Essa crença pode ser percebida, em seu tratado filosófico racionalista, quando Descartes (1996, p. 21) afirma estar em busca do “verdadeiro método para chegar ao conhecimento de todas as coisas de que meu espírito seria capaz.”, está ainda, no princípio que atesta haver “apenas uma verdade de cada coisa” e que “quem quer que a encontre sabe dela tudo o que se pode saber” (DESCARTES, 1996, p. 24). Para os fundamentos dessa pesquisa, no entanto, trata-se, como propôs Freud (1996 *apud* LIMA JR., 2015), de entender o conhecimento como uma topologia, uma aproximação com o objeto e não como uma simetria.

O conhecimento do objeto, cabível à condição humana, não é uma versão simétrica à realidade do objeto, por isso não está no lugar da verdade do objeto, mas da construção relativa de sentido a partir da condição singular dos sujeitos da pesquisa. Para Freud (1996 *apud* LIMA JR., 2015), ao invés de “a Verdade”, idealizada por Descartes (1996), temos “uma verdade”, como o último saber a que chega o sujeito sobre algo, mas que sempre se reinscreve, sendo interminável este processo. Por isso:

> [..] qualquer processo de enformação espiritual implica a mesma distorção violenta, o mesmo abandono da essência da realidade objetiva e das realidades imediatas da vivência. Isto porque nenhum processo desta ordem chega a captar a própria realidade, tendo que, para representá-la, poder retê-la de algum modo, recorrer ao signo, ao símbolo. [...] todo signo esconde em si o estigma da mediação, o que o obriga a encobrir aquilo que pretende manifestar. (CASSIRER, 1992, p. 20-21).

Também para Lima Jr. (2015), o que se formaliza não é a coisa em si, mas um conhecimento relativizado, dessa coisa, pelo sujeito do conhecimento. A própria ideia de objeto já se configura enquanto uma específica elaboração simbólica, e, por isso mesmo, esse objeto não pode ser absolutamente contido, até o limite último de sua significação, num signo que apenas representa o objeto, mas não é o objeto, em si. Até porque, argumenta o autor, se a condição simbólica humana não consegue explicar a realidade, em sua complexidade, de forma absoluta, uma racionalidade qualquer, que é um sistema simbólico menor que a própria linguagem geral humana, pode tão somente explicar a realidade de forma incompleta, parcial e relativa.

O salto qualitativo dessa questão está em abandonar o entendimento do objeto enquanto conceito para compreendê-lo como uma noção relativa. Por isso, Maffesoli (2010) recorre ao termo “noção”, também adotado, aqui, nessa pesquisa, para substituir o termo “conceito” que fecha o sentido, de forma hermética, em torno de um significado socialmente convencionado, isolando o objeto como se fosse um produto finito e acabado, independente da condição subjetiva do sujeito que busca atribuir um sentido a ele, pela via de seu significante. Esse deslocamento epistemológico termina por substituir a busca por conceitos-essências-verdade pela busca por noção-construção-de-sentido-verdade-relativa, no exercício de produzir conhecimento e atribuir sentido.

Eis o entendimento de que a construção de sentido, apesar de não acessar os objetos em si, nos possibilita instaurar, como propôs Freud (1996 *apud* LIMA JR., 2015), **uma topologia com a realidade e seus objetos, nem sempre passível de demonstração, mas, em certas condições, só sendo passível de certa “mostração”.** Um bordejamento em torno do objeto, ou seja, uma aproximação não com o objeto em si, em sua essência central, mas com o que o objeto lhe parece ser, em suas bordas, em seus contornos, a partir de determinada demarcação epistemológica, capaz de mostrar a dinâmica do objeto, a dinâmica do sujeito e a relação entre esses dois elementos para a criação de um conhecimento não absoluto.

Trata-se, portanto, da crença de que o sentido que se constrói em torno dos objetos não cobre o real do objeto. Cria, no entanto, uma versão simbólica que apesar de relativizada é potente para produzir um conhecimento capaz de resolver, relativamente, certas questões humanas, organizando sua vida social, atuando sobre os fenômenos da natureza, apenas não sendo capaz de esgotá-los simbolicamente.

Nesse sentido, Derrida (1995) afirma que a condição simbólica humana além de não poder acessar a realidade do objeto em si, também resvala, ou seja, **não pode dizer tudo sobre o objeto.** Além de produzir uma verdade relativa, também produz uma verdade incompleta. Se assim for, o sentido produzido nessa pesquisa não tem

como dizer tudo sobre seu objeto, por ser incompleto e poroso, também é, portanto, uma noção resvalante. O que equivale a afirmar que essa noção gerada em torno da autoria nos processos de produção de conhecimento ou de atribuição de sentido não pretende, nem se pressupõe capaz de esgotar seu objeto. Desse modo, se saber incompleto, sugere que o ato de conhecer precisa se saber humilde.

A realidade, em si, é complexa, dinâmica e cambiante e, nenhum sistema explicativo pode dizer plenamente o que ela é, já que não consegue dizer tudo sobre ela. Nenhuma amostra representativa reproduz literalmente as dinâmicas da realidade do objeto como um todo. A redução explicativa da realidade não é a realidade, mas uma versão simbólica psíquica, chamada por Lacan (1998) de **o Real do sujeito**. Essa versão subjetivada cria potencialidades e impossibilidades, podendo gerar diversos arranjos sociais. Por isso, traz soluções específicas e temporárias. Sem dúvida, reduzir a complexidade da realidade possibilitou certo controle social, criando certa forma de lidar com a existência, mas, no entanto, não possibilitou esgotá-la simbolicamente (LIMA JR., 2015).

> Assim, os sons da linguagem se esforçam para ‘expressar’ o acontecer subjetivo e objetivo, o mundo "interno" e "externo"; mas o que retêm não são a vida e a plenitude individual da própria existência, mas apenas uma abreviatura morta. Toda essa ‘denotação’ que pretende dar às palavras faladas, não vai, na verdade, além da simples ‘alusão’. (CASSIRER, 1992, p. 20-21).

Lacan (1998) disse que o Real não cessa de não se inscrever. O que sugere uma dinâmica de poder-e-não-poder, de inscrição e não inscrição; jogo de presença e ausência nas palavras de Derrida (1995), ou jogo de inscrição e morte na compreensão de Foucault (2009). Como a linguagem humana está contida na vida, ela também partilha dessa mesma substância. E como o conhecimento é enformado pela linguagem, essa digressão lógica, enquanto princípio fundante do processo humano de simbolização, sugere que quando o conhecimento é formalizado e socialmente difundido, sua incompletude é mostrada com maior ênfase. A impossibilidade de esgotar o conhecimento tecido em torno do objeto fica mais evidente, eis porque, assim como a vida, o sentido produzido também não cessa de não se inscrever.

Uma vez que o conhecimento, ou sentido, é (re)formalizado, produzirá nova falta[16], nova incompletude, novo vazio. Essa dinâmica nunca cessa, produzindo a polissemia na produção de sentidos humanos. É essa impossibilidade, propriamente dita, que produz o vazio, enquanto efeito do que resvala na linguagem. Precisamente, esse resvalamento e essa incompletude da linguagem são as características que possibilitam esse dinamismo, ou seja, possibilitam que outro sujeito faça sua inscrição, sua autoria, no corpo de um conhecimento instituído e no sentido socialmente convencionado, em torno de um objeto.

Então, **trata-se, na base, de produção de sentido realizada pelo sujeito,** a partir da sua específica condição biológica, cognitiva, emocional, social, política, econômica, cultural, educacional, espiritual, etc. Esse argumento nos lança em direção ao princípio epistemológico mais radical para uma compreensão dos processos de atribuição de sentido e produção de conhecimento que é o papel da subjetividade na criação de sentido, atravessando a relação que um sujeito estabelece com seu objeto.

2.2.2 Se vim ao mundo, foi só para desflorar florestas virgens, e desenhar meus próprios pés na areia inexplorada: produção de sentido relativa a um sujeito epistêmico-subjetivo

> A religião da pessoa, por exemplo, ou sua metafísica ou seu senso de humor [...] devem manter-se inteiramente à parte de sua atividade científica. Sua imaginação vê-se restringida e até sua linguagem deixa de ser própria. E isso penetra a natureza dos 'fatos' científicos, que passam a ser vistos como independentes de opinião, de crença ou de formação cultural. (FEYERABEND, 1977, p. 21).

No trecho acima, Feyerabend (1977) denuncia a ideologia do método moderno científico que tenta obliterar os indícios da subjetividade dos sujeitos pesquisadores, na pretensão de garantir um acesso absolutamente objetivo à verdade do objeto, por meio de um rigor metodológico que se pretende externo à condição psíquica, simbólica e histórica humana. O sujeito epistêmico é uma construção ideológica amplamente difundia pela Ciência Moderna, conceito herdado da Filosofia Ocidental,

[16] Para a Psicanálise, o sujeito é barrado, ou seja, é um ser movido pela falta, por sua condição de incompletude.

que mostra como o processo de produção de conhecimento vem sendo percebido e construído, em nosso percurso civilizatório. Como nos alertou Foucault (2009), ao tratar do autor, essa discussão permite revelar a forma pela qual o homem vem sendo socialmente pensado e como vem funcionando na organização da vida social, em especial, nos campos do saber e da produção de sentido que estruturam parte dos aparelhos ideológicos que regulam os recursos simbólicos e materiais de nossa sociedade.

O Iluminismo pensou o homem como um sujeito pleno, absolutamente autônomo e original, ou seja, o sujeito independente da coisa social. O Estruturalismo fez emergir o sujeito transpassado, fortemente condicionado pelas estruturas externas (linguagem, sociedade, economia, política, educação, cultura, etc.), isto é, o sujeito enclausurado pelo meio. Entretanto, numa visão dialética, o sujeito é relativizado: nem independente, nem enclausurado, absolutamente, mas, ao mesmo tempo, condicionado pelas estruturas e também agente transformador das mesmas, de forma relativa. Desse modo, vale lembrar que:

> à própria estrutura em si não se chega, pois, a mesma é derivada de um ato de nomeação, de fundação simbólica, linguística. Como tal, segundo Derrida, resvalante constitutiva e necessariamente, seu sentido último/primeiro erige-se dinâmica e abertamente pela cadeia de significante de um sujeito a outro. (LIMA JR., 2017, p.22).

Nessa forma de compreensão, ao mesmo tempo em que é transpassado pelas estruturas, o sujeito também faz um nome próprio na coisa social. Nessa acepção, o sentido atribuído ao objeto evolui a partir de uma cadeia de significantes do sujeito que observa, que nota e denota seu objeto, selecionando as notas características que considera mais relevantes para sua atribuição de sentido, dentre tantas outras possíveis de existir que, ou não são percebidas ou não são priorizadas pelo sujeito e seus pares, de acordo com seus interesses ideológicos e funcionamentos psíquicos.

> Se, por exemplo, em grego, a Luz é denominada ‘Medidora’ e, em latim, ‘Luminosa’ (*luna*) ou se no mesmo idioma, como no sânscrito, o elefante ora se chama ‘O que bebe duas vezes’, ora ‘O bidentado’, ora ‘Aquele que é munido de uma mão’, tudo isto mostra que a linguagem nunca designa simplesmente os objetos como tais, mas sempre conceitos formados pela atividade espontânea do espírito, razão pela qual a natureza dos referidos conceitos depende do rumo tomado por esse exame intelectual. (CASSIRER, 1992, p. 50).

Para a compreensão do objeto, a partir dos campos da Linguagem e da Psicanálise, o significado do objeto não está no objeto, em si, mas numa percepção subjetiva do ser que observa, do ser que produz sentido. Também nessa direção, Derrida (1995) recorre à análise freudiana dos sonhos para mostrar a manifestação da subjetividade dos sujeitos, capaz de atribuir a um mesmo símbolo diversas significações a depender de cada contexto específico vivencial, para além de um código de interpretação previamente estabelecido e socialmente convencionado como verdadeiro.

> Tanto quanto à generalidade e à rigidez do código, este limite reside no fato de haver uma excessiva preocupação com conteúdos, uma reduzida preocupação com relações, situações, funcionamento e diferenças: 'O meu processo não é tão cômodo quanto o do método popular de decifração que traduz o conteúdo dado de um sonho segundo um código estabelecido; sou mais levado a pensar que o mesmo conteúdo de sonho pode abrigar também um sentido diferente em pessoas diferentes e num contexto diferente' (p. 109). Aliás, para sustentar esta afirmação, Freud julga poder recorrer à escrita chinesa: 'Estes [os símbolos do sonho] têm muitas vezes significações múltiplas, de tal modo que, como na escrita chinesa, só o contexto torna possível, em cada caso, a apreensão correta' (p. 358). (DERRIDA, 1995, p. 197).

Por isso, para os fundamentos dessa pesquisa, a verdade do objeto, no âmbito do humano, está sediada no sujeito que atribui sentido. É o mesmo que dizer que "a sede do sentido é a alma" (DERRIDA, 2008 *apud* LIMA JR., 2015), ou seja, que a sede do sentido é o ser, que em termos lacanianos se refere ao significante do sujeito (LACAN 1998). O significante, na Linguística, é um veículo que expressa o objeto em si; já para Lacan (1998), o significante, enquanto processo de produção de sentido, na condição humana, não aponta para o objeto em si, mas compõe, organiza e estrutura uma versão formal do objeto de conhecimento simbolizada pelo sujeito que busca conhecer.

Assim, o objeto de conhecimento só existe, na condição humana, enquanto versão simbólica subjetivada. Por isso, o sujeito do conhecimento é, ao mesmo tempo, epistêmico e subjetivo e seu objeto é constituído enquanto uma versão do saber de certo sujeito, uma verdade enformada pela linguagem, que, ao mesmo tempo, é subjetivada, ou seja, "relativa a", sempre atrelada a uma determinada condição simbólica. Fundamentado por esse princípio, o conhecimento aqui tecido busca produzir uma verdade relativa à condição perceptiva de um sujeito epistêmico-subjetivo, historicamente localizado.

O que equivale a dizer que apesar de todo condicionamento externo, e de não ser a origem absoluta da produção de sentido, na coisa social, há uma instância onde o sujeito fala por si mesmo, a partir de sua condição singular, relativizando a relação sujeito-conhecimento-objeto. Nem o sujeito, nem as estruturas são absolutos, mas dinâmicos, lacunares, resvalantes e porosos, ambos condicionam e são condicionados, numa mútua e interassociada relação, numa dinâmica relacional dialética. Assim, analisar certo objeto do campo social, significa, em última instância, analisar o próprio sujeito pesquisador.

Para melhor compreensão dos aspectos subjetivos do ato de conhecer é importante demarcar o lugar do social e sua relação com as expressões subjetivas dos sujeitos sociais, na pesquisa. As estruturas externas ao sujeito, sem dúvida, interferem e condicionam o sentido atribuído a um objeto, mas, em primeira instância, esse sentido é fruto de um processo-experiência-elaboração simbólica que ocorre no ser (posto que é saber e é ontológico) de um sujeito singular. Por isso, nenhum registro simbólico pode falar o que a coisa social é, de forma absoluta, esgotada e universal. Se assim o fosse, não existiriam as mudanças, transformações e especificidades sociais, que são consequências de impressões, produção de sentido e atuações dos sujeitos, para além das abstrações sociais convencionadas e hegemonicamente instituídas nas macrodinâmicas de poder.

Também para Barthes (2004), essa condição resvalante e porosa do jogo discursivo é o que possibilita a transgressão da escrita, impedindo que o conceito instituído, o significado convencionado, enclausure o significante do sujeito em um sentido único, completo e finalizado. Convencionar o significado de uma coisa não equivale a dizer que o sentido socialmente convencionado é a coisa, em si, mas que se trata de uma versão simbolizada comum legitimada socialmente. Mesmo diante de uma convenção social hegemônica, há possibilidades de compreender o objeto, singularmente, que, por sua vez, também não é a coisa, em si, o todo real do objeto, mas outra versão simbolizada subjetiva.

A coisa social, seja ela qual for, não é construída, a partir, tão somente, da apropriação de um sistema lógico-formal externo ao sujeito e sua específica

condição, mas, sobretudo, pela forma como o sujeito entra no real a partir de sua entrada-inscrição-autoria, no circuito simbólico. O sentido socialmente convencionado é dinamizado pelas ações subjetivas dos autores sociais, em especial, pela forma como cada sujeito atribui sentido. Nessa perspectiva epistemológica, para Lacan (1998), o objeto em si está perdido para a capacidade humana de conhecer, ou seja:

> Em Psicanálise, qualquer objeto, antes de ser um objeto epistemológico, é um 'objeto a', isto é, um objeto de desejo e de gozo que, por conseguinte, dirige-se ao Real de gozo do sujeito, que implica um modo de ser no 'mundo', um modo próprio de ser no Simbólico e na Linguagem. (LIMA JR., 2017, p. 25).

Quando falo sobre o objeto, meu texto carrega influências de ordens externas à minha condição de sujeito específico: das estruturas linguísticas, semânticas, sociais, dos discursos produzidos por outros sujeitos. Esses sentidos foram socialmente convencionados a partir dos jogos de poder que organizam a vida de qualquer sociedade, em qualquer tempo histórico, mas não podem impedir o sujeito social de produzir sua versão própria acerca de determinado objeto. Existe algo "molecular", nesse processo, que é a forma como cada sujeito articula os sentidos externos a partir da sua singular condição de elaborar e instaurar a realidade, nos diversos arranjos e contextos societários. O que aponta para a forma específica e particular do sujeito entrar no jogo da linguagem, para sua condição de saber ser sujeito, em dado contexto social, numa dialética existencial dinamizada pelo poder ser e não poder ser, tensão entre o campo subjetivo e as estruturas sociais, o micro e o macro.

> Tensão do jogo com a história, tensão também do jogo com a presença. A presença de um elemento é sempre uma referência significante e substitutiva inscrita num sistema de diferenças e o movimento de uma cadeia. O jogo é sempre jogo de ausência e de presença, mas se o quisermos pensar radicalmente, é preciso pensá-lo antes da alternativa da presença e da ausência; é preciso pensar o ser como presença ou ausência a partir da possibilidade do jogo e não inversamente. (DERRIDA, 1995, p. 248).

> Na verdade, em se considerando que todo objeto epistêmico é objeto de desejo e de gozo, trata-se da 'presença da ausência', pois se um sujeito qualquer deseja e goza um objeto, algo lhe falta. Este sujeito é dividido. Como nenhum objeto desejado e gozado plenifica a falta, este dinamismo do sujeito é incessante. Posto em termos epistemológicos, todo conhecimento, em si, é vazio, assim como a linguagem escrita e a Linguagem mesma (DERRIDA, 1995, *apud* LIMA JR., 2017, p. 26).

Os outros autores que fundamentam essa Tese, por exemplo, funcionam como um pré-texto para que eu possa falar a partir de mim. Uma mistura de escritos externos que justamente por não poderem dizer tudo, em suas brechas, em seus furos, em sua incompletude, possibilitam-me tecer minha própria escritura. Uma versão singular da coisa pesquisada, que por sua vez também resvalará incompleta e faltante, abrindo espaço para que outro sujeito se inscreva, para, em seguida, também morrer, desaparecendo discursivamente. A produção de sentido, em torno de um objeto, é feita de ciclos de presença, ausência, inscrição e desaparecimento, preenchimento e vazio, vida e morte.

Essa dinâmica discursiva é atualizada ao infinito e termina por produzir a impossibilidade de dizer totalmente o sentido do objeto, abrindo um campo potente, nos processos de produção de conhecimento e atribuição de sentido, pois possibilita a criação de novos sentidos, em torno do objeto, podendo desencadear novos arranjos sociais, novas formas de organizar a existência humana, sempre relativa, em seus variados contextos. Evidentemente que essa subjetivação também não pode prescrever totalmente o que o social é, mas o que o social é para um determinado autor social ou para um grupo de autores que se aproximam por uma compreensão topológica, em torno de certo objeto social. Nem sempre a expressão do sujeito será socialmente legitimada porque tal legitimação depende do jogo de poder para instaurar certo ideal-laço, em detrimento de outros.

Dessa forma, falar discursivamente é fundar simbolicamente o nosso real. No fundo, trata-se de discutir o que é ou o que deveria ser certo campo do real-social-existencial para os sujeitos da pesquisa, e como essas versões subjetivas são ou podem ser articuladas para produzir nossos arranjos sociais. Tanto em seu caráter socialmente convencionado, aparentemente homogeneizado, numa macro entidade social, quanto em sua condição subjetiva, que por ser constitutivamente singular, diversificada e plural, termina por dinamizar e singularizar a forma como cada sujeito vive a coisa social. Entretanto, seja qual for a dimensão do *socius,* enquanto objetos passíveis de conhecimento jamais poderão ser esgotados por um sistema simbólico, assim, algo não poderá ser dito, nominado, explicado ou demonstrado, permanecendo na ordem do enigma, segundo Lima Jr. (2017, 2015), ou operando no vazio, segundo Derrida (1995).

Os processos de subjetivação que ocorrem nos processos de produção de sentido imprimem uma estética do sujeito que se apropria, articula, ressignifica e cria noções, em torno de certo objeto de conhecimento. Estética do grego, *aisthésis,* tem a ver com percepção e sensibilidade, é um ramo que veio da Filosofia Clássica e teve por objetivo o estudo da essência do belo, formando uma unidade teórica com as noções do bem e do verdadeiro. Esse princípio valorativo é herdado pela Ciência, e, de alguma sorte, essa busca pela verdade essencial e absoluta do objeto deriva daí, e termina por produzir normas gerais canônicas e com pretensões universalistas e atemporais, supostamente capazes de definir a beleza, a verdade e a bondade enquanto ideias absolutos de perfeição.

Estética, nessa pesquisa, no entanto, assume um sentido diferente da concepção clássica e moderna. Não está no lugar da verdade, da beleza e da bondade absolutas e universais, mas no lugar da expressividade do sujeito, do seu modo específico, relativo e contextualizado de ser. **Segundo Lima Jr. (2016), estética como um dos nomes do Real, não enquanto um conceito filosófico, mas, na forma primeira ou primária, um ato de subsunção do ser a partir do não ser, ou ainda, de subsunção ao estado de "presença da falta" da coisa pela mirada/batida simbólica, que é saber subjetivo.** É por isso que, na linha ou na letra de Lima Jr., a epistemologia implica uma estética, pois se dá a partir das elaborações próprias do sujeito que atribui sentido, da forma simbólica que o sujeito consegue enformar seu objeto, do seu específico jeito de entrar no simbólico, de fundar seu real, de construir um nome próprio nesse jogo discursivo, a partir de uma singular condição psíquica, biológica, ideológica, sociocultural, etc.

2.2.3 Porque sei que não vou por aí: quando conhecer não significa quantificar, medir, simplificar, modelar, universalizar

> Um modo econômico, que pretende dizer a verdade do objeto quanto mais conhecimento, mais descrição, mais elementos referidos se obtenha e disponha [...] Como num processo de acumulação, por isso uma ênfase econômica da abordagem do objeto do conhecimento. Outro, um modo topológico, como figuração que pretende mostrar a coisa aproximativamente, sem necessidade de demonstração, mas como um efeito de 'mostração', já que nem tudo é passível de demonstração. E o modo dinâmico, que implica em visar à dinâmica do objeto, à dinâmica do

> sujeito sobre o objeto e à dinâmica da relação entre estes dois fatores/processos. (LIMA JR., 2015, p. 20-21).

Nessa acepção epistemológica moderna, conhecer significa quantificar e a validade desse conhecimento se dá a partir do rigor das medições. Mas um objeto como a autoria, na produção de conhecimento e atribuição de sentido, no âmbito da Pesquisa em Educação, não pode ser pautado pelo rigor matemático das mensurações e regularidades. Por conta de ter como objeto teórico central o sujeito da Educação, que é o sujeito subjetivo, demanda um rigor outro. Não se trata de observar quantas vezes esse específico fenômeno social, em Educação, se repete invariavelmente, mas de conhecer, relativamente, sua natureza intrínseca.

Diferente da perspectiva científica, a variância, em nossa forma de tecer esse objeto social, possui muita relevância, porque, **precisamente, essa natureza singular é o que há de mais precioso para a compreensão da autoria**. Os princípios epistemológicos científicos originam-se na matemática, como modelo ideal de representação da estrutura da matéria (SANTOS, 2005), mas o objeto dessa pesquisa não é uma expressão do campo da matéria. Ainda que produza efeitos materiais, a autoria está sediada na alma do ser (DERRIDA, 2008 *apud* LIMA JR., 2015), no funcionamento do sujeito (FOUCAULT, 1984, 2009), na sua condição simbólica autoexpressiva (LIMA JR., 2015), no significante do sujeito (LACAN, 1998).

Entendo que não é possível mensurar e quantificar um objeto constitutivamente subjetivo porque ele possui um funcionamento que não se repete da mesma forma, que é singular em cada sujeito. Fenômeno extremamente dinâmico, isto é, em constante variação, que nem sempre está no campo da consciência, da racionalização. Também não é possível predizê-lo porque, em seu dinamismo, esse objeto sofre constantes atualizações, decorrentes de seus variados contextos, e das variadas forças que o controlam. Forças externas ao sujeito da autoria, como as macroestruturas sociais e, sobretudo, forças internas que são a própria demarcação subjetiva do ser, sua forma específica de entrar no simbólico, produzir sentido e lidar com a realidade ampla, a partir do seu real.

No método científico, as variâncias podem ser desprezadas, consideradas irrelevantes, porque elas não permitem estabelecer o padrão de comportamento do objeto que fundamentará as leis gerais que dirão o que o objeto é, e como ele funciona. Nessa pesquisa, a variância é a única regra geral cabível por causa da natureza subjetiva do seu objeto, que leva em conta a existência, não só de leis externas, mas de uma lei micro, capaz de produzir sentido próprio e de dinamizar o sentido social estabelecido. Portanto, um objeto dessa natureza jamais poderá possuir generalizações aplicáveis a qualquer contexto, com regularidade, universalidade, independente do tempo, do espaço e das contingências humanas.

Nenhuma amostra representativa da autoria poderá gerar sistemas explicativos e demonstrativos que funcionem como leis invariáveis, universais e atemporais, numa perspectiva absoluta de verdade, porque a autoria, para os fundamentos dessa pesquisa, é atualizada a cada expressão subjetiva. É por isso que me proponho a deslocar a autoria, do estatuto teórico moderno de categoria conceitual para a noção de significante do sujeito, enquanto princípio epistemológico. Assim, me afasto da pretensão de produzir um sentido que seja considerado como a verdade absoluta da autoria para apostar numa construção de uma verdade específica sobre a autoria, que seja relativa à certa epistemologia, à certa ideologia e à certa condição histórica e subjetiva.

Como o real em si da autoria é complexo e, para nossa condição humana, é inalcançável devido à nossa constituição simbólica, o sentido produzido sobre a autoria, nessa escritura, têm efeito de uma versão simbólica, orientada pelos seguintes tipos de registros lógicos: o dialético, o dialógico e o complexo. Esse objeto é dialético, pois leva em conta diferentes aspectos do objeto. É dialógico pois entende que pode duplicar o sentido da autoria a partir da articulação de mais de um tipo de lógica, manejadas por diferentes sujeitos, gerando diferentes formas de entender e viver a autoria, modos relativos ao significante de cada sujeito-autor. E, apesar dessa pesquisa ser, de certa forma, uma simplificação simbólica, não podendo definir, nem falar tudo sobre seu objeto, a autoria é um objeto de natureza complexa pois possui múltiplas causalidades, suas variações e relatividades contextuais interferem na produção dos sentidos, articulados ao seu redor, gerando polissemia em torno desse objeto.

> A autoria, portanto, perde o *status* de conceito e de verdade, para ser um saber que atua uma condição, que não se encarna, não se reduz, não se repete, mas se articula quando atuada por cada sujeito. Logo, tanto posso dizer que a tomo como uma noção, quanto como um significante do sujeito. A partir daí, só poderei falar sobre autoria em nome próprio e à medida que consiga ser autoral. Assim, meu próprio dizer é minha Tese, em razão de o poder dizer, são já marcados pela falta, pelo silêncio, pelo resvalamento, pelo vazio e pelo buraco. Pois, quando falo, também gero um efeito de disponibilizar uma estrutura de linguagem sobre a coisa, que já não sou eu em mim mesmo, mas que já se coloca/disponibiliza no campo do simbólico, como letra ou literalidade, morte, que poderá ser vivificada e enformada, semantizada, por outros diferentes e singulares sujeitos que a tomem para si enquanto uma razão de ser, que é toda subjetiva. (LIMA JR., 2017, p.31).

Portanto, as regras de simplificação e regularidade não são adequadas para tratar esse objeto, pois nos interessam as relações sistemáticas, a produção de sentido subjetiva, suas variações, diferenças, suas contradições, seus critérios próprios de verdade e significações intrínsecas, inferências atreladas às singularidades dos sujeitos da pesquisa. Esse princípio epistemológico advém da crença de que alguns objetos que compõem a condição de existência humana não são mensuráveis, controláveis, estáticos, constantes, invariáveis, mas ao contrário, possuem regras, critérios e verdades próprias para geração dos sentidos que orbitam ao redor de objetos que possuem tal dinamismo.

> Em lugar de medir o conteúdo, o sentido e a verdade das formas intelectuais por algo alheio, que deva refletir-se nelas mediatamente, cumpre descobrir, nestas próprias formas, a medida e o critério de sua verdade e significação intrínseca. Em lugar de tomá-las como meras reproduções, devemos reconhecer, em cada uma, uma regra espontânea de geração, um modo e tendência originais de expressão, que é algo mais que a mera estampa de algo de antemão dado em rígidas configurações de ser. (CASSIRER, 1992, p. 22).

A autoria é o que Cassirer (1992) nomina como regra espontânea de geração de sentido e verdade. Assim sendo, não pode ser tratada estatisticamente e, por isso, não é possível padronizá-la, produzindo generalizações a partir de leis externas, universalmente aplicáveis. Em outros termos, não há como criar um modelo universal de autoria. Nesse sentido, Lima Jr. (2015) analisa que a condição simbólica, em suas diversas textualidades, não é capaz de criar leis gerais, verdades universalmente aplicáveis, modelando a realidade a partir de uma escala reduzida, uma amostra que representa uma simplificação de um objeto muito mais complexo, em si, que é parte da realidade humana mais ampla.

Existem objetos que não podem ser modelados, padronizados, que leis gerais não conseguem explicar seu funcionamento dinâmico, exceto se compreendidos enquanto explicações relativas. Nem todo objeto pode ser mensurado, demonstrado e explicado, há objetos que podem, no máximo, ser mostrados (FREUD, 1996 *apud* LIMA JR., 2015). Quando está em questão uma pesquisa cujo objeto são sujeitos sociais, a premissa acima ocupa o lugar de princípio fundante, nessa forma de conhecer um objeto com esse tipo de dinamismo. É por isso que não é possível gerar um modelo de autoria, um modelo único de inscrição do sujeito, nos processos de produção de sentido e conhecimento, já que o lugar-função-autor é uma instância que só pode ser ocupada de modo único por cada sujeito, em sua específica condição psíquica, simbólica e social. É por isso que não se pode definir a autoria a partir de um único conceito, dizendo o que ela é, em absoluto.

A autoria, enquanto inscrição subjetiva dos sujeitos sociais, termina por dinamizar a produção de conhecimento, fazendo parte do circuito discursivo que anima os jogos de poder que estruturam a vida social. Em determinado momento, o modo próprio pelo qual o sujeito se inscreve, na coisa social, ganha uma dimensão macrossocial, produzindo, também aqui, uma relação dialética de mútua interferência. Em decorrência desse processo são produzidas as ideologias e os sentidos socialmente convencionados que convivem, na tensão das dinâmicas de poder, com outras formas de atribuir sentido aos objetos de conhecimento e outras formas de organizar a vida social, o que nos leva para o último princípio que rege essa pesquisa: a crença de que o conhecimento produzido por esse constructo simbólico não é independente dos contextos sociais e ideológicos e está associado a certo princípio político de funcionamento.

2.2.4 *Eu olho-os com olhos lassos (há, nos olhos meus, ironias e cansaços): noção politicamente implicada*

> E por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, [...] não totalizadora. Luta contra o poder, luta para fazê-lo aparecer e feri-lo onde ele é mais invisível e mais insidioso. Luta não para uma ‘tomada de consciência’ (há muito tempo que a consciência como saber está adquirida pelas massas e que a consciência como sujeito está adquirida, está ocupada pela burguesia), mas

> para a destruição progressiva e a tomada do poder ao lado de todos aqueles que lutam por ela, e não na retaguarda, para esclarecê−los. Uma ‘teoria’ é o sistema regional desta luta. (FOUCAULT, 1984, p. 70).

Como as contribuições de uma pesquisa teórica podem interferir nas práticas sociais, enquanto sistema regional de luta, transformando arranjos sociais, solucionando os desafios da vida em sociedade, em especial na dimensão educacional? Para Foucault (1984), a economia política da verdade que organiza e orienta a produção dos enunciados discursivos da nossa sociedade, incluindo os processos de produção de conhecimento, está hegemonicamente centrada no discurso científico, tendo sua difusão e consumo controlados, em grande parte, por instituições científicas que funcionam como grandes aparelhos políticos e econômicos a exemplo de universidades e meios de comunicação.

A Modernidade enquanto projeto societário das civilizações ocidentais foi forjada a partir dos primados epistemológicos da Filosofia e da Ciência, enquanto modo de organizar e dar sentido aos fatos e objetos da realidade, buscando uma metalinguagem lógico-conceitual que dissesse o que era a coisa natural, biológica, social, política, econômica, cultural, educacional, etc. (LIMA JR., 2015). A racionalidade científica legitimou-se como principal conhecimento organizador das tecituras modernas por causa da sua ênfase ideológica no domínio, no controle, na expansão, na conquista, na busca por uma sociedade utilitária, regida por uma verdade única e universal, pelo entendimento do homem enquanto categoria essencialmente política, econômica e social (MAFFESOLI, 2004).

Para Feyeraband (1977), no entanto, o Estado se alia à Ciência para se fortalecer por causa do poder que esse modo de produção de sentido tem de alterar as condições do planeta, devido às possibilidades econômicas e industriais que estruturou, em suma, por conta de sua capacidade de lidar com doenças, intempéries e produzir poder bélico. Dessa forma, o Estado assume a Educação formal da população, tendo por base os pilares epistemológicos, método e os valores da Ciência. Contudo, a simplificação científica da vida não consegue superar o nível de complexidade da existência humana, permeada de elementos imprevisíveis e surpreendentes, cujos objetos reclamam procedimentos complexos, específicos e contextualizados.

A produção de conhecimento, de forma mais específica, e a geração de sentido, de modo mais geral, estão profundamente implicados com os projetos sociais que ajudam a instaurar, transformando a sociedade, em suas dimensões simbólica e material, enquanto um sistema de luta que funciona regionalmente, ou seja, contextualizado, local, histórica e subjetivamente, em condições específicas do viver. Podemos perceber a estreita relação entre esses processos de produção de sentido e organização sociopolítica a partir da trajetória epistêmico-ideológica no campo da Pesquisa Social em Educação. A utilização do método científico clássico para lidar com os objetos de conhecimento, segundo Bogdan e Biklen (1994), faz parte de um esforço ideológico moderno que buscava solucionar os problemas sociais da escola, na primeira metade do século XX, a partir de uma abordagem quantitativa.

Esse fato ilustra, de forma cabal, a pretensão e esforço em transformar a Educação em Ciência. O ato de conhecer, fundamentado pela Psicologia Experimentalista, no campo da Educação, adotou processos de mensuração, quantificação e predição, assim como nas Ciências da Natureza. Tratou-se de compreender os objetos dos fenômenos humanos a partir do modelo de conhecimento utilizado pela Ciência Moderna para conhecer os fenômenos naturais. No entanto, as pesquisas sociais em Educação fracassam ao tentar adequar seus objetos radicalmente porosos ao modelo mensurador e quantificador matemático.

O método moderno é relativamente eficaz para tratar de objetos de natureza física e química, mas inadequado para o trato de objetos constitutivamente subjetivos, de impossível modelagem e padronização universal. Não é à toa que as Ciências Sociais são consideradas menos eficazes, do ponto de vista ideológico científico, já que seus objetos frequentemente escapam dos padrões conceituais universais. Não conseguiram o *status* das ciências chamadas naturais que criaram o método, já que não puderam alcançar resultados mais consistentes, em termos de controle, generalização e aplicação de suas teorias.

Isso porque o principal objeto de conhecimento, no campo da Pesquisa Social em Educação, é o sujeito da Educação que possui uma natureza em que a episteme quantificadora não dá conta devido aos seus processos de subjetivação, repleto de

variações contextuais. As singularidades de seu funcionamento são impossíveis de prever, controlar e modelar, não possibilitando conhecer esses objetos a partir de leis regulares e constantes, externas aos sujeitos que atuam nesse campo social.

Dessa maneira, o conhecimento produzido em uma sociedade está intimamente associado com suas dinâmicas de poder, ajudando a instaurar variados projetos societários. Esses conhecimentos sofrem influências ideológicas e, ao mesmo tempo, fundamentam as políticas que orientam e organizam a vida social, a distribuição de seus recursos e a legitimação de seus valores, numa dimensão macroestrutural. Assim, toda produção de sentido, incluindo a dessa pesquisa, é politicamente implicada com algum projeto societário, algum modo de organizar a vida social e de entender o papel do sujeito, nessa organização.

Nas palavras de Foucault (1984), a prática teórica é um sistema regional de luta, ou seja, uma prática simbólica, um sistema de produção de sentido específico, contextualizado que pode contribuir para organizar a vida social, dizer o que ela parece ser, ou como deveria ser estruturada, buscando dar conta de suas demandas existenciais a partir de certa ideologia. Para Gatti (2012, p. 39), todavia, as pesquisas no campo Social da Educação precisam levar em conta problemas concretos e relevantes que tocam no cotidiano escolar e na história da Educação.

Por outro lado, problematiza a autora, as pesquisas não devem buscar solucionar pequenos impasses do cotidiano educacional. Isso porque o tempo de que a pesquisa necessita para elaborar perguntas adequadas e respostas nem sempre evidentes é diferente do tempo necessário para dar respostas aos impasses do cotidiano da escola com suas demandas imediatas. O tempo de apropriação, produção e difusão dos conhecimentos ou noções produzidos nas pesquisas é diferente do tempo de gestão escolar e de certas necessidades da docência, defende a autora. Percorrem caminhos complexos que não são imediatos, transpassados pela produção histórica de seu contexto e suas relações de poder.

> O que se produz como conhecimento nas reflexões e pesquisas na academia socializa-se não de imediato, mas em temporalidade histórica. [...] Esse impacto assume as características do possível historicamente determinado, portanto, não assume uma feição do idealizado nas reflexões e nos desejos dos pesquisadores, mas a feição do factível, no confronto dos

> interesses e poderes que atuam no social numa dada conjuntura. (GATTI, 2012, p. 39 - 40).

É por isso que a pesquisa só vai interferir no real dos sujeitos sociais, no momento em que houver engajamento político, dependendo sempre dos jogos de poder, em dado contexto histórico-social. Entretanto, o possível historicamente, na perspectiva dessa pesquisa, não se restringe ao ente ideal formal das teorias sociais. Mais que um efeito estritamente macroeconômico e ideológico, mais que relação social de poder, trata-se de efeito da implicação micro dos autores sociais a partir do laço-discurso que utilizam para ser-estar, na coisa social. Qualquer atualização social acontecerá a partir de uma dinâmica de autorização e autonomia do micro (subjetivo) em relação ao macro (*socius*).

É por tal motivo que a pesquisa pode, ou não, num primeiro momento, numa dimensão infra, interferir no Real dos sujeitos pesquisadores, dos sujeitos pesquisados, dos sujeitos leitores, e, num momento posterior, pode, ou não, ganhar amplitude macrossocial, alterando as macroestruturas. Isso, no entanto, ocorrerá, no momento em que os sujeitos sociais agirem sobre as estruturas hegemônicas, subvertendo-as, ao modo próprio, ou seja, subjetivamente, em termos de microdinâmicas de poder, promovendo pragmáticas que produzirão específico efeito sociocultural macroestrutural. Efeito esse que será estruturado a partir de um outro modo de criar laço com o Real. Nessa perspectiva epistemológica, as mudanças não são fruto de uma revolução macrossocial, mas são efeitos dos atos cotidianos e subjetivos dos sujeitos que operam sobre a camada simbólica, criando versões de ser-estar autoral, na coisa social.

Em termos ideológicos, mas sobretudo, em termos de laço-discurso-funcionamento-implicação, esse trabalho acredita que produzir uma noção que assuma e valorize o lugar do sujeito na construção de sentido social, respeitando a sua razão de ser, e não impondo uma razão arbitrária e externa à real condição do sujeito social-educacional, poderá contribuir para a construção de um arranjo societário, de um tipo de Educação e de uma forma de produzir sentido que, de fato, levem em conta as questões específicas dos sujeitos envolvidos nesses processos existenciais, produzindo, dessa maneira, soluções mais adequadas às suas reais necessidades.

Uma vez norteados por tal princípio, os registros epistemológicos poderão produzir espaços mais democráticos, sem a pretensão de falar pelos sujeitos, violentando sua condição, reduzindo-os ao lugar de assujeitados, mas ao contrário, poderão estabelecer uma dialogicidade que possa produzir polissemias, duplicar sentidos, construir soluções específicas às necessidades singulares e seus agrupamentos, lidando melhor com as diferenças de funcionamento, instaurando regras mais respeitosas de convivência e aprendizagem.

Pesquisa, dessa maneira, é entendida como dinâmica de produção de sentidos que respeita as singularidades de outras formas de pensar, além da científica, e valoriza a pluralidade das lógicas epistêmicas para ampliar e ressignificar as ações teóricas e suas pragmáticas, enquanto possíveis soluções para importantes questões humanas. Existem outras racionalidades, outras formas de conhecer como a Arte, a Mística, a Linguagem, a Psicanálise, certos campos críticos da Filosofia, da Antropologia e da Sociologia que podem contribuir para outra compreensão da realidade e seus objetos, propondo outros tipos de projeto societário, menos excludentes, autoritários e simbolicamente violentos que o que está posto em nossa sociedade atualmente.

Assim, ao buscar analisar e compreender os discursos, enquanto projetos societários com dimensões materiais e imateriais, torna-se possível perscrutar os jogos de poder que estruturam esses projetos societários, em suas imbrincadas manifestações de virtualidade e atualidade. Ao analisar os jogos de poder, descobre-se os textos-discursos-funcionamentos que os fundamentam e, ao investigar tais discursos, emergem as epistemologias que legitimam-orientam todo um modo de ser-existir em dado constructo social humano, inclusive na Educação e suas pesquisas. Em posse dessa construção teórica epistemológica, poderemos escolher, de forma implicada, que tipo de Educação iremos legitimar, que tipo de laço social queremos construir, que tipo de autoria vamos criar, que tipo de verdade irá nos autorizar. Em suma, que tipo de Real desejamos fundar.

ATO III

O GRANDE REI
OU A AUTORIA MODERNA

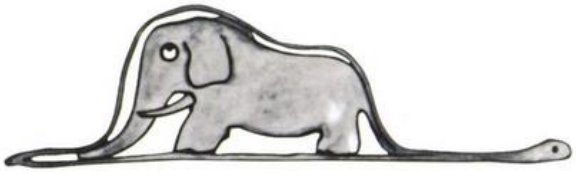
Certa vez, quando tinha seis anos, vi num livro sobre a Floresta Virgem, *Histórias Vividas*, uma imponente gravura. Representava ela uma jiboia que engolia uma fera. Eis a cópia do desenho.

Dizia o livro: ‘As jiboias engolem, sem mastigar, a presa inteira. Em seguida, não podem mover-se e dormem os seis meses da digestão.’.

Refleti muito então sobre as aventuras da selva e fiz, com lápis de cor, o meu primeiro desenho. Meu desenho número 1. Ele era assim:

Mostrei minha obra-prima às pessoas grandes e perguntei se o meu desenho lhes fazia medo. Responderam-me: ‘Por que é que um chapéu faria medo?’. Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma jiboia digerindo um elefante.

Desenhei então o interior da jiboia, a fim de que as pessoas grandes pudessem compreender melhor. Elas têm sempre necessidade de explicações detalhadas. Meu desenho número 2 era assim:



As pessoas grandes aconselharam-me a deixar de lado os desenhos de jiboias abertas ou fechadas e a dedicar-me de preferência à Geografia, à História, à Matemática, à Gramática. Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma promissora carreira de pintor. Eu fora desencorajado pelo insucesso do meu desenho número 1 e do meu desenho número 2. As pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, estar toda hora explicando...

(SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 9.)

Quando, na literatura O Pequeno Príncipe, o autor ficcional, representado pela criança, cria sua singular forma de representação do objeto “jiboia, engolindo uma fera, sem mastigar” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.9), termina por apontar para a existência de outras formas de representar, compreender e organizar os objetos que fazem parte do que entendemos por Realidade, para além dos estatutos convencionais de uma verdade hegemônica. Primeiro, os adultos instrumentalizados pela racionalização científica, condicionados pela obviedade do sentido dominante, não compreendem a construção de sentido da criança que operava a partir de outro tipo de registro simbólico, ainda livre das mordaças da epistemologia instituída, em sua condição auto-expressiva e, portanto, mais autopoiética.

“— Por que é que um chapéu faria medo?” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 9). Os adultos não compreendem e põem em cheque sua singular representação do objeto, questionando, dessa maneira, certo aspecto da Realidade subjetivada pela criança. “— Meu desenho não representava um chapéu. Representava uma jiboia digerindo um elefante.” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 9). Como a sua versão desse objeto de conhecimento foi mal compreendida, a criança precisa explicar sua construção de sentido, inserindo os adultos, simbolicamente, a partir do seu segundo desenho, em sua noção do fato. Demarca, assim, seu rompimento representativo com a masmorra conceitual socialmente legitimada em torno do objeto em questão.

Seja por rigidez epistemológica e/ou por interesses ideológicos, os adultos desqualificam a versão da criança, fora do padrão vigente, pondo em cheque sua habilidade em representar-compreender certo aspecto da Realidade que diverge da forma convencionalmente considerada correta. Então, os adultos sugerem que a criança abandone sua auto-expressividade, desqualificando sua microdinâmica de poder dar sentido ao mundo, ao seu próprio modo, reorientando-a para os princípios epistemológicos científicos de compreensão da Realidade. Ou seja, reorientando a criança para o estatuto considerado, institucionalmente, verdadeiro, na Modernidade, como um processo de produção de conhecimento socialmente mais válido que sua subjetividade. Esse processo de deslegitimação da subjetividade é representado no trecho a seguir:

> as pessoas grandes aconselharam-me a deixar de lado os desenhos de

> jiboias abertas ou fechadas e dedicar-me de preferência à Geografia, à História, à Matemática, à Gramática. Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma promissora carreira de pintor. (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p. 9).

Essa narrativa ficcional ilustra como a lógica hegemônica da Ciência Moderna, em sua função-autor, é capaz de obliterar a subjetividade, deslegitimando outras formas de construção de sentido e construindo, ideologicamente, uma autoria invariável, absoluta, universal, abstrata-conceitual, descolada da real condição psíquica do sujeito enunciativo. Para Lima Jr. (2018), trata-se de uma provocação que Saint-Exupéry faz, já sinalizando a excelência do saber sobre o conhecimento formal, e, ao mesmo tempo, denunciando a violência simbólica, no edifício escolar, desvelando a condição cristalizada do adulto escolarizado enquanto sujeito que, em sua vivência infantil, teve sua poiésis reprimida, negada e subtraída.

> É por isto que Lacan (1992) faz uma diferenciação entra a verdade e o verdadeiro. A primeira, no meu entender, refere-se àquilo que é móbil, movente, mas inalcançável porque não se encarna. A segunda, que diz respeito ao sentido dado, produzido, é relativa, entre outras, à subjetividade, equivalendo a uma verdade do sujeito, como um efeito do seu significante. Um sentido qualquer, em si mesmo, descontextualizado do fundo subjetivo, tanto pode ser falso quanto verdadeiro. O verdadeiro, assim como o sentido, portanto, implica ambiguidade, contradição, paradoxo, relatividade, falta e/ou imprecisão, inexatidão. A autoria, pois, forja-se aí, neste processo poroso, dinâmico e inacabado. (LIMA JR., 2018b, p.3).

Para desenvolver teoricamente essa diferença fundante entre a verdade e o verdadeiro, nos modos de produção de sentido, serão analisadas e discutidas, nas seções seguintes, três versões construídas por específicas bases epistemológicas, que propõem diferentes faces para a autoria e seus principados: a versão moderna da crítica literária; a versão de Foucault que analisa e critica a função-autor construída e legitimada pela Modernidade; e, na tentativa de ampliar a crítica foucaultiana em torno da autoria, na condição de principal contribuição dessa Tese: o entendimento da autoria enquanto marca, impressão, inscrição singular dos sujeitos sobre seus objetos, nos processos de geração de sentido, incluindo a produção de conhecimento, condição infra capaz de subjetivar essa específica macro-função social.

3.1 Meu desenho não representava um chapéu: desconstrução da imagem moderna do autor

A autoria discutida nesse ato teórico está associada a um específico modo de produção, valorização, atribuição, apropriação e circulação de conhecimento. Vinculada a princípios que estruturam certo processo de atribuição de sentido, revela, por efeito, que tipo de lugar essa função ocupou e de que maneira se articulou, em específicas relações sociais. Em sua versão moderna está associada ao discurso da Ciência que forjou o sujeito epistêmico e, por efeito, produziu uma série de textos, livros, contextos teóricos que fundaram disciplinas e campos de conhecimento, instituídos hegemonicamente na cultura ocidental, a partir do século XVII.

Discurso, nessa perspectiva, é algo anterior às palavras e aos processos de racionalização; está, nesse sentido, relacionado à condição ontológica do ser, tem a ver com o funcionamento estrutural do sujeito que é capaz de criar laço específico com a estrutura social e suas diversas especificidades: cultural, política, econômica, educacional, escolar, etc. É um modo de ser-estar em determinada condição social enquanto ato de vinculação que o sujeito instaura ancorado “na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime [...] sobre o ser falante.” (LACAN, 1985). É, portanto, o posicionamento do Sujeito frente ao Outro a partir de sua primeira batida simbólica, enquanto sujeito de linguagem.

> Lacan diz no seu Seminário XVII: ‘(..) Discurso como sem palavras’, pelo ato de vinculação do Sujeito organizado e consolidado como um Real de Gozo Subjetivo. Nesta alocução, ele trata da teoria dos sujeitos, estabelecendo os modos de vinculação possíveis de se dar dentro dos nexos relacionais entre alguns fatores: o lugar do agente; o do objeto; o lugar do significante mestre e o lugar da verdade. No âmbito social, estes modos articulativos se dão como um tipo geral para ser concebido logicamente, mas, em todos eles, o sujeito é singular de modo irredutível um ao outro e, por esta razão, este processo só pode se dar enquanto singularidade, diferença, dinâmica e incompletude. (LIMA JR., 2018a, p. 5).

Mais que fala e escrita, mais que texto, conceito, formas abstratas do pensamento, mais que contextos teóricos que comunicam certo conteúdo e encerram em si, certa ideologia, para a Psicanálise, discurso é um tipo de estrutura primordial do sujeito, modo possível de vinculação com a Realidade, que faz o sujeito criar laço com a

coisa social, fazer um nome nisso, a partir de sua específica condição psíquica. Ou seja, discurso é o modo como o sujeito atribui sentido, ao social, a partir do significante desse sujeito, em outras palavras, em função da sua subjetividade (LACAN, 1998, 2008).

A escrita, em sua materialidade, é efeito de um funcionamento ontológico, na coisa social, ou seja, a escrita é efeito de uma escritura[17] de um sujeito que equivale a seu falar discursivamente. Não é apenas racionalizar a coisa social, numa idealização abstrata, é, sobretudo, fundar simbolicamente a realidade social articulada pelos sujeitos sociais, a partir de sua condição específica de ser no mundo. O poder discursivo se concretiza como efeito da ação dos sujeitos sobre a coisa social. Aponta para um poder desejar, poder gozar, poder ser-estar, poder transformá-la ou mantê-la, em determinada condição existencial. Aponta para a relação entre o poder e os processos de produção de conhecimento ou produção de sentido, para os efeitos de poder que circulam nesses enunciados e para um tipo específico de regime de poder que os estruturam.

Também chamado por Lacan (2008) de liame social, discurso é um ato psíquico de vinculação do sujeito que se exterioriza, em primeira instância, enquanto ato puro, de forma inconsciente, prescindindo de palavras, para depois se manifestar enquanto materialidade simbólica por meio da fala ou de qualquer tipo de escrita. Nas palavras de Foucault (2009), o contexto discursivo aponta para a forma como pensamos o homem e os modos de produção de conhecimento e criação de sentido, mas, sobretudo, aponta para um funcionamento, ou seja, para como vivemos-atualizamos nossa condição de existência humana e que tipo de humanidade instauramos singularmente, num primeiro momento, e, socialmente, no só depois.

A maneira pela qual se formou e funcionou o conceito de autor, no modo de criação de sentido da Ciência Moderna, revela as regras que ajudaram a formar esse ser de razão chamado autor, enquanto sujeito-autor abstrato e ideal que, como veremos a seguir, fracassa o tempo todo, cuja pretensão é impotente, em termos lacanianos. Mostra, dessa maneira, “sob que forma alguma coisa como o sujeito pode aparecer

[17] Compreensão elaborada a partir de sessões de orientação no ano de 2018.

na ordem do discurso" (FOUCAULT, 2009, p.33), segundo quais condições, em dado contexto, é possível que alguém preencha uma função dessa natureza, nesse tipo de vinculação com a Realidade. Daí a importância em compreender os modos e regras que estruturam e determinam os campos discursivos, seus específicos modos de existir, suas propriedades e relações discursivas para melhor analisar os tipos de autoria que decorrem desses específicos processos de criação de sentido.

> Estudar os discursos não apenas em suas propriedades expressivas ou suas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência [...] Modos de circulação, de valorização, de atribuição e de apropriação desses discursos [...] que variam de acordo com cada cultura e se modificam no interior de cada uma [...] a maneira como eles se articulam, nas relações sociais, se decifra de modo mais direto no jogo da função-autor e em suas modificações do que nos termos ou conceitos que eles operam (FOUCAULT, 2009, p. 27-28, *grifos meus*).

Não se trata, portanto, de descobrir o traço que caracteriza a maneira como se fala ou se escreve, na condição de resultado, mas buscar compreender a regra imanente, o princípio que domina a escrita e a fala como práticas simbólicas, como atos discursivos. Por isso, para realizar uma espécie de topologia do discurso é necessário fazer uma análise interna, arquitetônica e estrutural a fim de descobrir o funcionamento dessas grandes categorias discursivas, esmiuçando suas propriedades fundamentais, que não se reduzem às suas estruturas formais como as categorias gramaticais e lógicas. Tais propriedades dizem respeito às específicas relações que esses contextos teóricos possuem com seu tipo de autoria e das diversas formas que utilizam para estabelecer essa relação.

A questão da autoria, em suas diversas modalidades, permite revelar a forma pela qual a noção de sujeito funcionou e/ou funciona, nas formas de produção de sentido, e, ao mesmo tempo, permite compreender a relação que esse sujeito estabelece com a verdade que constrói sobre seu objeto para, assim, poder instaurar realidades e organizar a vida social. Desse modo, a expressão-vivência autoral tanto pode produzir conceito com pretensões absolutas e definidoras como pode produzir noção relativa e contextualizada de sentido, a depender do tipo de discurso ao qual está vinculada.

A Modernidade obliterou o sujeito subjetivo, suturando-o ao método científico, mas Foucault (2009) o recuperou em sua crítica ao discurso científico-burguês e à racionalidade excessivamente econômica do marxismo histórico dialético, mostrando que o sujeito-autor abstrato e ideal fracassa ao tentar criar para autoria, de modo específico, e para a coisa social, de modo mais amplo, um sentido totalmente externo ao sujeito, enclausurado numa redução simbólica ou numa ideologia socialmente convencionada, produzindo, por conseguinte, uma impotência sintomática. É disso que tratarei, de forma mais aprofundada, nas seguintes seções, na desconstrução da imagem moderna do autor, evidenciando sua condição paradoxal, para enfim, fazer emergir o sujeito nos processos de construção de sentido, inclusive, na produção científica de conhecimento.

Recorrendo ao caráter substitutivo da linguagem, esse capítulo ou ato teórico foi nomeado O GRANDE REI OU A AUTORIA MODERNA, visando estabelecer uma relação metafórica entre a autoria moderna e o significante Rei. Em termos etimológicos, a palavra Rei deriva da palavra latina *Rex* que possui a mesma denominação. Contudo, *Rex* tem como base o termo indo-europeu *Reg* que se refere, primitivamente, ao lado direito do corpo, significando andar direito, ou andar em linha reta. O que mais tarde evoluiu, em seu eixo histórico, para o sentido de guia, comandante ou dirigente[18].

Por outro lado, a palavra Real provém do latim *regalis* que significa o que é relativo ao rei, e ainda estabelece relação com outra palavra latina, o termo *res*, que significa relativo às coisas, mas no sentido de relativo ao que é verdadeiro[19]. Desse modo, o significante Rei possui, em termos etimológicos, uma relação próxima com os significantes Real e Verdade. Com essa origem semântica, a palavra Rei aponta para um conhecimento considerado direito, correto, verdadeiro, e, portanto, mais próximo do real, por isso, o Rei, em sua abordagem quantitativa, é autorizado a comandar vastas extensões.

---

[18] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Gramática.net. Disponível: <https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-rei/>. Acesso em: 22 set. 2017.
[19] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Origem da Palavra. Disponível: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/real>; <http://origemdapalavra.com.br/palavras/real1>. Acesso em: 22 set. 2017.

Assim como a autoria moderna, o Rei representa o portador da Verdade simétrica ao Real, habilitado a acessar a realidade, em si, do objeto, produzindo uma verdade fundamentada nas coisas (*res*), ou seja, uma verdade que tem sua sede nos objetos e não nos sujeitos. Assim como apostou o Método Científico de produção de conhecimento, em sua versão moderna, poderíamos dizer que a autoria moderna em seu *status* de conceito idealizou uma verdade (des)subjetivada, ou seja, encontrada fora do sujeito, e como tal, inalcançável, posto que é pura idealização.

Por isso, o Rei é uma figura de linguagem metafórica cabal para representar a autoria moderna em sua pretensão ideológica. O Rei, aqui, simboliza um tipo de poder epistemológico e ideológico que busca exercer um domínio sobre grandes extensões, atuando como uma macrodinâmica de poder. Semelhante à ideologia dominante na Modernidade, o Rei não simboliza “apenas um monarca absoluto”, mas também “um monarca universal” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.38). Afinal, quando o Pequeno Príncipe pergunta ao Rei de um dos planetas que visita “ – Majestade, sobre quem reinais?” – Ele responde, como o sujeito epistêmico, com um discurso absoluto: “– Sobre tudo!” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.38).

3.1.1 *As pessoas grandes têm sempre necessidade de explicações detalhadas: autoria moderna não é uma unidade universal de escrita, mas uma prática discursiva relativa, contextual e historicamente localizada*

A crítica literária moderna supôs o autor enquanto unidade de escrita universal, mascarando o fato de que a autoria não é exercida de forma invariável, que não funciona de maneira uniforme e universal em todos os discursos, épocas e civilizações, mas que a autoria é exercida de forma dinâmica, relativa e contextual. Para Foucault (2009), no entanto, a crítica literária moderna, a partir de certos critérios de verificação, autenticidade e legitimidade, fundamentada pelos princípios epistemológicos da evolução, da maturação e da influência, construiu uma imagem do autor enquanto princípio constante de valor, princípio absoluto de coerência teórico-conceitual, princípio de unidade estilística e ponto de encontro de um momento histórico definido. Ou seja, o autor, na versão da crítica literária moderna, é um princípio de unidade de escrita.

Unidade é um conceito matemático que deriva do latim *unitas* e significa qualidade do que é único, individual, de natureza indivisível, homogênea, aquilo que não sendo plural, possui uma identidade, ou seja, a qualidade do que é idêntico[20]. Nessa perspectiva, o autor possuiria um nível constante de valor em toda a sua produção, não podendo existir um trabalho inferior ao seu padrão, desconsiderando as oscilações e diferenças existentes nos processos de produção de conhecimento do escritor e do seu contexto discursivo.

Enquanto princípios de unidade e de invariância, essa percepção revela a crença de que o autor possuiria uma identidade, possuindo um padrão invariável, que se expressaria do mesmo jeito, de um modo sempre único de enformar sua obra. O autor moderno também teria um campo doutrinário, teórico-conceitual, que não poderia conter paradoxos, ou seja, todas as diferenças deveriam ser resolvidas, todas as contradições superadas pelos princípios da evolução, da maturação ou da influência, superando, em algum ponto, todas as contradições do texto. O autor moderno, ainda, deveria possuir um momento histórico definido, sempre se relacionando a fatos e pessoas que existiram até sua morte, pertencentes cronologicamente ao seu momento histórico, ou a um momento anterior. Submetendo-se absolutamente às restrições do seu espaço e tempo, sua obra deveria ser situada no espaço-tempo que seu discurso circunscreve, remetendo sempre às coordenadas espaço-temporais próprias do seu discurso (FOUCAULT, 2009).

Enquanto princípio de universalidade e atemporalidade, a função-autor seria exercida de forma única em todos os discursos, épocas, arranjos sociais e nos específicos contextos do sujeito-autor, desprezando o caráter relativo, histórico, localizado e singularizado dos contextos discursivos. Desse modo, após o século XVIII, o autor torna-se, ideologicamente, “um certo foco de expressão que, sob formas mais ou menos acabadas, manifesta-se da mesma maneira, e com o mesmo valor, em obras, rascunhos, cartas, fragmentos, etc.” (FOUCAULT, 2009, p.279). Mas a função-autor possui modos relativos de existir, varia no tempo, no campo discursivo e de acordo com o arranjo social no qual está inserida, isto é, as regras

[20] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Origem da Palavra. Disponível: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/unidade/>. Acesso em: 22 set. 2017.

que a estruturam historicamente podem ser modificadas. Isto equivale a dizer que a função-autor ou a autoria, não pode ser definida. Não se pode dizer o que é o autor e/ou a autoria; trata-se também aqui de um impossível.

> Hermes Trismegisto não existia, Hipócrates, tampouco - no sentido em que se poderia dizer que Balzac existe. [...] Não se constrói um autor 'filosófico' como a um 'poeta', e não se construía um autor de uma obra romanesca no século VXIII como atualmente. (FOUCAULT, 2009, p. 273, 277-278).

Exercido de forma específica e contextualizada, variando no tempo e no espaço, o nome do autor não é um princípio de unidade com nível, valor e função constantes, pois possui variações que decorrem de específicos contextos discursivos relativos, históricos e localizados. Ao contrário do que pretendeu a crítica literária moderna que criou uma imagem absoluta, atemporal e universal do autor, esse tipo de função discursiva não funcionou da mesma maneira em todos os discursos, épocas e tecituras sociais. A autoria moderna não foi um princípio de produção de conhecimento absolutamente coerente e invariável, como a lógica formal matemática e os teoremas de invariância da física clássica pretenderam enformar seus objetos.

Ou seja, a política de poder enunciativo e as regras que estruturam a função-autor, em certos momentos históricos, podem ser modificadas. Um exemplo ilustrativo desse tipo de dinamismo ocorreu com o conhecimento produzido na cultura europeia: da Medievalidade para a Modernidade ocorreram mudanças nas regras que estruturavam os discursos literários e os discursos científicos que estavam relacionadas com os processos político-ideológicos que promoveram a hegemonia do conhecimento científico na Modernidade. Antes da Modernidade, de modo geral, os discursos e seus contextos teóricos não era entendidos como um bem, uma propriedade, como um produto. Funcionavam, no entanto, como um gesto carregado de riscos, como um ato do ser que transitava por entre os campos polarizados do "sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo" (FOUCAULT, 2009, p. 275). Nessa forma discursiva de atribuição de sentido, a tradição era a forma que legitimava socialmente esses conhecimentos.

Na Idade Média, os textos literários não precisavam de um autor individualizado para alcançarem o estatuto de legítimos, portanto, socialmente aceitáveis. O anonimato, nesse contexto, não era um problema. Em um regime de produção de sentido, ou seja, de produção social de verdade, dessa natureza, as narrativas, contos e epopeias tinham, em sua antiguidade, a chancela que os validava. Esses discursos eram então aceitos, postos em circulação e valorizados, independente do seu autor. Já o conhecimento científico, que não era hegemônico, nesse contexto, só era aceito como verdadeiro, se fosse marcado pela etiqueta do autor. Nesse caso, o anonimato era intolerável para os processos de produção de sentido que possuíam a marca do conhecimento científico.

> Por outro lado, nas tradições vetero e neotestamentária, o importante não era encarnar o autor numa pessoa, mas numa tradição, porque o sentido mesmo evoluía e dinamizava-se a partir do saber transmitido e, pelo seu complemento, lido. Logo, a existência verdadeira do autor era indiferente! Este dinamismo articulável e 'não encarnável' do autor se perdeu na Modernidade porque, ideologicamente, seria muito ameaçador e perigoso ao *status quo*! Neste ponto, dizendo por outras palavras, o autor é um mito (LIMA JR., 2018b, p. 11).

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, ocorre o que Foucault (2009) chamou de **quiasma**, um ponto de cruzamento que muda o rumo dessas conformações, produzindo uma antítese: a política de poder e seu estatuto de verdade são mudados, sofrendo alteração no regime interno de poder que os estruturam e, consequentemente, produzindo novos efeitos de poder discursivo e social. À medida que os conhecimentos científicos passam a fundamentar ideologicamente políticas e práticas sociais, passando a atribuir sentido e organizar seus arranjos, de forma simbólica e politicamente dominante**, os discursos científicos passam a não necessitar de um autor, legitimando-se por meio de seu método**, enquanto na produção dos sentidos literários, seus textos, poesias e ficções, de modo inverso, passam a ter validade apenas sob a marca de um autor individualizado.

A necessidade de definir um autor para o discurso literário ocorre não apenas para indicar origem, mas, sobretudo, para conferir índice de credibilidade e possibilitar o controle social, contendo os riscos que o discurso literário poderia promover. Para esse tipo de conhecimento não científico, o anonimato passa a ser tolerado apenas

na condição de enigma. Já os discursos científicos, propriamente ditos, ao se tornarem hegemônicos, passam a ser aceitos por eles mesmos, amparados por uma verdade abstrata, já estabelecida, ainda que passível de contínuas contestações.

> De um lado, insiste-se na importância do autor quando se fala de ficção, para que se possa conter os poderes e reduzir o discurso que todo desejo literário carrega em sua materialidade. De outro lado, quanto ao discurso científico, insiste-se em sua impessoalidade, pois seus poderes já se encontram devidamente mascarados e disfarçados. Realçar o papel do autor em ciência seria trazer à tona o desejo que fundamenta este discurso, pôr à mostra as relações de poder que determinam sua produção. (MATTAR, 1999, p.17)

Para Lima Jr. (2018b), no entanto, existe uma diferença específica na forma como o autor científico e o autor literário foram legitimados pelo discurso moderno. Nos conhecimentos científicos, o autor só poderá se autorizar a partir dos princípios lógicos do método, podendo ser definido e validado, exclusivamente, a partir do primado cognitivo. Nesse sentido, a verdade sobre o ser autor poderá ser atingida de modo abstrato; o que estiver além ou aquém disso não tem importância ou é uma distorção epistemológica. Já na produção de sentidos literários, a subjetivação é obliterada de forma diferente, a partir de uma hegemonia ideológico-política que prescinde, de “uma justificativa lógico-formal como o da Ciência. Entretanto, estas diferentes modificações modernas têm uma equivalência, visto que Habermas (1968) mostrou que a Ciência também é ideológica.”. (LIMA JR, 2018b, p.11)

A partir dessas novas regras discursivas, o conhecimento literário, com todo o seu poder inventivo, é subjetivamente disciplinado a partir de um rígido sistema de controle, enquanto o método científico escamoteia sua dimensão subjetiva, e todo desejo que ela encerra, legislando em causa própria, a partir da construção de uma imagem ideológica que se prescreve enquanto garantia abstrata de acesso a uma verdade simétrica aos seus objetos de conhecimento. Assim, não mais era a referência ao sujeito que produziu o sentido o que garantia seu valor social, mas sua vinculação a certo conjunto sistemático de conhecimento, em seu específico modo de produzir sentido.

Essa construção ideológica científica consiste na crença de que a verdade do objeto é garantida pelo rigor do método de conhecimento e não pelas condições específicas inerentes ao sujeito pesquisador, suscetível que é às paixões, ilusões e

limitações sensoriais, de sua condição humana. Daí a necessidade de exorcizar a ameaça fantasmagórica do anonimato e conformar o autor num sistema de individualização que possibilitasse torná-lo um deus, ao mesmo tempo, prestigiável e punível, legitimador, porém, disciplinado, o que implica num engano. Assim, os textos, livros e discursos teóricos passam a ter um autor e não mais personagens míticos ou sagrados; passam a ser um produto, um bem, uma propriedade, objetos de apropriação penal, na medida em que passam a poder transgredir a instituída ordem moderna.

A autoria moderna foi um conceito e, como tal uma prescrição, uma pretensa determinação que não pôde ser facilmente questionada. O discurso moderno do autor não é um discurso qualquer, trata-se de um discurso considerado socialmente importante, nesse contexto histórico ocidental, que deve ser recebido de maneira específica e com certo *status*. Para Mattar (1999), todo discurso que possui a etiqueta do nome do autor é proprietário de um *status* social que funciona como um *commodity* cultural, revelando um certo padrão e uma qualidade específica. Diferença que evidencia a legitimação, a confiança e o valor que se atribui a alguns discursos e que se nega a outros.

A crítica literária moderna projetou o autor como princípio de liberdade discursiva, mas o fez funcionar como um princípio econômico que regula e controla os processos de produção, atribuição, valorização, circulação e apropriação de conhecimento. Assim como o sujeito epistêmico, o sujeito da autoria moderna foi criado para funcionar como princípio de livre pensar, de autonomia e de poder transformador humano, na coisa social, mas terminou por funcionar, em sua atualização histórica e ideológica moderna, como um princípio parcimonioso na economia dos discursos e significações. Onde o autor moderno cria o sujeito autoral, por paradoxo, mata este sujeito e a possibilidade de um autor real acontecer. Isto cumpre uma agenda político-ideológica de hegemonia e um padrão normativo relacionados a grupos socialmente hegemônicos, em detrimento da livre criação do sujeito, que traria sua implicação ética, autêntica, original e singular – poiésis, estética em princípio e ato.

Para Foucault (1984), os conhecimentos científicos e seus contextos teóricos

produzem discursos que não são, em si mesmos, nem verdadeiros, nem falsos, mas que possuem efeitos de verdade produzidos historicamente, que orientam e condicionam os rumos políticos e econômicos de um projeto societário, ainda que não os determinem, em termos absolutos. Não se trata apenas de processos de sistematização, formas teóricas ou paradigmáticas, mas de um efeito de poder característico do jogo enunciativo que determinada sociedade possui, em termos hegemônicos, em seu regime político de verdade. Cada sociedade, desse modo, possui sua política geral ou seu regime de “verdade” que são discursos escolhidos por seus sujeitos, nas dinâmicas sociais de poder, que funcionam institucionalmente como legítimos, utilizando-se de mecanismos que diferenciam o que é verdadeiro do que é falso.

Mecanismos como a escolha de métodos, técnicas e procedimentos socialmente valorizados que hegemonizam certa verdade, produzindo um estatuto que autoriza certos sujeitos, desse contexto social, a dizer o que é verdadeiro e o que não é. Verdade entendida, nessa concepção, como “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados.” (FOUCAULT, 1984, p.7), mas que sempre resvala (DERRIDA, 1995) porque convive com outras verdades, outras formas de instaurar realidade. Produzida por múltiplas coerções, esse tipo de verdade produz efeitos regulamentados de poder, na coisa social, parecendo produzir uma homogenia discursiva, mas ela não funciona de forma absoluta, condiciona, mas não determina porque será dinamizada pela subjetividade dos sujeitos (LIMA JR., 2016).

> O autor não é uma fonte infinita de significações que viriam preencher a obra, o autor não precede às obras. Ele é um certo princípio funcional pelo qual, em nossa cultura, delimita-se, exclui-se ou seleciona-se: em suma, o princípio pelo qual se entrava a livre circulação, a livre manipulação, a livre composição, decomposição, recomposição da ficção. (FOUCAULT, 2009, p. 288).

Foucault (2009) denuncia, dessa maneira, a construção ideológica invertida da real função histórica do autor moderno. Ao contrário da imagem que a Modernidade pretendeu construir, sua função-autor não é uma instância criadora de um mundo inesgotável de significações, transcendendo a todas as linguagens. Não funciona, portanto, como fonte infinita de polissemias. Em seu *status* ideológico, afasta o risco

que a livre produção de sentido pode trazer ao *status quo* do nosso constructo social, controlando a proliferação perigosa das significações, em nosso mundo. Para Lima Jr. (2018b, p.13):

> de certo modo, Foucault denuncia uma fraude no nível das relações e acordos sociais relacionado com os 'regimes de verdade', mas isto aponta para outro microdinamismo que é o furo que a subjetividade pode causar aí. Este aceno é um diferencial e uma novidade a ser mais aprofundada e compreendida da grande contribuição e avanço ao pensamento crítico trazido por Foucault.

Associada a um sistema de regulação jurídico que controla os processos de produção, atribuição, valorização, circulação e apropriação de conhecimento, a função-autor moderna contém, determina e articula o universo dos discursos, regendo a produção institucional de sentido, produzindo um específico estatuto de verdade que organiza, hegemonicamente, as sociedades modernas, em termos políticos, econômicos, culturais (macrofísicas de poder) e que privilegia um específico laço para fundar a realidade dos sujeitos sociais, em termos subjetivos (microdinâmicas de poder).

> Isto porque, na base, [...] o que funda de partida a possibilidade da autoria, onde quer que ela se inscreva de forma relativa e dinâmica, é o fato do sujeito se autoinaugurar num dado momento como sujeito simbólico, sujeito de linguagem. Este é o saber com o qual se funda o ser sujeito autoexpressivo e singular. Nasce, aí, a autoria que se mostrará a cada nova circunstância que o exigir, em diferentes níveis da coisa simbólica. Trata-se de um saber inaugura-se e expressar-se na relação forma-conteúdo daquilo que Lacan chamou de o 'porque falamos' (1992) [...] Então, o mais importante não seria nem o conteúdo e nem a forma em si, mas o poder falar, o poder enunciar, o poder dizer, o poder (en)formar, o poder significar. É da transmissão deste saber e dele poder ser lido de um sujeito a outro que está em questão na Autoria, que a Modernidade faz nela uma desfiguração, mas não ingenuamente! (LIMA JR., 2018b, p. 15).

Na medida em que os estatutos científicos passam a estruturar as políticas de verdade que fundamentavam as dinâmicas do poder social dominante, a função-autor, enquanto princípio de verdade, passa a poder transgredir o *status quo* vigente. O autor, então, se torna objeto de apropriação penal e passa, portanto, a ser controlado por um regime de propriedade de textos que regula sua relação com os editores, seus direitos de reprodução, etc., disciplinando todo o processo de produção e difusão de conhecimento. Regras capazes de controlar o perigo que a escrita passa a significar nesse sistema de poder.

Através do binômio censura/punição e propriedade privada/prestígio social, o Estado capitalista exerce seu controle social sobre o autor e seu contexto teórico, retroalimentando sua ideologia e perpetuando seu estatuto de verdade, em termos hegemônicos. De certa forma, posso dizer até que a função-autor cumpre, na Modernidade, a condição de Aparelho Ideológico. E por isso, na tentativa da garantir o projeto societário burguês, o autor é vinculado a um sistema jurídico e institucional que determina e articula os discursos socialmente convencionados, controlando a produção, o funcionamento, a repartição e a circulação dos mesmos (FOUCAULT, 2009). Trata-se da Ciência Moderna, enquanto poder discursivo capaz de promover condicionamentos históricos, para Habermas (1968) ideologia dominante, uma instância política que produz um tipo de verdade que não é nem absoluta, nem universal, mas relativa e contextual.

Assim, após o século XVIII, na Europa, o autor passa a desempenhar o papel de agente regulador, da ficção, dos textos, dos contextos teóricos, dos discursos legitimados, e dos processos de produção de conhecimento. Controlando o funcionamento, a circulação e a repartição desses enunciados, numa sociedade industrial e burguesa, orientada ideologicamente pelos primados do individualismo e da propriedade privada. Assim, a Ciência Moderna privatiza e monopoliza os sentidos, tratando-se, pois, de uma violência simbólica e de um mecanismo de superestrutura a serviço da dominação.

A autoria, portanto, não é exercida da mesma forma sobre todos os discursos, em todos os contextos sociais, independente do tempo, do espaço e dos específicos jogos de poder estabelecidos em cada campo do conhecimento pelos sujeitos pertencentes a tais contextos. Ou seja, o nome do autor produz um modo de ser que não é constante, variando de acordo com a época histórica e o tipo de discurso. Possui, dessa forma, um funcionamento que não segue um modelo universal e atemporal, mas contextual e relativo a um específico arranjo societário e ao modo enunciativo dos sujeitos envolvidos no contexto social. Dessa maneira, é possível mostrar que, antes de se tratar da autoria textual, como sua condição *sine qua nom*, trata-se da autoria da própria vida, do próprio ser e existência.

3.1.2 *As pessoas grandes aconselharam-me a dedicar-me de preferência à Ggeografia, à História, à Matemática, à Gramática: autoria moderna não remete pura e simplesmente a um sujeito real, mas faz parte do específico jogo discursivo da Ciência Moderna*

Segundo Barthes (2004), a autoria moderna está ligada ao laço empirista inglês, ao racionalismo francês e ao laço reformista protestante. Discursos intimamente associados ao projeto societário capitalista mercantil e industrial, à noção de propriedade privada, aos processos de individualização das ideias, ao pensamento oriundo da racionalidade iluminista. Preservando o privilégio do sujeito plenamente autônomo, o autor, na concepção da crítica literária moderna e iluminista, é a origem absoluta do discurso e causa primeira de sua verdade, o que termina por demarcar o autor moderno, em termos epistemológicos, como um princípio de individualidade.

Do latim medieval *individuus*, indivíduo é um termo que se refere a uma unidade numérica indivisível, homogênea, idêntica[21], em perfeita coerência epistemológica com a ideia iluminista do homem enquanto unidade absoluta. Trata-se, dessa maneira, segundo Foucault (2009), do princípio de individualização do autor que nasce dos processos epistemológicos de individualização das ideias, nos campos de produção de conhecimento da Literatura, da Filosofia e da Ciência, servindo aos interesses político-econômicos burgueses, legitimando, desse modo, a propriedade privada.

Na perspectiva clássica moderna, a autoria funciona como um produto, um objeto, uma propriedade privada definida pela atribuição direta a um produtor, ou seja, o autor assume o estatuto de fundador absoluto da sua obra, capaz de elucidar todas as suas transformações e deformações. Foucault (2009) questiona a noção moderna de autor individual, que o localiza enquanto origem absoluta do discurso. Ao contrário do que sugere sua abordagem individualizada, a autoria moderna não pode ser atribuída, simplesmente, ao discurso de um produtor, ou escritor, como pretendeu a crítica literária moderna. O nome do autor, sem dúvida, possui uma

[21] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Origem da Palavra. Disponível: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/individuo/>. Acesso em: 22 set. 2017.

atribuição, uma referência, contudo, sua função discursiva vai além de uma função meramente indicativa.

> Aqui, eu entendo que um sujeito qualquer pode exercer a condição de autor ou, dito de outra forma, ocupar o lugar do autor, sem, no entanto, esgotá-lo. De certa forma e com razão, quando o sujeito autoria um texto, um sentido expresso e formalizado, opera-o enquanto uma expressividade e, desta forma, com um discurso no qual está inserido seu modo de ser, que tem relação com seu gozo. Isto é inconsciente, mas é operativo e pode ser lido no 'sem palavras' (LIMA JR., 2018b, p. 18).

A ligação do nome próprio com um sujeito real nomeado e a ligação do nome do autor com o que ele nomeia não são idênticas, não funcionam do mesmo jeito, no laço moderno. Foucault (2009) mostra essa diferença entre o nome próprio com a função autor e o nome próprio sem essa função. Ou seja, quando um nome próprio, que não tem a função-autor, não possui as características que se pensava que ele possuía, sua ligação de designação não será significativamente modificada. Esse nome próprio continuará a fazer referência à mesma pessoa, agora com características outras.

Isso acontece diferente e de forma mais complexa com o nome do autor e com o que ele nomeia. Afirmar que um nome próprio sem a função-autor moderna não existe equivale a dizer que ninguém real tem esse nome; já afirmar que um autor, a partir dos princípios epistemológicos e ideológicos modernos, nunca existiu, ou que vários autores foram confundidos com um único nome, ou ainda, que o autor verdadeiro não possui, de fato, nenhuma das características associadas a ele, corresponde a dizer que um discurso considerado socialmente relevante, portador de uma verdade legitimada, não possui credibilidade discursiva.

Dizer que Shakespeare não nasceu na casa onde se acreditava que havia nascido não altera o funcionamento do nome desse autor; mas mostrar que Shakespeare não escreveu os Sonetos ou que, além de ter escrito suas obras já referenciadas, também escreveu as atribuídas a Bacon, isso altera drasticamente o funcionamento do nome desse autor (FOUCAULT, 2009). Chegar à conclusão que um nome próprio desprovido da função-autor não existe não é a mesma coisa, em termos discursivos, que dizer que um autor nunca existiu ou que sua obra pertenceu a outro, ou a um conjunto de autores, pois esse tipo de mudança pode promover uma alteração significativa nos padrões de autenticidade e legitimidade do discurso, abalando os

pilares modernos e seus critérios de verificação do autor enquanto princípio de unidade estilística, com valor constante e absoluta coerência teórico-conceitual.

Assim, existem discursos que são providos da função-autor, enquanto outros não. O nome do autor moderno exerce um papel significativo em relação ao discurso que lhe é atribuído, pois exerce uma função classificatória, reagrupando, delimitando, excluindo, opondo, relacionando certo número de textos e específicos contextos teóricos a certas práticas discursivas. Para Foucault (2009), a função-autor não se localiza no estado civil dos homens, no sujeito escritor de um texto, ou na ficção da obra, mas é definida pela atribuição à específica prática discursiva. Exerce, nesse sentido, uma função dentro de certo poder discursivo.

A autoria moderna é o resultado de uma série de operações complexas, próprias de uma dinâmica discursiva, com seu específico modo de produção, atribuição, valorização, circulação e apropriação dos discursos e seus contextos teóricos. Não passa, do interior de um discurso para um produtor individual e exterior, mas localiza-se na cisão, na ruptura que inaugura um agrupamento discursivo e seu modo singular de ser, caracterizando um modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos, articulados em dado contexto societário. Assim, a autoria moderna não é propriedade de um indivíduo, mas está associada a um específico modo de produção de sentido, acenando para uma forma singular do sujeito criar laço com a Realidade (LACAN, 1998).

Para Foucault (1984) a autoria moderna está relacionada ao modo científico de criar laço com a Realidade. A autoria, de modo geral, é um campo específico de expressão do sujeito, uma das suas funções, mas o sujeito da autoria moderna, de modo singular, é uma das especificações do sujeito epistêmico, um dos desdobramentos do sujeito inaugurado pelo modo científico de produzir conhecimento. Consequentemente, ambos estão profundamente suturados ao método científico moderno e aos seus fundamentos epistêmico-ideológicos. Por ser um tipo de poder discursivo, a autoria é uma das funções do sujeito. **Como função trata-se de um lugar**, de uma instância e, por isso, **não se encarna** em um sujeito, nem se absolutiza em uma individualidade. Está mais atrelada ao discurso da Ciência Moderna que a um sujeito individualizado.

A autoria moderna, em seu caráter enunciativo, opera num domínio que pode ser ocupado por diversos sujeitos, possuindo, segundo Foucault (2009), pelo menos três tipos de autor-ego, ou posições-sujeitos, ou sujeitos abstratos, que podem ser ocupadas por sujeitos reais diferentes: o ego que fala no prefácio, indicando suas circunstâncias de composição e que se refere a um sujeito sem equivalente que concluiu certo trabalho, em lugar e tempo determinados; o ego que fala no curso de uma demonstração e que remete a um plano e a um momento de demonstração que qualquer sujeito pode ocupar, desde que tenha entrado no mesmo jogo simbólico; e o ego que diz o sentido do texto e fala dos seus obstáculos, resultados e problemas que está no campo dos discursos que já existem ou que estão por vir. Nenhum desses egos pode, isoladamente, garantir a função-autor, pois ela atua, com a dispersão simultânea dos três.

Dessa forma, apesar de criar, ideologicamente, o autor individualizado, enquanto unidade de escrita, a modernidade, paradoxalmente, forjou uma escrita que faz o sujeito escritor desaparecer. As epopeias gregas e as narrativas árabes representaram um grande esforço para manter a morte fora do ciclo da existência humana. A escrita, nesses circuitos discursivos, pertencentes à Antiguidade, tinha a função de imortalizar os heróis, exorcizando a morte, no circuito discursivo. A Modernidade subverteu essa ideologia milenar, instaurando uma escrita que, voluntariamente, apaga o sujeito-autor real. O que equivale a dizer que:

> a morte do homem é um tema que permite revelar a maneira pela qual o conceito de homem funcionou no saber. E se avançassem na leitura, evidentemente austera, das primeiras ou das últimas páginas do que eu escrevi, perceber-se-ia que essa afirmação remete à análise de um funcionamento. Não se trata de afirmar que o homem está morto, mas [...] trata-se de ver de que maneira, segundo que regras se formou e funcionou o conceito de homem. Fiz a mesma coisa em relação à noção de autor. (FOUCAULT, 2009, p. 294).

Assim, ao analisar a maneira, as regras sobre as quais se formou e funcionou a noção de autor nos modernos processos de produção de conhecimento, é possível perceber em seu funcionamento os princípios lógicos do modo da Ciência Moderna de atribuir sentido, apontando, assim, para uma específica forma de pensar o sujeito, na produção de conhecimento, um sujeito abstrato conceitual ou sujeito

epistêmico. A relação entre o autor moderno e sua escrita é igual à relação que o método científico estabelece entre o sujeito epistêmico e seus objetos do conhecimento, enquanto característica específica do seu modo discursivo. Daí decorre a necessidade de desaparecerem as características singulares do sujeito-autor, de obliterar sua presença subjetiva em prol do jogo discursivo, ou seja, em prol do método e seus princípios ideológicos.

A obra que, por dever, buscava imortalizar o autor, ganha o direito de matá-lo. Morte, não no sentido de inexistência, mas de desaparecimento do sujeito através de recursos e formalidades que terminam por despistar sua presença, fazendo desaparecer todos os signos, todas as características singulares do sujeito que escreve, em prol desse jogo discursivo de representações. Não é por acaso que, ainda que os textos científicos modernos possuam elementos indicadores do autor-escritor, nos discursos portadores dessa função, os signos gramaticais de localização como pronomes pessoais, advérbios de tempo e lugar e a conjugação verbal jamais remetem, ao escritor real, propriamente dito, ou ao locutor fictício.

> ‘A palavra mata’, diz Lacan (1992), porque inscreve a falta, a castração. No sentido da angústia real, desloca-a, transformando-a, numa instância simbólica [...] Então, mata-se a coisa. No sentido da institucionalidade de um processo qualquer, nomeá-lo implica em fundá-lo e, deste modo, também decreta sua morte, pois o insere num dinamismo infinito do vir a ser e do não se esgotar e não se completar e do já não ser mais a mesma coisa. Para Arendt (2007), no entanto, é necessário morrer para se imortalizar, eternizando-se no processo de variação de sentido de um sujeito a outro, isto é, pelas infinitas e indeterminadas possibilidades de subjetivação. (LIMA JR., 2018b, p. 20).[22]

O sujeito epistêmico da Ciência é uma criação ideológica derivada da forma moderna de atribuir sentido que equivale à idealização de um sujeito absolutamente racional, descolado do seu valor fálico, ou seja, sem desejo, sem contradições, sem inconsciente, sem falta (LACAN, 1998), e que possui uma estreita relação com o sujeito da autoria moderna. Da mesma forma que o método científico costurou seu sujeito epistêmico, estabelecendo uma específica relação entre este e seus objetos de conhecimento, como que por desdobramento, essa específica forma de atribuir sentido terminou por inaugurar uma forma singular de autoria, a autoria moderna.

[22] Compreensão desenvolvida ao longo do processo de orientação da escrita da Tese, em 2018. A refererência feita a partir do pensamento de Hannah Arrendt, pode ser acessada em: ARRENDT, H. **A condição humana.** Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de janeiro: Forense Universitária, 2007.

O desaparecimento dos traços do autor, na estrutura discursiva moderna, nos revela a crença epistemológica de que é possível produzir conhecimento puramente lógico, capaz de acessar a verdade, em si, do objeto, imune a qualquer tipo de interferência subjetiva. A autoria moderna, dessa forma, faz parte de uma engrenagem de poder discursivo, que foi capaz de produzir conhecimento centrado no discurso científico e em suas metanarrativas ideológicas, interferindo na produção econômica e política, tornando-se objeto de difusão e consumo, de confronto político e ideológico. O autor moderno, portanto, funcionou como portador da verdade do objeto e por aproximar-se topologicamente desse princípio científico clássico constitui-se enquanto uma versão do sujeito epistêmico da Ciência Moderna.

3.1.3 *Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma promissora carreira de pintor: a função-autor moderna é um dos nomes do sujeito epistêmico*

Recorrendo à Geometria euclidiana que idealizou um espaço estático, na busca por uma simetria absoluta, representada por um plano bidimensional, onde as faces não se tocam, nem se alteram, mutuamente, temos uma metáfora cabal do tipo de relação que o conhecimento científico, ao modo moderno, estabeleceu entre seu sujeito e seus objetos de conhecimento. Numa visão dicotômica e absoluta, essa forma específica de construir conhecimento contorna seus objetos a partir do princípio da razão universal. Busca, desse modo, uma verdade enquanto totalidade essencial do objeto (CASSIRER, 1992), externa à específica condição do sujeito do conhecimento.

Boaventura Santos (2005, p. 3) afirma que o método surge originalmente enquanto modelo ideal de representação da estrutura da matéria e tem como objeto original os fenômenos naturais. Enquanto método de conhecimento busca descobrir as causas de seus objetos, conhecendo seus funcionamentos, propriedades e características para que seja possível prever seus comportamentos, controlar seus efeitos e alterar suas estruturas em prol de certas necessidades ou ideais humanos. O método científico é fundado pelas seguintes teorias:

> Teoria heliocêntrica do movimento dos planetas de Copérnico, nas leis de Kepler sobre as órbitas dos planetas, nas leis de Galileu sobre a queda dos corpos, na grande síntese da ordem cósmica de Newton e finalmente na consciência filosófica que lhe conferem Bacon e sobretudo Descartes. (SANTOS, 2005, p. 3).

Consiste em observar, simplificar, quantificar, classificar, generalizar e verificar as informações sobre o objeto, analisando a consistência lógica das generalizações produzidas em torno do mesmo. Trata-se de um processo de racionalização, um sistema explicativo e demonstrativo, que submete a observação empírica de seus objetos à uma análise lógica. Lógica deriva do termo grego *logiké* que, por sua vez, está associado a outro termo grego: *logos*[23]*;* aponta para a palavra escrita ou falada, mas no sentido de verbo que possa revelar a causa, o sentido, o fundamento, a razão de ser da coisa pesquisada, sua natureza essencial. Lógica enquanto princípio filosófico da Razão, da Verdade e da Beleza Universais.

Esse método termina por deslocar o modo de produzir sentido e legitimar arranjos sociais das epistemologias teológicas (*logos* divino) e dos imperativos da natureza (*logos* da natureza) para o conhecimento formal que é fruto da dedução lógica (*logos* humano). Em termos ideológicos, a ordem do mundo, e a epistemologia que passou a fundamentá-lo, de acordo com a forma moderna de produzir conhecimento, não mais se ancorava na razão divina ou no fato empírico do homem gozar de um corpo, mas passa a ser alcançada a partir da capacidade humana de pensar abstratamente a partir da lógica formal (LACAN, 1998). A morte do autor, na escrita moderna, como um efeito desse tipo de poder discursivo, nos revela esse deslocamento epistemológico feito em torno do modo como o homem passou a ser pensado, na Modernidade.

O princípio de Descartes, *cogito ergo sum* (penso, logo existo), funda o sujeito epistêmico da Ciência. É por isso que Lacan (1998) afirma ser a lógica o umbigo simbólico do sujeito, pois constitui-se enquanto deslocamento epistemológico radical que modificou nossa posição diante dos objetos de conhecimento. Ao inaugurar seu sujeito, pretendeu ancorar o ser a seu método, suturando-o, ou seja, costurando-o ao seu modo específico de produzir sentido que é o modo lógico de organizar o

[23] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Priberam. Disponível: <https://dicionario.priberam.org/l%C3%B3gica>. Acesso em: 22 set. 2017.

pensamento (LACAN, 1998). Mudou, hegemônica e institucionalmente, a forma como o homem era pensado até então e sua relação com o mundo enquanto um objeto natural e social, passível de ser conhecido logicamente.

As propriedades ou qualidades do objeto são chamadas de grandezas físicas e são associadas a uma unidade de medida que consiste num conjunto de informações convencionadas que possibilitam mensurar essas qualidades, ou seja, atribuir uma medida à certa propriedade do objeto. Medir equivale a fazer uma comparação quantitativa dessas qualidades por meio de uma escala predefinida, possibilitando criar uma relação associativa entre as dimensões de uma representação simbólica com as propriedades do objeto real. Isso inaugura uma específica forma de atribuição de sentido que consiste em descrever as relações entre as propriedades observadas do objeto numa perspectiva quantitativa.

Ou seja, como um princípio discursivo, o método opera a partir da lógica econômica de conhecimento, o que equivale a afirmar que, nesse modo de produzir sentido, conhecer significa quantificar. O que está por trás da lógica quantitativa é o entendimento de que quanto mais um fenômeno ou fato se repete, em dadas condições, mais realidade ele expressa e que, como “num processo de acumulação, [...] quanto mais conhecimento, mais descrição; mais elementos referidos se obtenha e disponha” a respeito do objeto, mais sua verdade é revelada. (FREUD, 1996 *apud* LIMA JR., 2015, p. 20-21).

O que produz verdade é o que se repete quantitativamente, com regularidade e constância, dados passíveis de mensuração, não possuindo relevância as qualidades intrínsecas do objeto já que não são informações verificáveis quantitativamente. Daí a importância atribuída à regularidade e à repetição, que são muito adequadas aos processos de medição e controle, essenciais para a predição das leis causais que geram modelos pretensamente capazes de explicar e regular os objetos de conhecimento. Partindo do princípio de que a realidade relevante dos objetos só se verifica a partir do que se repete quantitativamente, o conhecimento produzido, em torno de determinado objeto, só pode ser considerado verdadeiro se produzir generalizações, verificáveis em qualquer condição de tempo e espaço, de

forma atemporal e universal, desprezando as exceções, as irregularidades, as singularidades.

Nessa abordagem econômica e cumulativa, a Ciência Moderna buscou descobrir generalizações regulares, produzindo modelos universais e atemporais que equivalem a versões do objeto que se pretendem não históricas. Funda, por conseguinte, com seu método, um tipo asséptico de sujeito do conhecimento, inaugurando um sujeito absolutamente epistêmico que só pode tocar em seu objeto de conhecimento por meio do rigor do método científico. Supõe ser possível a existência de um sujeito sem qualidades, ou seja, sem subjetividade, e supõe um conhecimento universal e atemporal, capaz de acessar a verdade do objeto, em si mesma, produzindo um conhecimento completo, sem resvalamentos, sem vazios, sem faltas.

Dessa maneira, a Ciência Moderna cria um tipo de racionalidade que busca determinar o que é verdadeiro ou o que é falso, em relação aos objetos que analisa. A partir dos conhecimentos matemáticos e dos fundamentos da física clássica e seus teoremas de invariância (SANTOS, 2005, p. 5), esse tipo de análise busca o uso do raciocínio considerado correto, válido, harmônico, completo, a partir de argumentos formalmente proporcionais e totalmente concordantes, que precisam ser constantemente submetidos a testes de verificação e contestação para validação de suas hipóteses.

Tal racionalidade pretendeu revelar a verdade do objeto em si e fez do autor seu porta-voz. Cassirer (1992) traz que o conceito (*conceptus*) representa a totalidade essencial dos objetos, ou seja, está no lugar da verdade do objeto. O método em questão pretendeu, dessa maneira, a construção de um sistema de nexos causais que fosse capaz de reunir, no pensamento, a totalidade das características essenciais de um objeto, formando, desse modo, seus conceitos verdadeiros. O que se buscava, na perspectiva científica moderna, como herança da Filosofia Ocidental, era um conhecimento capaz de acessar a verdade do objeto, sua essência, a partir de um registro simbólico que possuísse o rigor adequado para produzir essa equivalência (LIMA JR., 2016).

Os fatos, nessa perspectiva epistemológica, são vistos como independentes de opinião, da crença, dos interesses, da formação cultural, em outros termos, independentes da condição subjetiva do sujeito que produzirá certo conhecimento, sobre determinado objeto. Assim, a Ciência para criar o sujeito epistêmico termina por obliterar os indícios de subjetividade desse sujeito, propondo um conhecimento que seja fruto de um sujeito puramente abstrato, conceitual, racional. Cria, portanto, um método que se supõe acima das contingências humanas, que crê poder produzir um conhecimento gerado exclusivamente a partir do sua estrutura lógica, capaz de acessar, de forma independente, os objetos, tornando irrelevante o fato empírico de que o sujeito que produz conhecimento sobre algo também goza de um corpo e produz sentido, sobretudo, a partir de uma razão de ser estruturada pelo seu modo de gozar.

Regulador de conceitos que refletiriam a verdade universal e absoluta sobre os objetos de conhecimento, o autor moderno, modelado à imagem e semelhança do sujeito epistêmico da Ciência Moderna, estava social e pretensamente autorizado a dizer o que é verdadeiro e o que é falso, na coisa social, produzindo um estatuto político de verdade capaz de regular as práticas sociais, distribuir os recursos materiais e imateriais dessa sociedade, promover debates políticos, confrontos sociais e ideológicos, instaurando, dessa maneira, específica dinâmica de poder.

Esse valor social que se atribuiu ao nome do autor revela que o autor moderno funcionou, juridicamente, como origem do discurso e, epistemologicamente, como porta-voz do sentido mais correto da coisa social, como princípio universal e absoluto de verdade sobre seus objetos de conhecimento. Ao estabelecer uma relação de simetria constante e inalterável com sua obra, o autor moderno funcionou como certa razão de ser, como um princípio de razão universal, portador da chave cognitiva que destrava os textos, revelando seu significado mais verdadeiro, portanto, capaz de produzir conhecimento equivalente à totalidade essencial dos objetos (FOUCAULT, 2009).

O autor, instrumentalizado pelo conhecimento científico, pragmático e técnico, pretendeu produzir um conhecimento absoluto, universal, pronto e acabado, por conseguinte, capaz de esgotar as possibilidades de conhecimento do objeto. Essa

verdade exterior seria obtida a partir de um conhecimento balizado pelo método científico que seria capaz de acessar a realidade e os objetos de conhecimento em si mesmos, de forma independente das condições relativas aos sujeitos envolvidos no fato social, às estruturas da linguagem humana e às especificações históricas do contexto. Logo, justificam-se pela razão científica moderna a Linguística e a Semiótica enquanto pragmáticas capazes de produzir e alcançar a verdade do sentido do texto e do único modo correto de ser autor.

O objeto possuiria, dessa forma, uma estrutura de funcionamento que equivaleria a uma essência, uma origem, uma verdade, descolada dos sujeitos, que seria acessada por uma lógica adequada, capaz de transformar essa essência em conhecimento. O conteúdo formalizado representaria a coisa em si, fruto da crença de que certa estrutura simbólica seria capaz de corresponder simetricamente a certa estrutura da realidade, seja qual for sua especificidade estrutural: social, política, cultural, psíquica, linguística, etc. Assim, a autoria e os objetos sobre os quais versa, em sua versão moderna, estariam absolutamente contidos numa explicação matemática, biológica, sociológica e ideológica, etc., de forma plena, completa, como uma única identidade, universal, constante, definida e estável, produzindo um conhecimento como verdade sem lacunas, sem relatividade, sem incoerências, sem incompletudes, sem pluralidade, sem contextualização, sem faltas, sem resvalamentos, sem evaporações, sem dinamismo.

O método hegemônico moderno não só buscou produzir um conhecimento simétrico ao objeto, mas também objetivo, ou seja, um conhecimento cuja verdade está situada no objeto, revelada por meio de leis externas ao sujeito do conhecimento. Esse conhecimento objetivo equivale a um conhecimento sem subjetividade, fincado exclusivamente em leis externas, independente de contextualização histórica, das especificidades locais e das singularidades da condição biológica-histórico-cultural-subjetiva do sujeito pesquisador. Nessa perspectiva epistemológica, a verdade está na coisa (*res*), a sede do sentido está nos objetos e não nos sujeitos.

Nas palavras de Lacan (1998) trata-se da ideia de um sujeito sem qualquer tipo de dependência. Um sujeito puramente racional, sempre no sentido do autor abstrato, conceitual, o que equivale a um sujeito sem inconsciente, psiquicamente

independente das estruturas externas como a linguagem, a sociedade, a economia, a política, a educação, a cultura. Um sujeito racional absoluto, sem subjetividade – que é o mesmo que um não sujeito. O que aponta para a crença moderna de que um registro simbólico pode acessar os objetos de conhecimento, em si, de que existe uma simetria entre o simbólico e o real do objeto e de que o simbólico não só cobre o real completamente como também o esgota. O princípio epistêmico científico funda, portanto, um autor que se transforma em ator, assumindo um personagem regulamentado por um método que destrói qualquer indício de sua condição subjetiva (LIMA JR., 2016).

A análise crítica da autoria moderna possibilita, no entanto, desconstruir essa imagem, desvelando sua condição de paradoxo da epistemologia científica. Paradoxo por ser uma produção ideológica inversa à sua atualização histórica real, já que a Ciência cria um ideal de autor enquanto origem individualizada de sua obra, mas o torna, em sua prática discursiva, mais uma função conceitual e abstrata, amordaçada a um método que se empenha em obliterar todos os seus sinais de subjetividade. Assim, o autor funciona como origem do sentido verdadeiro apenas em termos jurídicos, para controlar o risco da pluralidade dos sentidos, em prol do *status quo* dominante da modernidade burguesa. Em termos discursivo e epistemológico, funciona mais como porta-voz e agente regulador dos processos de atribuição de sentido, já que a origem do sentido correto do objeto, a partir desse discurso, está no método e não no sujeito.

Esse discurso moderno cria um sujeito da autoria idealizado enquanto sujeito de transformação, para em seguida obliterá-lo em sua condição subjetiva, amordaçando-o a um modo único e generalizante de produção de sentido que não leva em conta a singularidade da sua real condição psíquica. Contudo, a autoria moderna resvala (DERRIDA, 1995) enquanto princípio absoluto de verdade e de controle de produção de sentido. Para o modo Contemporâneo de atribuir sentido[24] (LIMA JR., 2015), fundamentado pelo conhecimento dos campos da Linguagem, da Filosofia e Sociologia Críticas e da Psicanálise, nenhum registro simbólico, em sua condição de Linguagem, pode acessar os objetos de conhecimento em si, não

[24] Essa categoria teórica será discutida no próximo capítulo teórico.

sendo possível, dessa maneira, produzir uma simetria entre o simbólico e o real do objeto.

> Emprestar minha voz ao sustento dessas palavras intoleráveis ‘Eu, a verdade, falo ...’, ultrapassa a alegoria. Isso quer dizer muito simplesmente, tudo o que há por dizer da verdade, da única, ou seja, que não existe metalinguagem (afirmação feita para situar todo o lógico-positivismo), que nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, uma vez que a verdade se funda pelo fato de que fala, e não dispõe de outro meio para fazê-lo. E por isso mesmo que o inconsciente que a diz, o verdadeiro sobre o verdadeiro, é estruturado como uma linguagem, e é por isso que eu, quando ensino isso, digo o verdadeiro sobre Freud, que soube deixar, sob o nome de inconsciente, que a verdade falasse. (LACAN, 1998, p. 882).

Nenhum registro simbólico, em sua condição de linguagem, pode cobrir ou esgotar o real do objeto. Por isso, a autoria não se define e a essência ou a verdade dessa realidade autoral, se existe, é perdida para nós, está fora dos registros pelos quais a acessamos (LIMA JR., 2015). Os discursos que organizam os estatutos de verdade, e consequentemente, a vida social, enquanto formas de dar sentido e criar laço com o Real, são estruturados pela condição simbólica humana (CASSIRER, 1992) que é, ao mesmo tempo, dinâmica e resvalante (DERRIDA, 1995) e, como tal, só pode produzir registros discursivos, na mesma condição, com a mesma natureza faltante e movente. É por isso que nenhuma forma de atribuir sentido pode dizer tudo, esgotar e dar conta plenamente dos objetos sobre os quais versam.

Para Derrida (1995), o signo que comporta a palavra, a escrita e a própria linguagem humana possuem uma estrutura resvalante que opera no vazio, não comportando, em si mesmos, os significados do que podem vir a representar. Esse sentido não é dado pelo signo, por algo externo, mas é atribuído pelo sujeito, fruto de sua entrada na estrutura simbólica, em sua específica condição infra, fazendo, desse modo, menção ao que Lacan (1998) chamou de significante do sujeito. Essa inscrição simbólica não ocorre da mesma forma para todos os sujeitos, varia de condição subjetiva à condição subjetiva que, por sua vez, também não é capaz de dizer tudo, ou seja, também resvala. Como nos provoca Saint-Exupéry (2015, p.69), a “linguagem é uma fonte de mal-entendidos”, explicitando seu funcionamento singularizador nos processos de atribuição de sentido.

A Ciência, ou qualquer outro modo de produzir sentido, em seus variados aspectos, funciona como uma referência, um patrimônio simbólico, um específico modo de conhecer. Sendo uma escala reduzida de toda a estrutura simbólica humana, mais geral, não pode conter, em seus registros específicos, toda o objeto, da mesma forma que nenhum conceito pode definir, em absoluto, a experiência autoral (LIMA JR., 2016). Trata-se de uma versão reduzida do objeto pesquisado, fruto da condição singular de um ser de linguagem, que só é capaz de gerar verdades relativas e contextualizadas. Como nos alerta Lacan (1998), a redução constitui o objeto.

Esse é o jogo discursivo que possibilita que o significado da escrita esteja sempre pronto a transgredir, que corre para além de suas estruturas linguísticas ou ideológicas, socialmente convencionadas, e possibilita a multiplicidade de sentidos. A autoria não se define, absolutamente, nem pode ser esgotada por qualquer tipo de registro simbólico e, sobretudo, não está situada fora do sujeito. Por isso não há como um patrimônio simbólico conter tudo, encarnar tudo, sobre a autoria, seja ela fruto de um processo social convencionado ou de uma inscrição subjetiva. Daí deriva o entendimento de que a função-autor não é absoluta, mas relativa à nossa específica e cambiante condição de ser-estar no mundo.

Além do mais, nessa perspectiva, só será possível acessar uma estrutura externa, seja ela qual for, a partir de um ato inaugural próprio, o que implica afirmar que não adianta criar para a autoria, o poder, o social, a verdade, ou para a Realidade mais ampla, um sentido totalmente exterior ao sujeito. Mesmo a autoria moderna estando associada ao estatuto político da Ciência, seu *modus operandi* e suas funções ideológicas, ainda assim, ela não funciona apenas como efeito das dinâmicas macrossociais, mas também, e, sobretudo, como desdobramento de uma microdinâmica associada aos processos de subjetivação do sujeito, no exercício de construção de sentido. Porque, mesmo diante de uma pragmática linguística socialmente validada, em torno de qualquer objeto que se deseje conhecer, isso não existe como tal, em si mesmo, existe tão somente como significante do sujeito (LACAN, 1998), o que aponta para os indícios da subjetividade nos processos gerais de atribuição de sentido, incluindo os específicos processos de produção de

conhecimento, deslocando, dessa maneira, a autoria do estatuto teórico moderno de categoria conceitual para a noção de significante do sujeito.

Autoria enquanto inscrição do sujeito sobre seus objetos é um dos nomes do processo de subjetivação do ser. É disso que o próximo capítulo abordará mais detidamente, discutindo a Tese da pesquisa, ou seja, a relação que autoria possui com a subjetividade, nos processos de produção de sentido.

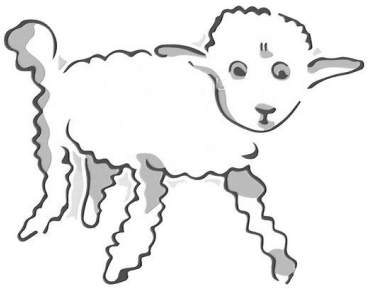
ATO IV

O PEQUENO PRÍNCIPE
OU AUTORIA COMO SUBJETIVIDADE

- Não! Não! Eu não quero um elefante numa jiboia. A jiboia é perigosa e o elefante toma muito espaço. Tudo é pequeno onde eu moro. Preciso é dum carneiro. Desenha-me um carneiro.
Então eu desenhei.

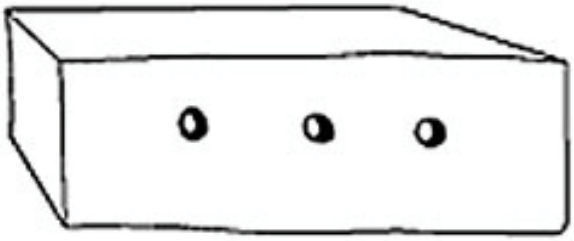
Olhou atentamente e disse:
- Não! Esse já está muito doente. Desenha outro.
Desenhei de novo.

Meu amigo sorriu com indulgência:
- Bem vês que isto não é um carneiro. É um bode... Olha os chifres...
Fiz mais uma vez o desenho.



Mas ele foi recusado como os precedentes:
- Este aí é muito velho. Quero um carneiro que viva muito.

Então, perdendo a paciência, como tinha pressa de desmontar o motor, rabisquei o desenho ao lado.
E arrisquei:
- Esta é a caixa. O carneiro está dentro.



Mas fiquei surpreso de ver iluminar-se a face do meu pequeno juiz:
- Era assim mesmo que eu queria!

(SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.11-12)

Na condição de prática local e regional de luta (FOUCAULT, 1984), esse ato teórico tem por finalidade, mais especificamente, mostrar a relação entre autoria, subjetividade e os processos de atribuição de sentido, discutindo alguns efeitos decorrentes da escolha de um laço dessa natureza para gestar, regular, organizar nossos processos de criação, difusão, apropriação, reprodução e ampliação de sentido, no campo da Pesquisa em Educação e, por efeito, no campo social da Educação. As regras que orientam as práticas discursivas possuem princípios diversos que terminam por organizar de forma específica a relação que o sujeito estabelece com seus objetos. É nesse sentido que a autoria assinala como o sujeito é pensado e como sua relação com seus objetos é tramada, em específicas dinâmicas de construção de sentido. Neste sentido, esta Tese busca mostrar que a autoria é uma condição de prática local e regional de luta **subjetiva**, assim como os processos de pragmáticas locais e as correlações de poder consistem em lutas regionais que também implicam a subjetividade dos sujeitos aí inseridos.

Se a autoria enquanto função que produz efeitos ontológicos, em princípio, e epistemológicos e ideológicos, em um segundo momento, não é exercida de forma idêntica em todos os tipos de discursos e de arranjos sociais, possuindo modos específicos de existir, se essa função do sujeito faz parte de práticas discursivas relativas, contextuais e historicamente localizadas, se está associada a um específico modo de produção, valorização, atribuição, apropriação e circulação de sentido, uma vez que os princípios discursivos mudem, o tipo de autoria produzida também será diferente.

Para Foucault (2009), diante das mudanças históricas ocorridas a partir do século XX, com todos os questionamentos aos hegemônicos estatutos de verdade (poder), a função-autor não mais precisa permanecer constante em sua forma, complexidade e existência. O pensador imagina, dessa maneira, uma cultura na qual os contextos teóricos possam circular e ser aceitos sem a função-autor moderna operar, funcionando, portanto, de um modo outro de vinculação, uma cultura fundamentada por outro tipo de discurso, diferente do científico moderno.

Provoca, dessa maneira, a construção de um autor cujo ato de enunciação esteja vinculado, como disse Lacan (2008), a uma estrutura primordial, um tipo de laço

ontológico, um liame social diferente do discurso científico clássico. Eis o que exercitei fazer nesse capítulo, enquanto ato teórico, buscando, como subversão da função-autor moderna, entrever as fissuras, hiâncias e buracos que mostrem as potências da construção de outras formas de produzir sentido e que contribuam para a legitimação desses processos, enquanto avanço teórico qualitativo, passível de orientar futuras pragmáticas, para a coisa educacional e suas questões.

Nessa direção, tomei por empréstimo o significante “Pequeno Príncipe”, da ficção literária homônima de Saint-Exupéry (2015), na condição de metáfora epistemológica apropriada para intitular esse ato teórico. Essa ficção e os textos crítico-filosóficos de Foucault (1984, 2009), intitulados “Microfísica do Poder” e “O que é um Autor?”, apesar de pertencerem a diferentes campos e contextos simbólicos, dialogam de forma coerente, pois possuem, na minha compressão, o mesmo tipo de discurso e por tal motivo aproximam-se numa relação epistêmica de natureza topológica.

Essas escrituras defendem que uma coisa infra, capaz de dinamizar a realidade e suas expressões de poder, que não se situa no que é externalizado como expressão social, remete a uma condição ontológica do ser-sujeito-aí, nisso. Referem-se, por conseguinte, a algo molecular que é o que cada sujeito pode fazer, psiquicamente, nas estruturas externas que compõem parte da realidade. Enquanto na macrofunção social e política, em sua versão moderna, o Rei simboliza, em termos epistemológicos, o domínio absoluto e universal sobre grandes extensões, expressão de uma macrofísica de poder, de modo diferente, o Príncipe simboliza o poder sobre um microestado, expressão de uma microfísica de poder.

O substantivo “príncipe” deriva das palavras latinas *primus* e *carpare*. A primeira palavra significa, em termos etimológicos, o que vem na frente, antes de todos, o que está no começo, a segunda palavra significa pegar, tomar, apropriar-se. Associadas, representam o que toma o primeiro lugar, ou o que é apropriado e elegido como primeiro[25]. Traz, portanto, a ideia da escolha de um princípio de funcionamento. Evidencia, dessa forma, um pequeno princípio de funcionamento

[25] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Origem da Palavra. Disponível: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/princeps/>. Acesso em: 22 maio. 2016.

que exerce seu poder a partir de microdinâmicas, princípio regulador de uma condição social comum, de uma macrodinâmica constantemente dinamizada por uma infraestrutura chamada de subjetividade.

> No fim das contas, há apenas isto, o liame social. Eu o designo com o termo discurso, por que não há outro meio de designá-lo, uma vez que se percebeu que o liame social só se instaura por ancorar-se na maneira pela qual a linguagem se situa e se imprime, se situa sobre aquilo que formiga, isto é, o ser falante. (LACAN, 2008, p. 60).

O princípio da subjetividade reinsere, aquilo que, realmente, formiga, ou seja, que sempre movimentou, dinamizou e potencializou os processos de atribuição de sentido: o sujeito enquanto ser falante. Do mesmo modo que Foucault (1984, 2009) e Lacan (1998, 2008), Saint-Exupéry (2015) mostra, em sua versão literária, como a subjetividade do ser emerge na linguagem: após ter feito três versões simbólicas de carneiros que não correspondiam ao desejo do Pequeno Príncipe, o viajante desenhista, de forma brilhante, resolve a questão representando no papel uma caixa: ao enunciar “Esta é a caixa. O carneiro está dentro” (SAINT-EXUPÉRY, 2015, p.14), o viajante transfere para o significante “caixa” um sentido parecido com o caráter vazio da linguagem, evidenciado por Derrida (1995), no qual cabe o tipo de carneiro que o Pequeno Príncipe desejar.

Desse modo, a caixa assume um caráter metafórico para representar o vazio e a potência da linguagem, que em sua condição faltante, porosa, resvalante (DERRIDA, 1995) está sempre pronta para gerar novas versões simbólicas sobre os objetos. O Pequeno Príncipe, para mim, enquanto princípio de um poder discursivo que opera numa instância infra, nos processos de atribuição de sentido, representa a instância do significante que cada sujeito maneja, para atribuir a partir da caixa-linguagem um sentido para seu objeto-desejo-carneiro, sentido próprio à sua condição psíquica, tecendo uma versão carneiro-objeto que deriva do seu Real enquanto sujeito do discurso (LACAN, 1998).

No ato teórico anterior, a versão moderna de autoria foi analisada a partir da crítica que Foucault (2009) fez a essa função. Agora, nesse ato teórico, a análise será ampliada, versando em torno do modo Contemporâneo de atribuição de sentido e de que tipo de autoria esse outro discurso pode promover, em contraposição ao modo

hegemônico de produzir conhecimento e autorizar-se, no laço moderno.

4.1 Bem vês que isto não é um carneiro: autoria subjetiva faz parte de um específico jogo discursivo que produz efeitos relativos de verdade e pode estar associada ao Modo Contemporâneo de atribuição de sentido

Para essa pesquisa, a autoria no Modo Moderno de produção de conhecimento está associada ao sujeito epistêmico, enquanto a autoria no Modo Contemporâneo de atribuição de sentido está associada ao sujeito subjetivo. Ambas versões produzem efeitos específicos na Pesquisa em Educação e na Educação, enquanto altares sociais onde os sujeitos produzem, difundem, compartilham sentidos, e lutam para legitimar socialmente seus discursos. O efeito primevo, no exercício intelectual chamado de Pesquisa, ocorre no modo como o objeto será enformado, nos princípios que estruturam o processo de atribuição de sentido. Em suma, trata-se de uma questão de método associada a uma noção epistemológica específica que produzirá, em um segundo momento, efeitos ideológicos e políticos.

"Produzir" vem do latim *produco-ere* e tanto pode significar fazer avançar, conduzir, alongar como pode significar criar, gerar, causar. Já a palavra "conhecimento" significa, etimologicamente, ato ou efeito de conhecer, ideia, experiência, trato. Deriva do verbo transitivo "conhecer" que vem do latim *cognosco-ere* que significa ter conhecimento de algo, estabelecer relações com algo, estar convencido de algo[26]. Produzir conhecimento trata, portanto, de criar, causar, ou ainda, de fazer avançar uma ideia, ou seja, de estabelecer uma relação existente entre dois elementos básicos: um elemento cognoscente chamado sujeito, que se propõe a conhecer um outro elemento cognoscível denominado objeto.

Todavia, segundo Lyotard (2009), existe uma relação específica entre os processos de produção de conhecimento e o discurso científico. O autor relata que a Ciência é um subconjunto do Conhecimento que, por sua vez, é um conjunto de enunciados que "denotam ou descrevem objetos [...] susceptíveis de serem declarados

[26] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Priberam. Disponível: <https://dicionario.priberam.org/produziram-se>. Acesso em: 15 ago. 2018.

verdadeiros ou falsos" (LYOTARD, 2009, p. 33), excluindo todos os outros enunciados que não se adequem a essa regra lógico-abstrata. O que equivale a afirmar que os processos de produção de conhecimento estão associados, na história da epistemologia ocidental, ao modo racional de produção de sentido, tendo como subconjunto o Método Científico Moderno que, de forma semelhante, aposta em um tipo de verdade que se pretende puramente lógica, ou seja, conceitual. Produção de conhecimento é, portanto, um dos nomes do campo da Pesquisa, só que numa abordagem científica, enquanto, o termo geração de sentido, demarca o entendimento de que existem diversas formas de se atribuir sentido, a partir de variados patrimônios simbólicos. A Pesquisa é uma dessas formas de atribuição de sentido e tanto pode ter contornos mais científicos quanto pode ser fundamentada por outras formas de gerar sentido, ou seja, pode possuir outros nomes.

A Ciência, enquanto método, funcionou como uma mutação epistemológica radical (LACAN, 1998), fruto de uma revolução na forma de produzir sentido, nas civilizações ocidentais europeias, que começa no século XVI, se hegemoniza entre o final do século XVIII e início do século XIX (FOUCAULT, 1994, 2009), e segue quase que intocável em seus princípios até o início do século XX, quando ocorreu uma virada epistemológica, na Física, na Química e na Matemática (SANTOS, 2005). O método científico moderno de produzir conhecimento pretendeu um modo puramente racional de atribuir sentido. *Cogito ergo sum* (penso, logo existo) foi a fórmula filosófica de Descartes (1996) que funcionou como letra[27] de fundação da forma moderna de atribuir sentido.

O *Cogito* produziu um ser fincado na razão, que só encontra a verdade sobre seus objetos de conhecimento, a partir da sua capacidade de racionalizar o mundo e a si. Assim, sua existência passou a se fundamentar e a legitimar-se na razão. A Ciência, enquanto método abstrato pretendeu produzir um conhecimento cujo sujeito é obliterado. Lacan (1998) traz que nesse tipo de discurso há um repúdio de todo saber que é separado do sujeito segundo uma orientação pretensamente correta, devido a ênfase epistemológica na razão. Trata-se da idealização de um sujeito

[27] Letra, em Psicanálise, é o mínimo de simbólico que se pode dizer e que remete ao significante do sujeito. O saber do sujeito faz esse mínimo simbólico funcionar em sua condição nominativa, no processo de produção de sentido.

suturado, impregnado no mais alto grau, a ponto de supor ser o sujeito do conhecimento preenchido e plenificado por esse método. Nas palavras de Lacan (1998, p. 878) “é a divisão do sujeito entre a verdade e o saber”.

Ou seja, trata-se de uma racionalidade lógico-abstrata, com pretensões epistemológicas absolutas, que acredita ser possível separar o sujeito epistemológico do seu inconsciente, produzindo uma verdade sobre o objeto, externa à condição real desse sujeito. Todavia, enquanto discurso, como modo de funcionamento psíquico que produz um específico laço com a Realidade, essa pretensão cai na impotência e fracassa porque não há como tirar o sujeito dos processos de atribuição de sentido, há, no máximo, como obliterá-lo ou como recalcá-lo (LACAN, 1998). Assim sendo, em sua condição de patrimônio simbólico, a Ciência também é um saber que apesar de buscar operar exclusivamente a partir da razão, enquanto ideal, é atravessada pelos atos inconscientes, sofrendo, ainda que de forma ideologicamente mascarada, as impressões da subjetividade do ser, em seu ato enunciativo real.

Por isso, Lyotard (2008) classifica o conhecimento científico como um tipo de saber, ou seja, enquanto um discurso que como qualquer outro, no jogo da linguagem, não se reduz à idealização de uma racionalidade, nem mesmo à sua própria, pois também está a reboque das contingências de sua natureza real que é simbólica, portanto, dinâmica, vazia e faltante (DERRIDA, 1995). A verdade simétrica, numa perspectiva absoluta, é a busca ideológica da Ciência Moderna; o saber é uma verdade relativizada, ou seja, numa perspectiva epistemológica mais ampla, saber não está atrelado a um único modo de produção de conhecimento, mas a variadas formas de criação de sentido, que funcionam como causa movente de um sujeito, estabelecendo uma relação sujeito-objeto dinâmica e plural.

A palavra saber vem do latim *sapere* e além de estar associada à certa noção de ser sábio e de possuir sabedoria que vem dos significantes de origem grega *sophos* e *saphia*, é um termo que também está associado ao significante latino *sapore*, que possui os seguintes sentidos: sabor, ter sabor, ter bom paladar, perceber pelo

sentido do gosto, sentir o gosto característico de uma coisa, sabor das coisas, ação de provar ou experimentar o gosto ou sabor de algo[28].

O significante sabor traz uma contribuição metafórica relevante para a compreensão da relação que o sujeito estabelece com seu objeto a partir do saber. O sujeito vê a fruta, percebe suas dimensões, sente sua textura, seu odor, mas dos sentidos que operam para que o sujeito biológico possa se relacionar com um alimento-objeto de forma mais íntima, e que possibilita iniciar um processo a partir do qual o alimento-objeto poderá fazer parte da constituição estrutural, molecular, biológica desse ser é o sentido dado pelo paladar. Esse tipo de aproximação possibilita a constituição do sabor como sentido que é efeito de uma relação na qual o objeto será apropriado pelo sujeito de tal forma que fará parte do seu ser. Só ao provar, experimentar a fruta, é que o sujeito poderá saber o gosto ou o sabor dela, ou seja, saber esse objeto intrinsecamente.

Assim, saber o sabor de uma fruta ou de um alimento qualquer guarda aproximações significativas com os processos de atribuição de sentido. Do mesmo modo que a essência, em si, de um objeto de conhecimento é perdida para nós humanos, o sabor, em si, da fruta, difere do sabor da fruta para o sujeito que a experimenta. O sabor da fruta, em minha boca, será atravessado pela condição das minhas células gustativas, também sofrerá interferências das minhas preferências, do meu hábito alimentar, das minhas experiências vividas no contexto familiar e da cultura à qual pertenço. Ou seja, o que sei do sabor de certa fruta é referente à minha condição e à natureza da relação que estabeleço com essa fruta, por isso é uma relação relativa, dependente desse contexto, não sendo absoluta, plenamente autônoma das condições que compõem essa relação.

Como os objetos de conhecimento e sentido, o sabor de um alimento, que num primeiro momento é externo à minha estrutura biológica, só passa a ser um sabor para mim, ou seja, só passa a ter algum sentido, no momento em que eu estabeleço uma relação íntima, próxima, no momento em que eu sinto o odor, mordo, mastigo, trituro, degusto, macero a fruta, em minha boca, percebendo sua textura, seu

[28] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Dicionário Etimológico. Disponível: <https://www.dicionarioetimologico.com.br/sabedoria/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

volume, sua umidade, seu aroma, sua acidez, suas qualidades no contexto da minha boca, em contato com meu paladar. É nessa primeira aproximação que esse sabor começa a fazer parte de meu organismo.

Contudo, o alimento só passa a ser parte radicalmente constitutiva de uma outra estrutura, numa perspectiva biológica, após passar por transformações químicas e físicas, ao longo de um sistema digestório, que, no homem e em outras espécies, começa na boca e termina no intestino grosso, decompondo-se em estruturas menores, passíveis de serem absorvidas pelo organismo digestor, transformando-se em nutrientes que produzirão energia necessária para manter os metabolismos desse sistema e farão parte dos orgânulos das células que mantêm vivas as funções essenciais do organismo. Só a partir dessa experiência sensorial e digestiva que o sabor se torna um saber na coisa orgânica.

De forma semelhante, acontece com os objetos de conhecimento e nos demais processos de atribuição de sentido. Trata-se de saber operar em determinados primados simbólicos a partir de um funcionamento psíquico semelhante a esses modos de atribuir sentido. O discurso do sujeito se consubstancia de tal modo com certos patrimônios simbólicos que antes mesmos de possuir munição simbólica consciente para criar uma racionalidade em torno de um objeto, o sujeito já consegue estabelecer uma relação com esse objeto a partir do seu saber (LACAN, 1998; LIMA JR., 2018b).

Numa perspectiva psicanalítica, saber é ato expressivo do ser que possibilita uma relação com o objeto, antes mesmo do simbólico operar, um saber criar uma versão subjetivada do objeto, mesmo que o sujeito não possua um conhecimento prévio, uma noção racional sobre o objeto. Ou seja, nesse modo de compreender, o saber é mais que conhecimento ou conhecimento da prática (LIMA JR., 2018b). Nas palavras de Lyotard (2008), trata-se de uma percepção ética, estética, prescritiva e valorativa que não se reduz aos processos de cognição lógico-racionais. Nos processos de atribuição de sentido, a partir de nossa específica condição simbólica, os objetos também são compostos e decompostos, passando por transformações simbólicas que culminarão numa subversão dos mesmos. Os sujeitos enquanto seres de linguagem possuem seus sucos e enzimas simbólicas, produzindo ações e

reações, realizando elaborações psíquicas que promovem a produção de sentido, estabelecendo específicas relações com um objeto, ao modo próprio.

Dependendo de como o sujeito maneja e estrutura simbolicamente uma cadeia de significantes, a partir de seu discurso, de seu funcionamento psíquico, da sua estrutura primordial, do seu saber ser, o sujeito vai tecendo um sentido em torno de certo objeto, relacionando um número de contextos teóricos, apropriando-se de patrimônios simbólicos, contrapondo-se a alguns sistemas enunciativos, associando seu texto a outros modos de criação de sentido. Um objeto ao ser transformado em uma versão simbólica específica de uma subjetividade se assemelha ao alimento que é convertido em compostos menores, hidrossolúveis e absorvíveis para se transformar em nutrientes necessários ao funcionamento de um sistema orgânico. O saber em torno de um objeto faz parte do sujeito de forma semelhante ao sabor de um alimento que passa a fazer parte da estrutura biológica após ser ingerido. Saber, nesse sentido:

> não se entende apenas, é claro, a um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar, etc. Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir 'bons' enunciados denotativos, mas também 'bons' enunciados prescritivos, avaliativos. Não consiste numa competência que abranja determinada espécie de enunciados, por exemplo, os cognitivos, à exclusão de outros. Ao contrário, permite 'boas' performances a respeito de vários objetos de discursos: a se conhecer, decidir, avaliar, transformar. Daí resulta uma de suas principais características: coincide com uma 'formação' considerável de competências, é a forma única encarnada em um sujeito constituído pelas diversas espécies de competência que o compõem. (LYOTARD, 2009, p. 36, *grifos meus*).

Partindo desse modo de atribuição, saber não está restrito a um único modo de enformar o objeto, não é exclusividade de um específico patrimônio simbólico e não acena exclusivamente para os processos lógico-racionais de atribuição de sentido, por isso não obedece a um único critério de verdade e apesar de estar associado à eficiência técnica, não se restringe a esse aspecto intelectual, associado-se também a uma sabedoria ética e a uma percepção estética que evidenciam um princípio valorativo que Lyotard (2008) chama de capacidade de proferir "bons" enunciados prescritivos e avaliativos para além da cognição.

No final da citação, quando o autor afirma que o saber é um modo único encarnado em um sujeito que possui variados tipos de expressividade, de potências que se atualizam, às quais ele chama de competências, para mim, fica ainda mais evidente que o saber que Lyotard (2008) enuncia está relacionado com o caráter subjetivo do ser, nos processos de atribuição de sentido. Por isso, o caráter micro do poder enunciativo, ou os processos de subjetivação do ser, em termos de compreensão de realidade, deriva de um Modo Contemporâneo de entender a relação do sujeito com seu objeto, nos processos de criação de sentido.

A palavra “contemporaneidade”, em termos linguísticos, no eixo paradigmático oficial da nossa língua, significa qualidade ou condição do que é contemporâneo, ou seja, do que existe ao mesmo tempo[29]. Também deriva do latim *contemporaneus*, aquilo que é simultâneo, e também está associada, etimologicamente, às palavras *coaetanĕus,* o que tem a mesma idade ou o que é da mesma época, e *aetate coniunctus*, que significa idades relacionadas. Pode-se associar o significante a elementos que compartilham de um mesmo período temporal, que pertencem a uma mesma época, escolhendo, enquanto nota característica, uma ênfase cronológica e identitária (*aequalis*) [30]. Esta foi a escolha epistemológica feita pela crítica literária moderna, enquanto critérios de verificação e autenticidade do autor como unidade de escrita e ponto de encontro de um momento histórico definido.

Entretanto, também é possível estabelecer uma outra relação de atribuição de sentido ao significante “contemporaneidade”, apostando numa perspectiva mais lógica que cronológica, de multiplicidade e não de igualdade. Assim, o termo, de outro modo, pode estar associado à coexistência de diversos modos de atribuição de sentido, não apenas como mesma temporalidade vivenciada pelos sujeitos sociais, mas como lógicas diversas, advindas de diferentes discursos, diferentes funcionamentos subjetivos e seus variados patrimônios simbólicos. Qualidades diferentes que coexistem, que se relacionam, compartilhando de um lugar comum,

[29] Pesquisa linguística colhida através do *site* Priberam. Disponível: <https://dicionario.priberam.org/contempor%C3%A2neo>. Acesso em: 15 ago. 2018.
[30] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Tópicos de Latinidade. Disponível: <http://topicosdelatinidade.blogspot.com/2015/11/ha-latim-e-latim-o-classico-e-o-baixo.html>. Acesso em: 15 ago. 2018.

não simétrico, que é a natureza simbólica de todas as expressões do humano, condição de linguagem que atravessa simultaneamente todos os tempos, *ethos* sociais e constituições subjetivas da nossa condição humana.

Desse modo, a noção Contemporânea de atribuição de sentido adotada nesse trabalho não é a cronológica, não se tratando, simplesmente, de algo que aconteceu após o período histórico Moderno, mas de um modo lógico de atribuição de sentido capaz de orientar e organizar a vida social, para além de uma sequencialidade temporal. Um modo de atribuição de sentido que, inclusive, pode se expressar discursivamente, em diferentes tempos, mas partilhando de um funcionamento semelhante, em termos psicanalíticos, relacionando-se numa espécie de consubstanciação (LIMA JR., 2015). Como diria Maffesoli (2010), trata-se de uma noção, termo que utiliza como antítese aberta que se contrapõe à proposta conceitual hermética da Ciência Moderna. Como nos esclarece Lima Jr. (2018b), em sua teorização sobre o termo Contemporaneidade, trata-se de um dinamismo com caráter Não Moderno, assim:

> o modo de produção de conhecimento, que eu digo ser contemporâneo no sentido de inscrever uma subversão no modo epistemológico moderno, que estaria para a discussão 'Moderno X Pós-Moderno' como uma não Modernidade, um outro dinamismo, qualitativamente diferente e, assim, 'pós' dinamismo moderno – trata-se aqui também de uma demarcação lógica e não cronológica. (LIMA JR., 2018b, p. 3).

É nesse sentido que Lacan (1998) afirma que a lógica é o umbigo do sujeito, porque por mais que o sujeito busque uma lógica hermética para atribuir sentido a seu objeto, a exemplo da lógica científica moderna, enquanto uma das tantas versões simbólicas da nossa condição humana, sua natureza simbólica porosa e resvalante irá produzir, em algum momento, dialogia; ou seja, irá duplicar sentidos diversos. Até porque se uma lógica qualquer não passa de um recorte, uma versão reduzida de uma condição simbólica maior, já está pressuposto que existe algo diferente dessa lógica, fora dessa escala, da sua demarcação, da sua (in)formação, ou seja, do que está dentro, interno, contido em sua forma. Em seu caráter recursivo, a Modernidade possibilitou a insurgência de aspectos da Realidade com um caráter Não Moderno, isso mostra que toda lógica supõe seu oposto, o verdadeiro contém o falso, e vice-versa (LIMA JR., 2015).

Essa mesma dialógica é aplicada por Lyotard (2008, p. 37) para analisar a relação do saber científico no desenvolvimento das sociedades pós-modernas, quando afirma que a “própria ideia de desenvolvimento pressupõe o horizonte de um não desenvolvimento”. Por isso, por ser o Método Contemporâneo uma forma de criar laço com a vida, de produzir sentido, um tipo de discurso inverso ao Método Moderno hegemônico, tem como característica mais essencial, como diferença mais fundante, a forma como o sujeito é pensado nos processos enunciativos. Por isso, geração de sentido é também um dos nomes do campo da Pesquisa e está associada ao Modo Contemporâneo de atribuição de sentido.

O que é nominado como Modo Contemporâneo de atribuir sentido, aqui, nessa pesquisa, Boaventura Santos (2005) identifica como uma virada epistemológica, realizada nas entranhas da própria Ciência, que produziu um rombo no paradigma da Ciência Moderna a exemplo das teorias como a teoria da relatividade de Einstein[31], o princípio da incerteza de Heisenberg[32], o teorema da incompletude de Gödel[33], a teoria das estruturas dissipativas e o princípio da ordem através das flutuações de Ilya Prigogine[34]. Contextos teóricos que desconstroem a relação moderna entre sujeito e objeto, pelos campos da Física, da Matemática e da Química, nos processos de produção de conhecimento, indicando uma outra estrutura discursiva.

---

[31] Boaventura Santos (2005), em sua análise no Discurso sobre as Ciências, para compreender o que chamou de mudança de paradigmas, incluindo a teoria de relatividade de Einstein, fundamentou-se no filósofo da ciência Hans Reichenbach, a partir de sua obra: H. Reichenbach, From Copernicus to Einstein. Nova Iorque, Dover Publications, 1970.

[32] Para falar do princípio de incerteza de Heisenberg, utilizou a obra: E. Wigner, Symmetries and Reflections. Scientific Essays. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

[33] Para falar do teorema da incompletude de Gödel, baseou-se em obras dos seguintes autores: J. Ladrière, "Lês Limites de Ia Formalization", in J. Piaget (org.), Logique et Connaissance Scientifique. Paris, Gallimard, 1967, p. 312 e ss; R. Jones, Physics as Metaphor. Nova Iorque, New American Library, 1982, p. 158; J. Parain-Vial, Philosophie dês Sciences de Ia Nature. Tendances Nouvelles. Paris, Klincksieck, 1983, p. 52 e ss.; R. Thom, Parábolas e Catástrofes. Lisboa, D. Quixote, 1985, p. 36; J. Briggs e F. D. Peat, Looking Glass Universe. The Emerging Science of Wholeness. Londres, Fontana, 1985, p. 22.

[34] Já o princípio da ordem através das flutuações de Ilya Prigogine teve como fonte os seguintes trabalhos: Prigogine e I. Stengers, La Nouvelle Alliance. Metamorphose de Ia Science. Paris, Gallimard, 1979; I. Prigogine, From Being to Becoming. S. Francisco, Freeman, 1980; I. Prigogine, "Time, Irreversibility and Randomness", in E. Jantsch (org.), The Evolutionary Vision. Boulder, Westview Press, 1981, p. 73 e ss. Todas essas referências, acima citadas, nas notas de rodapé 16 a 19, estão registradas no escrito de Boaventura Santos, utilizado como fundamentação teórica dessa Tese.

O tempo e o espaço absolutos de Newton são questionados pela teoria da relatividade de Einstein, revolucionando as concepções mecânicas de tempo e espaço ao mostrar que a simultaneidade de acontecimentos no mesmo lugar é diferente da simultaneidade de acontecimentos separados por distâncias astronômicas. Ou seja, evidencia que as leis da Física e da Geometria são fundamentadas em medições locais e não universais já que a “simultaneidade de acontecimentos distantes não pode ser verificada, pode tão-só ser definida. É, portanto, arbitrária” (SANTOS, 2005, p. 9).

O matemático Gödel com o teorema da incompletude ou do não complemento demonstra que, em certas escalas lógicas, não se pode provar sua consistência. Dessa maneira, é possível formular proposições indecifráveis que não são nem verdadeiras, nem falsas, nem demonstráveis, nem refutáveis. O que aponta para a existência de contradição ou imprecisão ou incompletude em um sistema lógico-matemático coerente. Já a físico-química Ilya Prigogine descobriu que sistemas abertos que operam nos limites de estabilidade, em dados momentos, não inteiramente previsíveis, sofrem flutuação de energia, produzindo reações em cadeia, por meio de mecanismos não lineares, que terminam por gerar transformações termodinâmicas irreversíveis no sistema, o que sugere uma lógica de auto-organização que não é absolutamente previsível.

No mesmo sentido, o princípio da incerteza de Heisenberg fundamenta a Mecânica Quântica e demonstra a impossibilidade de observar ou medir um objeto sem produzir alterações no mesmo. “Como ilustra Wigner, [...] a medição da curvatura do espaço causada por uma partícula não pode ser levada a cabo sem criar novos campos que são bilhões de vezes maiores que o campo sob investigação" (SANTOS, 2005, p. 9). Em outras palavras, um cientista traz evidências da interferência do sujeito no conhecimento que se tem a respeito de um fenômeno físico, percebendo que produz um conhecimento que não é simétrico a esse objeto já que interfere no contexto do mesmo, no momento de sua medição. Diante desse entendimento, conclui Santos (2005, p. 9), “não conhecemos do real senão o que nele introduzimos, ou seja, que não conhecemos do real senão a nossa intervenção nele”.

> O que era a realidade para a Ciência Clássica e Moderna não o é para a Ciência Contemporânea, que para Boaventura trata-se de uma Ciência Pós-Moderna e, para Morin, uma Epistemologia da Complexidade. [...] Nas Ciências exatas e naturais, pelo alinhamento refeito por estes autores, tratar-se-ia de se deter a atenção não na regularidade dos fenômenos, mas no limite tênue estatístico do que pode ser um objeto e nas vicissitudes ou contingências da linguagem que marca o ato nominativo lógico da Ciência em relação aos seus objetos [...] que constituem não só o objeto, [mas também] a relação que o sujeito cientista imprime sobre ele a partir de sua posição de análise. (LIMA JR., 2017, p. 4).

Essa virada epistemológica, na Ciência, demarca uma relação diferente da versão hegemônica moderna entre sujeito e objeto. A Fita de Moebius ou Faixa de Moebius é um espaço topológico que representa uma relação sujeito-objeto de mútua dependência. Sugere, enquanto metáfora, uma noção, em torno de um objeto, relativa ao modo perceptivo específico de um sujeito que busca conhecer algo, como sinaliza Lima Jr. (2018), mais como mostração topológica do que como argumentação explicativa. Ao contrário da Geometria euclidiana, que representa o Modo Moderno de produção de conhecimento, e propõe um conhecimento estático, simétrico, objetivo e universal, a Fita de Moebius caracteriza o Modo Contemporâneo de atribuição de sentido, apontando para uma produção de sentido dinâmica, topológica, historicamente situada e subjetiva.

Assim, a dualidade bidimensional (sujeito/objeto) representada pelas faces que não se tocam da Geometria euclidiana não faz mais sentido porque a relação sujeito-objeto através da lente da subjetividade é percebida enquanto um contínuo. Como na Fita de Moebius, não mais existe interno e externo já que os objetos só podem ser intelectualmente captados por meio da condição simbólica subjetivada do ser. Assim sendo, como nos alerta Lima Jr. (2017), tudo, ao modo estrito, é interno, nos processos de atribuição de sentido.

> Por isto, em última instância, tem relação com o Real do sujeito, sendo, por assim dizer, um significante do mesmo – isto move toda a engenharia do sentido das coisas e dos objetos. Como eu dissera numa das publicações (2012), o sentido varia por uma cadeia de significantes de um sujeito a outro e não por uma cadeia de significados como o propõem cientificamente a Semiótica e a Linguística, que de certo modo imitam a Geometria Euclidiana. (LIMA JR., 2018b, p. 16).

O Método Contemporâneo forja um outro tipo de relação que o sujeito estabelece com a verdade, um específico modo de fundar simbolicamente sua realidade e

organizar o arranjo social ao qual pertence. Dinamismo que aponta, portanto, de modo geral, para um funcionamento ancorado nos princípios de relatividade, de arbitrariedade, de incerteza, de incompletude, de contradição, de imprecisão, de auto-organização, de historicidade, de qualidade e de pluralidade dos modos de enformar, intelectualmente, os objetos; e, de modo específico, é um dinamismo que aponta, sobretudo, para um saber ser-existir, um saber criar uma subversão, ou seja, uma versão subjetiva, na coisa social, inclusive, nos seus aspectos educacionais.

Lima Jr. (2015) identifica outros exemplos epistemológicos de discursos que entendem o sujeito, na coisa social, de forma Contemporânea. São eles: a Sociologia de Weber e de Maffesoli, a Psicanálise de Freud e Lacan, a Filosofia da Linguagem de Wittgenstein, Foucault, Cassirer e Derrida, a Antropologia Simbólica de Geertz e a Teoria Comunicativa de Habermas. Em todos esses contextos teóricos, o sentido do objeto é, relativo, incompleto, resvalante, polissêmico, apontando para os processos de subjetivação do ser.

Essas teorias partilham do mesmo discurso, possuem, dessa maneira, uma mesma substância, um mesmo princípio de funcionamento. Se consubstanciam, ainda que pertençam a específicos campos de saber, diversos arranjos sociais e a diferentes momentos históricos. São expressões teóricas que se aproximam e se deslocam a partir de um princípio lógico comum e não se submetem, de forma absoluta, às restrições de seu tempo e espaço, por isso, não se trata de um princípio cronológico, mas lógico que pode coexistir em tempos históricos diferentes. Outro exemplo de patrimônio com uma perspectiva Contemporânea de atribuição de sentido pode ser encontrado na Antropologia. Malinowski não buscou comparar os nativos Mailu das Ilhas Trobriand ao *modus operandi* hegemônico europeu, mas buscou compreender os impactos sociais que fundamentavam suas trocas a partir do sistema de valores típicos desses sujeitos sociais, culturais e historicamente localizados, entendendo que outras lógicas, além das científicas, podem organizar e legitimar a coisa social (BOGDAN; BIKEN, 1994).

Já Claude Lévi-Strauss (1975 *apud* CASELLI; LANG, 2015), por sua vez, teoriza sobre regras estruturantes mentais que organizam os significados culturais e que

podem interferir no funcionamento dos sujeitos, inclusive nas funções biológicas, descontruindo a ideia de realidade objetiva. Na teoria interpretativa ou hermenêutica, Clifford Geertz compreendeu a cultura enquanto textualidade, a partir do que nominou como uma descrição densa, atribuindo importância para compreensão dos variados arranjos sociais à leitura que os nativos faziam sobre seus próprios aspectos culturais.

Para Cassirer (1992) e Derrida (1995), que militaram no campo da Filosofia da Linguagem, os objetos do conhecimento são acessados por via da linguagem e por isso a Realidade, em si, difere da realidade simbólica; já que nenhum registro simbólico seria capaz de captar a essência, em si, dos objetos que, se existir, estaria fora do alcance do registro lógico, sendo perdida para o sujeito que produz sentido. Toda racionalidade, dessa forma, é considerada uma versão simbolizada e reduzida de qualquer objeto. O que se tem, a partir desse princípio, é uma verdade relativa, situada histórica e subjetivamente, que não pode esgotar o objeto, que nem sempre pode ser quantificado, mensurado e predito. Esses autores também tratam o objeto a partir de fundamentos Contemporâneos, apontando para o papel do sujeito nesses processos.

Outra contribuição epistemológica que foi fundamental para a consolidação teórica da perspectiva subjetiva de atribuição de sentido, foi dada pela Psicanálise. Fazendo uma desconstrução radical na fórmula lógica de Descartes – **Penso, logo existo** – Lacan, baseado na teoria do inconsciente de Freud, contribui para a questão, demarcando o caráter dialético de contraposição e de contradição desse pensamento lógico, ao mostrar que se existo onde penso, também **existo onde não penso**. Esse deslocamento epistemológico retira o pensamento do domínio exclusivo da razão, evidencia o papel da subjetividade nos processos de atribuição de sentido, destrói a ideia de realidade objetiva e retira o significante da categoria de mero instrumento de comunicação, elevando-o ao *status* de principal estrutura de constituição do ser, e por derivação evidencia o papel da subjetividade nos processos racionais.

> Lacan quis ressaltar que também é um ato ou uma ação do sujeito não pensar e que, por outro lado, o problema é a sustentabilidade do ser e não do existir, que este seria uma mera consequência da primeira. Ser sujeito a

> partir da posição que assume diante da primeira batida simbólica para dar conta da falta sem a obturar; ser por uma construção de sentido motivada por uma falta, por uma dúvida, que se refere ao sentido que sempre diz alguma coisa, mas nunca diz tudo e por uma falta de sentido que implica o sujeito na produção do mesmo, de modo singular e relativo que, como resultado, haverá sempre a produção de um saber como uma verdade relativa. (LIMA JR., 2018a, p. 17).

A teoria do significante do sujeito e a relação entre inconsciente e linguagem desenvolvidas por Lacan, a compreensão de que a realidade pode ser intelectualmente captada apenas por meio da linguagem, trazida por Cassirer, e a teoria de que todo signo opera no vazio e sempre resvala, desenvolvida por Derrida, contribuíram para desconstruir a crença de que uma racionalidade seria capaz de acessar plenamente a verdade do objeto e esgotá-la, absolutamente, produzindo um conhecimento universal, invariável e descolado da condição psíquica dos sujeitos da pesquisa. Todos esses processos de atribuição de sentido se assemelham por atribuírem ao sujeito papel fundante no modo como o objeto é tecido.

Deslocando a autoria do conceito Moderno para a noção Contemporânea, mais especificamente para a noção Psicanalítica de subjetividade (ou de Sujeito), o autor deixa de ser regulamentado exclusivamente pelo discurso da Ciência Moderna e passa a autorizar-se a partir de outros modos de produzir sentido. Deixa de ser uma verdade individualizada e passa a ser uma específica função do sujeito do discurso. Deixa de produzir conhecimento simétrico ao objeto e passa a produzir uma verdade relativa. Deixa de ser um autor abstrato-conceitual e passa ser um autor, sobretudo, subjetivo, ainda que também epistêmico.

Abertura discursiva que evidencia e legitima o poder dos diversos funcionamentos subjetivos de imprimir sua marca, sua real autoria, na coisa social educacional, de acordo com suas necessidades psíquicas, seus desejos, cognições, contextos sociais, culturais e históricos. Condição subjetiva que ao entrar no jogo de poder discursivo dos sujeitos sociais pode assumir ares de condição comum, ou seja, assumir uma expressão social convencionada, também chamada por Maffesoli (2004) de elo ou lar comum, que, por sua vez, também será subjetivada por cada sujeito que entrar no circuito discursivo, posteriormente.

Dessa maneira, a autoria funciona como expressão do Real do sujeito (LACAN,

1998), indicando uma função-autor estética e não puramente conceitual, como sua versão hegemônica moderna pretendeu instaurar. Portanto, a autoria em seu caráter Contemporâneo deixa de ser um princípio universal puramente lógico de verdade absoluta para ser um princípio local e lógico-plural de verdade relativa a um sujeito histórica e subjetivamente localizado. Defendendo, desse modo, a Tese que a autoria, numa perspectiva psicanalítica, está associada aos processos de subjetivação do ser e não a um único discurso ontológico e seus efeitos epistêmico-ideológicos.

4.2 Essa é a caixa. O carneiro está dentro: o que é subjetividade ou a dependência do sujeito ao seu significante

> Não me parece, de forma alguma, que se trate [...] da negação do sujeito. Trata-se da dependência do sujeito em relação a alguma coisa verdadeiramente elementar, o que tentamos isolar com o termo 'significante' (LACAN *apud* FOUCAULT, 2009, p. 39) [35].

Ao defender que o sistema de significante caracteriza a linguagem, tanto no eixo paradigmático oficial, no modelo virtual da língua, quanto no eixo sintagmático da fala, no ato enunciativo, evidencia-se a dependência do sujeito ao significante, pois é a partir dele, do seu manejo, da forma como é estruturado, em seu discurso, que o sujeito consegue produzir sentido, captar intelectualmente a realidade humana e seus objetos de conhecimento. Quando Lacan (1998) afirma que a chave da questão está em como o sujeito se relaciona com a verdade, ele está tratando do papel da linguagem nos processos de produção de sentido. Dessa maneira, aponta para a relação que o sujeito do significante estabelece com seus objetos de conhecimento, a partir da sua específica condição simbólica.

A teoria de Lacan sobre o inconsciente estruturado como uma linguagem e o papel do significante na relação que o sujeito estabelece com sua verdade foi fundamentada a partir da Psicanálise de Freud e das teorias estruturalistas do antropólogo Claude Lévi-Strauss e dos linguistas Ferdinand Saussure e Roman

[35] Essa citação de Lacan está na conferência realizada por Foucault que gerou o texto - O que é um autor? -. Lacan estava entre os interlecutores que debatiam o tema trazido por Foucault e essa citação faz parte da sua contribuição à discussão sobre a função-autor.

Jakobson. Contudo, Lacan devolve aos campos estruturalistas uma noção que subverteu seus conceitos, chegando em algo que está além das estruturas externas ao sujeito, dando uma contribuição significativa ao trabalho de Freud no que se refere à questão da subjetividade nos processos de atribuição de sentido (CASELLI; LANG, 2015).

Na versão estruturalista da Linguística, os signos são formados por significantes e significados, mas o significante é um mero veículo de expressão de um conceito ou ideia, cuja regularidade é associada de forma estática e fixa a um significado predeterminado. Nessa concepção epistemológica, a língua possui uma natureza homogênea, pois cada significante pode representar apenas um significado. Um sempre remete ao outro, numa relação fixa e estática. Nessa visão epistemológica moderna da linguagem, o significado se sobrepõe ao significante (CASELLI; LANG, 2015) e a verdade do objeto só pode ser acessada por um método, cujo rigor oblitere os indícios de subjetividade do sujeito do ato enunciativo. Nessa perspectiva, a linguagem é um mero instrumento de comunicação e a verdade do objeto é externa ao sujeito.

A antítese, numa versão Contemporânea de produção de sentido, a partir dos campos da Filosofia Crítica (FOUCAULT, 1984, 2009), da Linguagem (CASSIRER, 1992; DERRIDA, 1995) e da Psicanálise (LACAN, 1998; LIMA JR., 2017), é de que o pensamento humano é enformado por nossa condição simbólica, ou seja, a realidade só pode ser intelectualmente captada por meio da linguagem. E o elemento simbólico basilar que enforma o pensamento, tornando os objetos de conhecimento intelectualmente captáveis para nossa condição humana, transformando, inclusive, parte da Realidade em objeto de captação intelectual é, justamente, o significante. Dessa maneira:

> manipulando esses dois tipos de conexão (similaridade e contiguidade) em seus dois aspectos (posicional e semântico) – por seleção, combinação e hierarquização –, um indivíduo revela seu estilo pessoal, seus gostos e preferências verbais. (JAKOBSON, 2010, p. 71 *apud* CASELLI; LANG, 2015)[36].

[36] JAKOBSON, R. **Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia.** In R. Jakobson, Linguística e comunicação. São Paulo: Cultrix, 2010.

Ao manejar os diversos patrimônios simbólicos que compõem a linguagem, a partir do encadeamento dos significantes, o sujeito se revela na forma como se apropria de seus aspectos posicionais e semânticos. As combinações e hierarquizações de sua fala podem, desse modo, mostrar seu ser. Nessa perspectiva, as figuras de linguagem não são um simples modo de dizer ou escrever, nem funcionam como um mero instrumento de comunicação, mas constituem-se enquanto atos que revelam o funcionamento e o pensamento do sujeito, a partir da fala, da escrita, nas combinações dos seus significantes. Por isso, nessa forma de compreender a relação sujeito-verdade-objeto, a linguagem torna-se campo de constituição dos sujeitos.

Segundo Lacan (1992, p. 69), ao dizer “emprego da linguagem, não quero dizer que a empregamos. Nós é que somos os seus empregados. A linguagem nos emprega, e é por aí que aquilo goza”. Isto equivale a afirmar que a verdade do sujeito, ou seu funcionamento psíquico, chamado por Lacan de Real do sujeito, está inscrita na evolução semântica do seu discurso e pode ser mostrada por meio de um específico repertório simbólico que fala do ser a partir do seu vocabulário, do seu estilo de vida, gostos, preferências verbais, da forma como maneja, em cadeia, ao modo próprio, os significantes disponíveis no plano paradigmático da língua.

Desse princípio deriva que, para a Psicanálise, o discurso não é apenas fala e escrita, como meras propriedades de expressão gramatical, enquanto formalização de termos, ideias abstratas e conceituais, mas o discurso do sujeito tem a ver com fala e escrita enquanto práticas simbólicas e propriedades discursivas fundamentais, capazes de revelar o funcionamento psíquico do ser e as relações que ele estabelece com seus objetos de conhecimento e, sobretudo, a posição que o sujeito pode tomar e/ou ser diante das diferentes formas de relação humana existentes no contexto geral da sociedade e da cultura (LIMA JR., 2018b).

Por outro lado, a noção de eficácia simbólica desenvolvida por Lévi-Strauss (1975 *apud* CASELLI; LANG, 2015) [37], e apropriada por Lacan para fundamentar sua Tese de que o inconsciente funciona como a linguagem, foi também um princípio

[37] LÉVI-STRAUSS, C. **A eficácia simbólica.** Rio de Janeiro: tempo brasileiro, 2.ed. 1975.

epistemológico de grande importância para descontruir a ideia de realidade objetiva, regida por leis absolutamente externas à condição psíquica dos sujeitos. Esse deslocamento epistemológico mostra que a palavra, para além de uma perspectiva instrumental, pode reordenar o lugar do sujeito, mobilizando algo em sua realidade psíquica. Lévi-Strauss (1975 *apud* CASELLI; LANG, 2015) analisou os efeitos da intervenção xamânica, numa tribo panamenha, para solucionar questões que envolviam problemas na estrutura fisiológica dos sujeitos pesquisados, o que o levou a testemunhar a eficácia de um reordenamento do campo simbólico a partir da metaforização de um drama mítico local, deslocado para o drama de uma mulher que vivenciava complicações no parto.

Nesse caso, a intervenção do Xamã se aproxima da intervenção psicanalítica, já que ambas funcionam estruturalmente de forma parecida. Por meio dessas práticas discursivas, a partir da fala, a palavra reorganiza o lugar psíquico do sujeito, auxiliando-o a viver de forma estruturada uma experiência real desorganizadora, podendo produzir desbloqueio em processos psíquicos e até mesmo fisiológicos. A reorientação simbólica é capaz de ordenar o que parecia não ser função da palavra, o que evidencia ser o inconsciente (existo onde não penso) regido por leis semelhantes às que ordenam nossa condição simbólica em sua expressão racional, consciente (penso, logo existo).

Ao contrário do que preconizou a Linguística, além de ter papel fundante na constituição do ser, um mesmo significante pode gerar significados diferenciados do preestabelecido pelo modelo virtual da língua e pela epistemologia hegemônica dominante, ou seja, a verdade dos sujeitos não possui uma mesma origem, nem provém de um modelo simbólico único e externo ao funcionamento desses sujeitos. A regularidade do significante está sempre em vias de subverter, produzindo sentidos diferentes devido ao seu caráter substitutivo.

Em outros termos, a verdade do sujeito pode deslizar do eixo paradigmático, gerando polissemias. Para Jakobson (2010, p. 49 *apud* CASELLI; LANG, 2015, p. 9) existem duas formas, ou dois modos de ordenamento que possibilitam que o sentido de um significante seja transferido para outro: o polo metafórico e o polo metonímico. Na ordem metafórica, a transferência do sentido de um significante para

outro ocorre por meio de similaridade das qualidades entre os significantes em questão. Nesse princípio de organização, um significante pode ser substituído por outro que seja similar a suas atribuições, ou seja, é possível atribuir a um significante o sentido de outro. Caselli e Lang (2015, p. 9) trazem a seguinte frase como efeito de mostração: “Pedro é um leão”. Aqui, as qualidades de força e destemor atribuídas ao animal são transferidas para o significante Pedro.

Já na ordem metonímica, a transferência do sentido de um significante para outro ocorre por meio de contiguidade. Nesse polo, um significante pode ser substituído por outro por meio da proximidade ou vizinhança estabelecida a partir de um contexto comum aos dois significantes em questão. Na frase “Fluminense marca com camisas diferentes e vence Flamengo por 3 x 0” (CASELLI; LANG, 2015, p.10), o significante “camisas” se aproxima do significante “jogadores” por fazerem parte do mesmo contexto social: o esportivo. Dessa forma, para a teoria de Jakobson “todo discurso normal, individual, jurídico ou social se organiza de acordo com a estrutura bipolar da linguagem" (CASELLI; LANG, 2015, p. 10), ou seja, todo discurso do sujeito, toda fala que faz sobre si ou sobre um objeto de conhecimento qualquer, organiza-se a partir de uma sequência encadeada de significantes que relacionam-se por similaridade ou por aproximação contextual.

Não só a língua formal, enquanto sistema racionalizado e hegemonicamente legitimado, é organizada a partir do binômio metafórico-metonímico, mas o inconsciente também obedece a esses princípios organizadores. Quando Lacan (2008, p. 142 *apud* CASELLI; LANG, 2015, p.12) [38] afirma que o “inconsciente é estruturado, tramado, encadeado, tecido de linguagem”, defende que o significante exerce um papel tão fundamental que estrutura não só o modelo virtual oficializado da língua, mas também organiza o inconsciente que é regido pelas mesmas leis do binômio metafórico-metonímico. Lacan demarca, assim, não apenas a dependência do sujeito à linguagem em sua expressão racional, mas o fundante papel do inconsciente, enquanto linguagem capaz de estruturar a ação dos sujeitos antes mesmos deles racionalizarem seus atos expressivos. Por isso, o autor afirma que não considera legítimo afirmar que:

[38] LACAN, J. O Seminário, **livro 3**: As psicoses (1955-1956). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2.ed. 2008.

> as estruturas não descem para a rua, porque se há alguma coisa que os acontecimentos de maio demonstram é precisamente a descida para a rua das estruturas. O fato de que ela seja escrita no próprio lugar em que se opera essa descida para a rua nada mais prova que, simplesmente, o que é muito frequente, e mesmo o mais frequente, dentro do que se chama de ato, é que ele se desconhece a si mesmo. (LACAN *apud* FOUCAULT, 2009, p. 40).

O próprio Saussure (2006, p. 143 *apud* CASELLI; LANG, 2015, p.7) [39], em sua abordagem linguística, abre brecha em seu sistema semântico, apesar da sua ênfase na estrutura e não no sujeito, quando conclui que "uma palavra pode fazer surgir, inconscientemente, no espírito, uma porção de outras palavras". O que sugere que um significante também pode deslizar do eixo paradigmático, inconscientemente, por causa, por exemplo, de um chiste, ato falho, sintoma ou sonho, produzindo, no ato da fala, um dizer que escapa ao consciente.

O chiste *famillionär*, por exemplo, analisado por Freud (1996, p. 25 *apud* CASELLI; LANG, 2015, p.8) [40] em seu texto "Os chistes e sua relação com o inconsciente", mostra que um significante pode encontrar seu caminho consciente por causa de uma vinculação associativa inconsciente. A análise desse chiste parte do relato do poeta alemão Heinrich Heine que narra como um agente de loteria se regozijava de sua suposta relação íntima com um rico barão, asseverando que o mesmo o tratava de forma bastante *famillionär*, ou seja, "familionariamente".

Nesse chiste, a questão não reside no pensamento, no conteúdo, no significado, mas na forma de verbalização que o exprime, ou seja, na forma como esses dois significantes (familiär e millionär) foram manejados em sua condensação pelo sujeito para dar conta de uma necessidade psíquica sua, independente dos significados hegemônicos legitimados na língua oficial (FREUD 1996 *apud* CASELLI; LANG, 2015). Evidência de que o signo (palavra) utilizado possui um significado inconsciente diferente do significado convencionado pelo acordo social hegemônico. Ou seja, o significante e o significado nem sempre se remetem um ao outro de forma tão recíproca, numa relação estática, mas um mesmo significante pode apontar para

---

[39] SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2.ed. 2006.

[40] FREUD, S. **Os chistes e sua relação com o inconsciente.** In J. Strachey (Ed. e J. Salomão, Trad.), Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Vol. 8). Rio de Janeiro: Imago. 1996.

significados diferentes, a depender do contexto do sujeito que organiza, psiquicamente, o sentido.

A análise desse chiste sugere que a lógica associativa dos significantes de Saussure, apesar de não levar em conta nem o sujeito, nem o inconsciente, termina por se aproximar do funcionamento dos chistes, atos falhos, sintomas e sonhos, percebidos por Freud, enquanto caminhos associativos pelos quais um significante pode encontrar seu caminho consciente por causa de uma vinculação associativa inconsciente (CASELLI; LANG, 2015). Há, portanto, uma relação dinâmica entre o sistema de associação do modelo convencionado da língua e o eixo de combinação da fala do plano sintagmático, do ato da fala do sujeito.

Princípios epistemológicos, como a noção de que o sujeito se constitui e só pode falar de sua verdade a partir da linguagem e de que um mesmo significante pode vincular-se a significados diferentes, são princípios que mostram que a escrita, a fala, a produção de conhecimento ou a construção de sentido dos sujeitos são processos intelectuais, conscientes e inconscientes, que fazem parte de um “um jogo de signos comandado menos por seu conteúdo significado do que pela própria natureza do seu significante” (FOUCAULT, 2009, p. 6).

O significante, desse modo, tem um papel fundamental nos processos de constituição do ser, incluindo os processos de produção de conhecimento. Constitui-se, dessa maneira, enquanto elemento fundante mais essencial e nuclear da linguagem. Ele é capaz de mostrar a verdade do sujeito antes mesmo dele ter consciência dos seus atos porque a verdade do sujeito está inscrita em sua organização psíquica. Verdade relativizada que na condição de semi-dizer opera com eficácia para dar conta das necessidades dos sujeitos, em seus arranjos sociais, mas que, todavia, não pode dizer tudo já que encontra seu limite no Real (LACAN, 1998).

Assim, a linguagem não elimina a hiância e a incompletude dos processos de produção de conhecimento porque o significante, enquanto elemento simbólico responsável por enformar o pensamento, é, em si, vazio, resvalante (DERRIDA, 1995), pois não está absolutamente vinculado a apenas um significado,

enclausurado em uma verdade absoluta. Não podendo produzir uma relação de simetria com a verdade do objeto já que não é o objeto, em si, o mesmo significante pode representar noções diferentes, sem esgotar o sentido de um objeto, a partir das relações de similaridade e aproximações contextuais que os sujeitos articulam.

A partir da formulação desse princípio, Lacan desloca o significante da condição de instrumento de comunicação para elemento molecular de constituição do sujeito, ou seja, associa a construção da verdade do sujeito aos seus processos de subjetivação. Assim sendo, se a verdade produzida nos processos de produção de sentido é transpassada pelos processos de subjetivação dos sujeitos sociais, a relação que o sujeito estabelece com o *socius* e seus lugares de inscrição, como a Educação e a Pesquisa em Educação, sofrerá mudanças radicais, em termos epistemológicos: teóricos e pragmáticos; demarcando, dessa forma, uma outra compreensão sobre o lugar do sujeito na coisa social, ou seja, sobre como o sujeito se autoriza, nas instâncias sociais.

4.3 Era assim mesmo que eu queria: autoria enquanto poder discursivo, na coisa social, é um dos nomes da subjetividade

> Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. (FOUCAULT, 1984, p. 5).

Em meados do século XX, a questão do poder, de modo geral, era vista pela direita tão somente em termos jurídicos, ou seja, em termos de soberania constitucional, enquanto que a esquerda marxista entendia o poder em termos de aparelho de Estado. A questão do poder estava centrada na luta por hegemonia política, econômica e cultural entre classes sociais. A partir dessa base discursiva, cada ideologia política buscava denunciar o poder, na classe inimiga, de forma global: para os capitalistas os comunistas exerciam um poder totalitário e para os marxistas os burgueses exerciam um poder de classe dominadora. Mas nenhum dos lados preocupava-se em analisar a forma como o poder era exercido, em suas minúcias, em seus detalhes, em suas entranhas, especificando suas técnicas e táticas

concretamente, em suas microdinâmicas.

Foucault (1984), em um diálogo sobre os intelectuais e o poder, analisa que o poder não está restrito a uma classe dominante que defende seus interesses, pura e simplesmente, como entendeu certa interpretação do marxismo clássico. Nessa perspectiva, “o poder existe tanto ao nível do policial quanto do primeiro ministro e que não há diferença de natureza entre o poder que exerce um reles tira e o poder que exerce um ministro” (FOUCAULT, 1984, p. 73). Para o autor, certo Marxismo e certa Fenomenologia, que formaram a sua geração, foram de alguma forma, obstáculos epistemológicos para a formulação do poder enquanto problemática, impondo uma noção de poder estreita e esquelética.

A noção de repressão, por exemplo, estava profundamente associada a uma série de fenômenos que diziam respeito aos efeitos de poder, mas não era suficiente para explicar o que existe de criativo nesse tipo de expressão, na coisa social. Para o pensador, o poder é mais que a concepção puramente jurídica, é mais que uma força que proíbe e uma lei que diz não. Mais que uma instância negativa que tem por objetivo reprimir, o poder é uma rede criativa que perpassa, atravessa e transpassa todo o corpo social, inclusive, os processos de produção de conhecimento e atribuição de sentido, em nossa sociedade. Trata-se de um poder que funda o ser na coisa social, apontando para um funcionamento discursivo, nas palavras de Foucault (1984, 2009), para o Real psíquico do ser, nas palavras de Lacan (1998), para a condição simbólica autoexpressiva, nas palavras de Lima Jr. (2016), enfim, para a autoria enquanto subjetividade, em minhas palavras.

Lima Jr. (2016) traz que a questão do poder, ao modo sociológico, é tratada como relação social, associada à macrodinâmicas ou macrofísicas de poder, enquanto efeito econômico, político, cultural e ideológico. Uma expressão coletiva que produz um tipo de engrenagem de poder que crê ser a estrutura social e seus sentidos convencionados, formalizados e legitimados, capazes de produzir verdade e promover transformação social, independente dos processos de subjetivação dos autores sociais. Contudo, defende que a questão não se restringe à relação social de poder já que este não é exercido apenas nas macroestruturas políticas de uma sociedade, mas, sobretudo, inicia sua atuação na microestrutura do sujeito social.

No mesmo sentido, Foucault (1984) defende a existência de uma coisa infra que é capaz de relativizar e dinamizar a noção de poder para além da noção sociológica de relação de poder. Ou seja, o poder não é exercido apenas em termos políticos e econômicos, enquanto expressão de uma classe social, de uma macroestrutura, é também exercido a partir do saber ser dos sujeitos sociais, de como os sujeitos funcionam, na coisa social. Nessa questão, Foucault (1984, 2009) recuperou o sujeito nas dinâmicas de poder, na coisa social, do mesmo modo que recuperou o sujeito nos processos de atribuição de sentido, ao analisar a autoria em sua condição de função. Assim, da mesma forma que a autoria não se restringe a um conceito científico, o poder não se restringe a sua expressão social de classe. O poder socialmente instituído não equivale a toda a expressão do poder no *socius*, mas é um momento específico dessa dinâmica.

Numa explicação sociológica, ou seja, científica, o poder assume um caráter quase que independente dos sujeitos sociais, personificado numa entidade abstrata generalista, a classe social. Situado, quase que exclusivamente, numa identidade hegemônica, o poder é percebido apenas como ideologia, enquanto expressão de aparelhos políticos e econômicos que defendem os interesses de determinada classe social. Essa absoluta exteriorização do poder na coisa social, proposta pela versão científica moderna, termina por excluir seu aspecto subjetivo. Não considera a inscrição molecular do sujeito como parte integrante do fenômeno social, subestima seu poder dinamizador da estrutura social.

Assim como a autoria, o poder é uma das funções do sujeito, e como função se articula sem estar plenamente em nada, ou seja, não se encarna em uma individualidade, nem se absolutiza em uma racionalidade qualquer. Não está, portanto, atrelada a uma única condição de existência, seja ela um patrimônio simbólico ou mesmo uma expressão subjetiva. Como função que não é exclusividade de um único modo expressivo, materializa-se quando alguém começa a exercê-la. Ao ser singularizada, enquanto um significante de um sujeito, a autoria pode se tornar (ou não) uma versão socialmente legitimada. Por isso, tanto o poder quanto a autoria podem ser exercidos por vários sujeitos e não são esgotados por nenhum registro simbólico. Nesse sentido, autoria e poder se equivalem, já que só

se exerce poder numa condição de autoria. Autoria é poder.

O poder e a autoria, numa compreensão psicanalítica, não são externos ao sujeito e sua condição subjetiva. A autoria, inclusive, é um tipo de poder discursivo, um poder ser-estar, na coisa social, ao modo próprio, que não se limita a uma classe social, a uma ideologia político-econômica, a uma expressão cultural ou a determinada forma de produzir sentido. Desse modo, nenhuma ideologia ou redução lógica pode dizer tudo do poder, da mesma forma que nenhum conceito pode definir, em absoluto, a experiência autoral porque só é possível acessar a realidade e seus fenômenos, sejam de ordem natural ou social, por via de uma estrutura simbólica subjetivada.

O poder se concretiza como efeito da ação dos sujeitos sobre a coisa social. Nesse sentido, os movimentos sociais e políticos são efeitos e consequências das inscrições subjetivas dos sujeitos sociais envolvidos em certo contexto histórico comum. Assim, só será possível acessar qualquer estrutura externa a partir de um ato inaugural próprio. O sujeito só entra na coisa social que o antecede a partir de sua inscrição subjetiva pela via da linguagem simbólica. É nessa estrutura que ele começa a atribuir sentido ao mundo e dinamizar esse sentido à medida que entra em contato com outros sujeitos e suas expressões de subjetividade, no circuito social, sempre transpassado por sua específica condição simbólica (LIMA JR., 2016).

Em seguida, instaura-se um jogo de poder dizer o que a coisa social é ou deveria ser, que será articulado pelos sujeitos sociais. A articulação política é feita por várias expressões subjetivas, e cada sujeito possui uma habilidade específica para instaurar realidade, tanto na microcondição do ser, quanto na macrocondição de social e humana. O Real social comum será fruto da negociação subjetiva dos autores sociais que produzirá uma síntese enunciativa, que terá efeito de um estatuto político de verdade comum, responsável por gerar verdades socialmente convencionadas. Uma ideologia que, por sua vez, assumirá ares de hegemonia, de acordo com específicas operações de poder protagonizadas pelos sujeitos sociais (encontros, desencontros, acordos, desacordos, estratégias, táticas, negociações, enfrentamentos, divergências e concessões, etc.).

Dessa forma, o sujeito social se produz nas interações, nas quais permeiam subjetividades enquanto expressões do poder enunciativo desses seres. No entanto, cada sujeito envolvido nesse contexto comum se apropriará, ao seu modo, dessa síntese social, dessa macrofísica do poder social, desse estatuto socialmente legitimado, gerando sua versão social própria (micro) do poder coletivo de classe (macro). O dinamismo se reforçará ao infinito, enquanto existirem os sujeitos sociais, podendo tanto reforçar quanto transformar o estatuto de verdade dominante e suas consequentes práticas sociais (FOUCAULT, 1984, 2009; LIMA JR., 2016).

A síntese social é fruto de negociações, do diálogo entre as expressões subjetivas, enquanto a apropriação da síntese social é, em si, singular à condição de cada sujeito que faz parte desse circuito discursivo. Por conseguinte, classe social funciona enquanto uma instância, condição comum de existência de um sujeito social que só pode falar da coisa social a partir dele mesmo, a partir do lugar que ocupa, nesse contexto/conjuntura de vivência, de existência e de expressão. O social equivale a vários sujeitos vivendo uma experiência existencial comum, o que não significa que todos experenciem esse estado de coisas da mesma forma. Hegemonia não significa homogenia.

Enquanto *topos,* o social possibilita aproximações em sua macrodimensão, cria laços entre os autores sociais, funciona como um lugar comum que faz elos a partir das afinidades discursivas, de interesses culturais, políticos e econômicos, como sugere Maffesoli (2004), mas isso não se dá de forma isométrica. Dinamiza-se de condição subjetiva para condição subjetiva porque aponta também para o que não se repete, para o que não é simétrico, não é modelável, ou seja, para as especificidades e diferenças de funcionamento dos sujeitos sociais, que operam tanto de forma consciente quanto inconsciente (LACAN, 1998).

É por isso que se trata, primeiro, de uma dinâmica ontológica para, só num segundo momento, tornar-se uma construção ideológica. As ações dos sujeitos é que são os dínamos geradores da estrutura macrossocial. Pensar dessa forma significa entender que o poder não se externaliza apenas enquanto estrutura social e política, mas como algo articulado pelo sujeito, de forma singular, numa estrutura simbólica. Quando o poder convencionado se manifesta, os sujeitos se apropriam desse poder

ao seu modo, a depender da sua específica condição no jogo social. O poder só existe enquanto poder exercido pelo sujeito, só que relacionado a dado contexto e em certa estrutura social.

Se as estruturas externas só existem a partir do significante do sujeito, esse entendimento, da coisa social, não remete à ideia de que nada exista fora da condição subjetiva do sujeito social. Infere, apenas, que não temos acesso à dimensão que está fora da escala simbólica que o sujeito pode operar, produzindo um sentido, para a coisa social, que instaura um tipo singular de relação social e organiza sua prática numa perspectiva não absoluta, nem generalizante. Também não quer dizer que não existem topologias entre as formas de atribuir sentido dos sujeitos, elas tanto se aproximam, dialogam que é possível produzir elos, lugares comuns. Apenas não são vivências idênticas. São essas aproximações simbólicas, inclusive, que permitem criar um *topos* comum, um *logos* socialmente convencionado, mas a partir das diferentes condições psíquicas, o que termina por gerar pluralidade, e não identidade, na instância social comum.

> Esta reflexão de Foucault sobre o poder permite-nos enxergar uma função de autonomia e de autoria que se pode atuar aí, e que só desta forma, relativamente, o poder se articula e acontece como estruturas funcionais e pragmáticas, alcançando limites complexos sociais, sem, no entanto, esgotar-se e reduzir-se. (LIMA JR., 2016).

Quando alguém escreve um texto para tratar de algum objeto de conhecimento, em seu exercício de atribuir sentido a algo, começa sua enunciação, utilizando-se de uma estrutura simbólica anterior e externa que é a linguagem humana. Desse modo, o sujeito maneja, articula, classifica, delimita, reagrupa, contrapõe, relaciona certo número de textos e contextos teóricos externos, ancorado em certa lógica, mas, sobretudo, a partir de sua específica condição subjetiva de articular e singularizar esse repertório simbólico. O que equivale a dizer que o sujeito entra no Real, e em suas estruturas, por via de uma estética própria. Essa é a forma específica, relativa e singular que os sujeitos elaboram e na qual articulam os sentidos externos sobre um objeto qualquer para gerar seu modo próprio de produção de sentido, guiados por seu singular laço com a Realidade.

Essa inscrição subjetiva que o sujeito faz sobre a Realidade e seus fenômenos não é absoluta nem estática, mas porosa e resvalante (DERRIDA, 1995). Do mesmo jeito que nenhum constructo lógico é capaz de esgotar o sentido real do objeto, as inscrições subjetivas do ser também estão na ordem da incompletude. Após se estruturarem, os contextos teóricos descolam-se do sujeito escritor e morrem, ou desaparecem, no circuito discursivo comum, manifestando sua incompletude. É nessa perspectiva epistemológica que existe um tipo de morte que caracteriza qualquer escrita e que nem mesmo o autor moderno, com sua pretensão absoluta, pôde escapar: a morte, não como desaparecimento dos indícios de subjetividade, mas enquanto resvalamento, vazio (DERRIDA, 1995), falta de um sujeito dividido entre ser o que pensa, mas também ser onde não pensa (LACAN, 1998).

Com base nesse tipo de verdade, trata-se de uma dinâmica de poder e não poder, do jogo de inscrição e morte (FOUCAULT, 2009), jogo de presença e ausência (DERRIDA, 1995) que toda escrita, enquanto produção de sentido, encerra. É por tal motivo que Foucault (2009) afirma ser a marca do escritor a singularidade da sua ausência. Trata-se do sentido de deslocamento e transformação de um estado da coisa para outro. Logo, algo da coisa se perde e se goza, perdendo-se uma segunda vez, por isto implica uma morte, pois freudianamente tem relação com a pulsão de gozo do sujeito, que é sempre uma pulsão de morte, desde que algo sempre se perde. Contudo, trata-se de um dinamismo que é como que um elã vital da subjetividade (FREUD, 1996 *apud* LIMA JR., 2018b).

Essa dinâmica pervasada da inscrição simbólica humana possibilita que outro sujeito entre no jogo enunciativo e funde sua própria inscrição subjetiva, produzindo sentido ao modo próprio. Essa natureza do Simbólico é o que nos permite ampliar o sentido em torno do objeto em questão. Penso que é nesse sentido que Foucault (2009) fala que a ausência ocupa, no discurso, lugar de grande importância, e que Lacan (1998), ao referir-se ao Real, afirma “que não cessa de não se inscrever”.

Toda vez que um sujeito se inscreve sobre certo objeto, ele formaliza determinado sentido sobre a coisa que se pretende conhecer. Essa noção do seu objeto possui resvalamentos por ser simbólica e, por conseguinte, criará oportunidade para que outra subjetividade se inscreva, para também, num momento posterior desaparecer,

criando um ciclo dinâmico, que se repetirá ao infinito. O que aponta para a condição geral da linguagem que é estruturada, mas, no entanto, não possui uma essência única. Nesse sentido, o texto não remete mais ao autor-escritor que deixa de ser causa, origem absoluta do texto, assim, o texto torna-se efeito da interpretação subjetiva de outros sujeitos leitores que, por sua vez, tornam-se novas origens, novas demarcações subjetivas, novos autores, também faltantes, incompletos, resvalantes. Trata-se de um contínuo devir.

Eis porque a autoria, numa abordagem epistemológica Contemporânea, não possui uma origem a ser resgatada já que ao ser função pode ser ocupada por variados sujeitos e estará em constante ato de reinauguração, sempre sendo atualizada a cada sujeito que acessa o jogo discursivo com sua marca singular. Não há origem porque a essência é dinâmica, surgindo uma nova versão toda vez que o sentido em torno do objeto for atualizado por um sujeito diferente. Para Lima Jr. (2016, p. 8), “a origem do ser é o momento em que ele se inscreve e se reinaugura – a gênese está na condição do sujeito, em seu ato de poder inaugural.”.

É por isso que Barthes (2004) afirma que a escrita é um campo neutro, que destrói toda origem e que começa quando o autor morre, porque em sua dinâmica discursiva, em seu papel fundamental de atribuir sentido, na coisa social, a escrita cumpre sua real função quando possibilita que cada sujeito faça sua inscrição simbólica, dinamizando o sentido, em torno de certo objeto de conhecer. Isso só ocorre devido ao signo ser vazio e, se assim for, seu significado não está costurado a uma única forma de atribuir sentido, a uma verdade socialmente convencionada, mas está atrelado ao significante de cada sujeito, à sua específica condição de articular a linguagem e atribuir sentido a partir do seu real psíquico (LACAN, 1998).

O poder, portanto, implica autoria. Implica uma movimentação entre os estados de ser-estar e não ser-estar, no mundo. Constitui-se como um ato singular dentro das estruturas que parecem ser completamente externas aos sujeitos, mas que só podem ser acessadas por via da subjetividade do ser. O sujeito pode e se inscreve nisso, faz um nome dentro dessa dinâmica, produz uma (auto)nomia. Isso é autoria. É um poder ser, ao modo próprio, em todas as outras estruturas humanas, o que só acontece na condição autêntica da expressão de poder fazer um nome próprio nas

macroestruturas biológicas, místicas, linguísticas, sociais, econômicas, culturais, educacionais, etc. Autoria é, portanto, um dos nomes da Subjetividade, é uma inscrição subjetiva sobre o real, um dos nomes do processo de subjetivação do ser, um dos nomes do Real. É o modo como cada sujeito dá conta de ser-estar no mundo, que tem sua origem na microfísica, na condição existencial infra do ser.

ATO V

A PRINCESA ADORMECIDA
OU (IN)CONCLUSÕES SOBRE A AUTORIA SUBJETIVA NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO E NA EDUCAÇÃO

Conta a lenda que dormia
Uma Princesa encantada
A quem só despertaria
Um Infante, que viria
De além do muro da estrada.

Ele tinha que, tentado,
Vencer o mal e o bem,
Antes que, já libertado,
Deixasse o caminho errado
Por o que à Princesa vem.

A Princesa Adormecida,
Se espera, dormindo espera.
Sonha em morte a sua vida,
E orna-lhe a fronte esquecida,
Verde, uma grinalda de hera.

Longe o Infante, esforçado,
Sem saber que intuito tem,
Rompe o caminho fadado.
Ele dela é ignorado.
Ela para ele é ninguém.

Mas cada um cumpre o Destino —
Ela dormindo encantada,
Ele buscando-a sem tino
Pelo processo divino
Que faz existir a estrada.

E, se bem que seja obscuro
Tudo pela estrada fora,
E falso, ele vem seguro,
E, vencendo estrada e muro,
Chega onde em sono ela mora.
E, inda tonto do que houvera,
A cabeça, em maresia,
Ergue a mão, e encontra hera,
E vê que ele mesmo era
A Princesa que dormia.

(PESSOA, 1969).

Esse capítulo da Tese teve como função trazer para a questão da autoria nos processos de atribuição de sentido as (in)conclusões dessa pesquisa, que equivalem a possíveis implicações epistemológicas e educacionais, uma vez que se escolha a abordagem Contemporânea-Subjetiva enquanto princípio estruturante para os objetos e vivências da Educação. Nesse sentido, Eros e Psique é um poema de Fernando Pessoa que abre metaforicamente esse capítulo porque narra um tipo de relação que se assemelha à relação que o sujeito estabelece com seu objeto, ao deslocar-se do modo Moderno epistêmico para uma perspectiva Contemporânea subjetiva de atribuição de sentido. O poema narra a saga de um Infante que enfrenta e rompe caminhos fadados em busca de sua Princesa Adormecida, assim como o Sujeito Epistêmico que em sua busca por uma verdade absoluta e dicotomizada, cumpre sem tino próprio, o destino que lhe foi reservado pelo método da Ciência Moderna.

Todavia, o Infante-Sujeito, ao vencer muros epistêmicos, após percorrer a obscuridade da estrada existencial – há sombras do objeto que não se pode captar totalmente – seguro a um método que é alheio ao seu próprio intuito, esse sujeito enunciativo é radicalmente surpreendido: ao levantar a Hera-Episteme-Moderna vê perplexo a si mesmo, adormecido, encastelado numa masmorra conceitual. Para mim, a Princesa Adormecida representa a face obliterado do Sujeito Subjetivo que, num funcionamento Contemporâneo, precisa construir modos de produção de sentido que levem em conta sua real condição psíquica para solucionar problemas inerentes à sua condição social, incluindo, aqui, as questões educacionais.

Ao perceber que toda busca por algo aparentemente externo como o desejo por um objeto termina por revelar a si mesmo, o sujeito do conhecimento, compreende que sua relação com seus objetos parteja uma autoria subjetiva, gera, portanto, um sentido que tem um **efeito especular**. Espelho ou espéculo vem da palavra latina *especulum*[41] que nomina uma superfície capaz de refletir raios luminosos em uma direção específica, formando uma imagem virtual do objeto como prolongamento dos raios luminosos refletidos. A reflexão, na perspectiva da Ciência Física, consiste

[41] Pesquisa etimológica colhida através do *site* Origem da Palavra. Disponível: <http://origemdapalavra.com.br/palavras/espelho/>. Acesso em: 15 ago. 2018.

na mudança da direção e da propagação da energia luminosa; trata-se do retorno dos raios incidentes em um objeto, em direção à região de onde são oriundos, após entrar em contato com uma superfície refletora.

De forma parecida, ao nos debruçarmos psiquicamente sobre um objeto de conhecimento, não enxergamos o objeto, em si, mas uma imagem virtual desse objeto. Um *virtuos* é uma potência do objeto, é uma latência propositiva que possibilita a atualização de diversas formas de atribuição de sentido. Ao mesmo tempo, ao direcionarmos energia intelectual, incidindo nosso interesse sobre um objeto, ocorre um retorno em direção ao sujeito pesquisador porque esse movimento reflete o modo singular como o sujeito vê seu objeto. Na perspectiva ótica desse fenômeno físico, a imagem produzida sobre o objeto é um prolongamento dos raios refletidos que parece ser formada na superfície do espelho, mas que, de fato, ocorre atrás da superfície, na parte interna do plano especular, o que aponta, metaforicamente, no campo da pesquisa, para uma construção sobre algo externo que se dá (in)ternamente, numa condição (in)fra.

Em outras palavras, o saber, o conhecimento e, de modo geral, os processos de atribuição de sentido, numa perspectiva autoral subjetiva, apontam para uma construção especular de sentido, para um autoconhecimento. Aponta para o modo como um objeto é construído por um sujeito que enforma seu objeto enquanto prolongamento do modo perceptivo de sua condição psíquica, enquanto sujeito simbólico, singular e histórico que projeta um conhecimento recursivo, cujo prolongamento produz um efeito contínuo, onde tudo é interno, ao modo da Fita de Moebius. É por isso que em sua jornada existencial ou, dizendo melhor, **jornada ontológica**, ao remover a hera ou os bloqueios ideológicos de epistemologias generalizantes, o sujeito do conhecimento vai descobrir a si mesmo, ver-se refletido no modo como atribui sentido, revelando mais que um objeto de conhecimento, revelando seu discurso, seu funcionamento, seu modo de criar laço com a Realidade.

5.1 Deixar o caminho errado por o que à princesa vem: crise epistemológica da Pesquisa em Educação e da Educação

Bogdan e Biklen (1994) narram a saga ideológica para transformar a Pesquisa Social em Ciência Social e, por conseguinte, a Pedagogia em Ciência da Educação, a partir do final do século XIX e ao longo do século XX, na tentativa de buscar soluções para os problemas sociais. Ao encorajar as mudanças em sociedade a partir de pesquisas dessa natureza, buscou-se aplicar o Método Científico aos estudos de problemas sociais como os processos de urbanização, as condições de vida dos pobres, os impactos trazidos pela imigração em massa em determinados contextos, por questões bélicas, políticas e econômicas, investigando problemas de saúde pública, propondo bem-estar social e tentando solucionar problemas sociais na Educação fundamentando-se nos princípios epistemológicos quantitativos.

Segundo esses autores, como forma de desenvolver uma escrita social supostamente científica, afastando essas pesquisas dos princípios filosóficos e literários, buscava-se produzir um conhecimento social organizado e sistematizado, e, para tanto, recomendava-se documentar quantitativamente os fenômenos sociais, com exaustivas descrições, com o máximo de detalhamento, numa perspectiva explicitamente acumulativa, priorizando as informações que pudessem ser tratadas estatisticamente. Tal método, aplicado às pesquisas sociais, ainda orientava produzir escritos que fossem desapaixonados, ou seja, assépticos, aparentemente sem indícios de valoração, nos quais os textos estivessem sempre acompanhados e fundamentados por informações científicas, portanto, quantificáveis, chamadas de dados (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nessa abordagem, a Pedagogia, enquanto um dos campos de expressão social, em sua versão científica, aposta, para dar conta das questões sociais da escola, numa Educação quantitativa, mensurável, predita, empírica e experimental, desconsiderando as informações como histórias de vida, registros em diários de campo, documentos pessoais, etc., já que, informações dessa natureza não poderiam ser tratadas estatisticamente, não possibilitando gerar padronizações universalmente aplicáveis. Desse modo, o contexto social e suas relações eram considerados, nessa perspectiva moderna, menos relevantes para a compreensão

da coisa social e, por extensão, da coisa educacional, não contribuindo significativamente para solução de seus entraves devido à natureza complexa, variável e subjetiva das informações advindas de tais contextos e relações.

No entanto, ao construir uma abordagem qualitativa como forma de criar uma versão científica que desse conta das especificidades e dinamismos próprios aos objetos sociais, produziu-se algo inverso, ficando mais evidente que os princípios acumulativos de simplificação, mensuração e generalização que fundaram o modo da Ciência Moderna, apesar de terem conseguido desenvolver, com certa eficácia, os objetos da Matemática, da Física, da Química e da Biologia, não possibilitaram, com a mesma eficiência, a criação de sistemas racionais que resolvessem satisfatoriamente os problemas sociais, incluindo os educacionais, a partir de um modelo econômico de produção de conhecimento.

As contribuições do Método da Antropologia e a perspectiva da Escola de Sociologia de Chicago, no processo de qualificação das pesquisas da Sociologia e da Sociologia da Educação, introduziram os princípios de relatividade e de diversidade, a partir de teorias como a Antropologia Interpretativa e o Relativismo Cultural, inserindo, por exemplo, nas pesquisas educacionais, técnicas de trabalho de campo e descrições detalhadas de experiências e contextos cambiantes originários do método etnográfico, para, por exemplo, estudar os processos de socialização dos alunos (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Esse tipo de adaptação, ainda com um caráter mais metodológico, foi muito importante para a construção de uma versão qualitativa dos objetos dos campos sociais, abrindo brechas para os fundamentos epistemológicos das pesquisas sociais serem repensados, de forma mais radical, em nível de método de pesquisa.

Esse entendimento qualitativo das questões sociais fundamentou-se na importância de uma aproximação com o objeto por meio do convívio direto com os sujeitos da pesquisa em seu contexto social, defendendo a busca por informantes que pudessem fornecer informações importantes sobre os sujeitos da pesquisa ao pesquisador, levando em conta o relativismo cultural para não enviesar seu entendimento sobre certo contexto social por conta das diferenças culturais e sociais existentes entre o sujeito pesquisador e os sujeitos pesquisados. A noção qualitativa

de um objeto, ao longo de sua trajetória histórica, no século XX, terminou por valorizar, sobretudo, a importância em aprender como os sujeitos da pesquisa atribuem sentido ao seu próprio contexto e cultura para, a partir dessas informações, poder-se propor soluções transformadoras para esses espaços sociais.

Diante da crença de que os sujeitos sociais são mais que uma massa humana numericamente calculável, a abordagem qualitativa de produção de sentido, na coisa educacional, começa a ser legitimada a partir de princípios e práticas de pesquisa que revelam a reintrodução do sujeito nos processos de produção de conhecimento. Assim, a abordagem qualitativa inaugura, para a coisa social, a noção de que fontes como relatos de história de vida, cartas, entrevistas, ilustrações, fotografias, diários, cartas e documentos pessoais são relevantes para compreender um fenômeno social. O entendimento de que registros desse tipo **mostram** o modo como o sujeito atribui sentido à sua condição social e, ao mesmo tempo, evidenciam que os sujeitos podem criar sentido e resolver suas questões fora dos contextos intelectuais, autorizou o conhecimento, nas pesquisas, a partir de outros modos de atribuir sentido, além dos filosóficos e científicos.

O contato com os sujeitos sociais investigados a partir de observação ou observação participante, entrevistas em profundidade, um convívio íntimo com os sujeitos da pesquisa, em seus específicos contextos familiares, de trabalho, de religiosidade, de entretenimento, a realização de pesquisas em contexto nos quais o sujeito pesquisador está diretamente implicado, assim como descrições detalhadas sobre as condições de vida dos sujeitos da pesquisa, a partir de fontes como registros públicos e privados, além da coleta de informações a partir de variados autores sociais como assistentes sociais, líderes comunitários, consultores jornalistas e a partir dos próprios sujeitos da pesquisa, foram regras e práticas discursivas que possibilitaram um entendimento epistemológico diferente da lógica quantitativa, inaugurando um rigor outro para as pesquisas sociais. Em síntese, nessa abordagem, conhecer passou a significar/qualificar, ou seja, o sentido do objeto passou a estar sediado nas relações que os sujeitos constroem ao redor do mesmo. Desse modo, pesquisa é, sobretudo, a arte de fazer relações de sentidos.

Trata-se de uma noção **não disciplinar** e **dialógica** dos objetos sociais que estabelece uma relação entre contexto social comum e biografias, atribuindo, desse modo, um sentido complexo, relativo e singular para a coisa social e educacional. Apesar de, ideologicamente, terem sido utilizadas como forma de adequar os objetos sociais ao método científico, princípios epistemológicos como esses, que legitimaram o modo qualitativo de pesquisa, terminaram por evidenciar o dinamismo relativo e singularizado que caracteriza os arranjos sociais humanos. Aspectos da realidade difíceis de serem mensurados, controlados, previstos e modelados por qualquer tipo de patrimônio simbólico e, muito menos, por um tipo de racionalidade que não foi criada para dar conta de objetos de natureza humana e que, em seus princípios epistemológicos, não leva em conta a condição de relatividade, incerteza, incompletude, diferença, pluralidade, diversidade e flutuações dos sujeitos sociais e seus diversos contextos.

O sujeito da Educação, assim como o sujeito Social, é também, na perspectiva dessa pesquisa, sujeito simbólico, psíquico, inconsciente que nunca conseguiu adequar-se ao modo econômico de produção de sentido, apesar de todo esforço ideológico em transformar esse sujeito no sujeito epistêmico da Ciência Moderna, ao longo da história epistemológica hegemônica desses campos de produção de sentido. Bogdan e Biklen (1994), ao analisarem o percurso histórico da investigação qualitativa nos campos da Sociologia e da Sociologia da Educação, nos Estados Unidos da América e na Europa, mostram, ao meu ver, que quanto maior esforço se fez para cientificizar o modo de produção de sentido, na coisa social, na tentativa de adaptar os objetos sociais à lógica clássica científica, menos científicos foram os resultados e as soluções escolhidas, em termos de método, de técnica, de coleta e análise das informações geradas por pesquisas dessa natureza.

O modo qualitativo de produção de sentido aponta para o papel da subjetividade nas pesquisas, como elemento constituinte e dinamizador do *socius*. É por isso que Lima Jr. (2015) propõe uma Educação como não Ciência, ou seja, propõe que a Educação, enquanto campo de produção social de sentido, assuma um caráter epistemológico Contemporâneo, Não Moderno, pensando em estruturas que possibilitem a seus sujeitos viver processos formativos alternativos, proposicionais, transitórios, dinâmicos, relativos e assumidamente subjetivos. O autor entende que o

sujeito da Educação é o sujeito subjetivo e não o sujeito epistêmico proposto pela Ciência Moderna e, por isso, a Educação, enquanto patrimônio simbólico vivido, em seu contexto social real, possui um funcionamento mais próximo do Mito que da epistemologia científica clássica.

O Mito, como patrimônio simbólico, enquanto modo de produção de sentido, ao contrário da Ciência Moderna, assume sua condição dinâmica e resvalante de linguagem, sem a pretensão de definir, explicar plenamente, cobrir e esgotar seus objetos. A partir do mitante, possibilita que o sujeito estabeleça uma relação própria, e ao mesmo tempo aberta, com a experiência mítica, de modo que a relação sujeito-objeto míticos seja única para cada sujeito (CASSIRER, 1992). Do mesmo modo, o significante do sujeito possibilita que os diferentes sujeitos atribuam sentidos próprios ao mesmo significante (LACAN, 1998), gerando uma relação autoral, nos processos de produção de sentido, na Educação e em suas pesquisas.

Na versão fundamentada pelos princípios da Ciência Moderna, a partir de sua epistemologia e específica forma de lidar com seus objetos, buscou-se produzir um conhecimento escolar absolutamente objetivo e puramente abstrato, ou seja, obliteraram-se os indícios de subjetividade, desconsiderando a realidade psíquica dos sujeitos da Educação; buscou-se produzir um conhecimento ideal, ou seja, um conhecimento conceitual, simbolicamente simétrico ao objeto, universalmente aplicável, que produzisse um único sentido, sem pluralidade, sem diversidade, cuja autoria estaria suturada a um método econômico e acumulativo. Esse método desconsidera as qualidades intrínsecas do objeto que não sejam mensuráveis, simplifica o objeto, se fixando, sobretudo, nos aspectos que se repetem quantitativamente, sem variações, sem contradições, sem historicidade, sem resvalamentos, sem singularidade.

Desse modo, a crise da Ciência Social deve-se à redução ideológica e política de toda epistemologia humana à epistemologia do saber científico que não conseguiu produzir um modelo social universal estável, gerando uma hiância entre os problemas sociais e suas pesquisas. Esse descompasso epistemológico questiona a legitimação e a eficácia desse tipo de discurso, mostrando a inadequação do modo moderno de produção de conhecimento para tratar do funcionamento de um objeto

dinâmico e mutável como o sujeito social, que, para Foucault, escapa à pretensão do saber Filosófico. Assim, a Autoria e a Educação saem do círculo de exclusividade do conhecimento científico e filosófico, também gerando versões de seus objetos a partir de outros modos de atribuição de sentido, a partir das subjetividades.

Ao longo da Tese, busquei ampliar a discussão teórica sobre autoria, a partir da crítica que Foucault fez à autoria em sua versão moderna, estabelecendo uma relação entre autoria e subjetividade, nos processos de produção de conhecimento e de atribuição de sentido, contribuindo, dessa maneira, com as reflexões críticas acerca do papel da subjetividade em processos dessa natureza. Para tanto, mostrei a relação epistemológica que existe entre a autoria e os processos de produção de conhecimento e geração de sentido, que em sua função-moderna associou-se ao sujeito epistêmico, enquanto sua versão contemporânea, proposta por essa Tese, a partir de uma releitura de Foucault, fez emergir o sujeito e seus processos de subjetivação. Na próxima seção serão discutidas, mais especificamente, algumas implicações, indicadores ou (in)conclusões da escolha do modo Contemporâneo para promover uma autoria subjetiva para a coisa educacional e suas pesquisas, pois, por estas vias, a Educação, quando acontece, é um efeito estético, como um processo criativo do saber e do desejo do sujeito.

Entendo que a Educação não é mero efeito de uma elaboração lógico-formal, mas a forma como cada sujeito entra na coisa educacional a partir de sua autoria. Usando um termo Maffesoliano, trata-se de como os sujeitos da Pesquisa em Educação e da Educação constroem um nome próprio nesse Altar Social, ou como funcionam nesse saber; trata-se de analisar de que maneira e segundo quais regras os sujeitos formam sentido para a coisa educacional, ou ainda, como podem construir uma autoria, nos processos educacionais, a partir de um discurso com caráter Contemporâneo-Subjetivo, tomando, portanto, a Educação como um significante e não como um conceito, o que a coloca aqui no mesmo estatuto do Mito.

5.2 E vê que ele mesmo era a princesa que dormia: autoria e subjetividade na Educação e na Pesquisa em Educação

Autoria é saber ser-estar que funda o tipo de relação infra que o sujeito terá com as estruturas externas, produzindo efeitos na coisa social e em suas variadas dimensões. Ao se analisar as condições de funcionamentos de práticas discursivas específicas, explicitando as regras sobre as quais sua autoria foi instaurada, enquanto funcionamento psíquico que gera certa forma de organização social de poder, é possível deslindar, por exemplo, como o sujeito instaura e organiza a realidade educacional a partir desse singular modo de ser, desvelando como pensa, organiza, sente e vive a expressão educacional da coisa social a qual está historicamente vinculado.

Em sua versão moderna, ela está associada ao discurso da Ciência Moderna, fundamentada pelos princípios econômico, quantitativo, acumulativo, lógico-abstrato, racional, absoluto, generalista, pensando o sujeito epistêmico como um ser puramente abstrato, deslocado do seu valor fálico, plenificado pelo método científico, busca produzir um conhecimento como unidade de escrita, enquanto conceito, na perspectiva de verdade universal, sentido centrado no objeto; crê na capacidade da linguagem de produzir uma versão simbólica simétrica ao objeto, ou seja, seu método pretende acessar a verdade do objeto, cobrindo a realidade a partir de um pensamento racional, promovendo uma escrita que faz o sujeito desaparecer desvanecido.

Em sua versão subjetiva, a autoria está associada ao discurso Contemporâneo[42], forjado pelos princípios qualitativo, relativo, local, contextual, dinâmico, dialógico, complexo, que pensa um sujeito que além de ser regido pela razão, pelo pensamento, em sua dimensão abstrata e lógica, também, e sobretudo, é regido pelo inconsciente, um sujeito barrado, movido pela falta, que goza de um corpo e que é um ser de linguagem, por isso não só produz conhecimento, mas antes de tudo produz sentido. Nessa abordagem, o sujeito é a sede do sentido e, para tanto,

[42] Discurso aqui, também, como a posição do sujeito (subjetiva) enquanto um “modo de gozo” e “um mais de gozar” diante do “outro” – sujeito, processo, instituição, coisa, etc., que estrutura um laço social, ou ainda as formas de laço social – diz Lacan (1998). A ser aprofundado em continidade a esta pesquisa.

gera uma diversidade de patrimônios simbólicos. O conhecimento e o sentido atribuído pelo sujeito produz uma verdade relativa, não acessando o objeto, em si, mas possibilitando que o sujeito crie uma subversão do objeto a partir do modo singular como articula seu significante, numa condição de linguagem resvalante.

Assim, o significado de um objeto não é dado, mas é construído pelo sujeito a partir do modo como se relaciona com seu objeto de conhecimento, o que equivale a dizer, que nessa forma de atribuir sentido, o sujeito precisa se autorizar de um modo próprio, para falar do seu objeto. Por isso, para que haja autoria nos processos de atribuição de sentido, incluindo os processos de produção de conhecimento, o sujeito precisa se implicar. Quando há uma transformação no modo de produzir sentido, não se muda apenas a forma como enformamos certo objeto, mas, sobretudo, ocorre um deslocamento do lugar do sujeito, nesse processo. Ser autor nas estruturas educacionais, segundo esta perspectiva de subversão, exige que o sujeito se implique politicamente a partir de seu primado subjetivo.

É por isso que a autoria numa perspectiva subjetiva muda o papel político do intelectual, relativizando o lugar do sujeito na ordem da produção de conhecimento e atribuição de sentido. Por essa via, Foucault (1984) analisa como o intelectual se desuniversalizou, tornando-se específico, mudando a forma como se implica politicamente, no contexto geral das sociedades ocidentais, após as mudanças civilizatórias ocorridas, no século passado. O intelectual universal vigorou, do século XIX ao início do século XX, como um escritor, consciente, universal e livre, uma versão teórico-prática individualizada, racional e sistematizada de expressões sociais coletivas como o Capital, o Estado e o Proletariado. Portador da justiça e do verdadeiro para todos, representava o intelectual político e jurista notável que lutava contra o despotismo e o abuso arrogante das classes dominantes, na busca por uma lei ideal de poder que universalizasse a justiça e promovesse equidade social, funcionando ideologicamente como porta-voz de verdades e valores que pudessem ser reconhecidos por todos, na crença de que era possível produzir uma identidade social geral.

Sobremodo, muda-se também o sentido de “autoria”, que deixa de ser um conceito, isto é, a verdade, para ser um dinamismo subjetivo e, portanto, um saber, uma

expressão de saber do sujeito, que tem efeitos transitórios quando se encarna institucionalmente, colocando em ato o poder, que também é dinâmico. Ambos, autoria e poder, são significantes e se dinamizam a partir da expressividade enunciativa de um sujeito qualquer, disto ao infinito. Aplicando-se este estatuto da autoria para a Educação, em específico, à Educação escolar, muda-se tudo!

Na medida em que o conhecimento científico com seu modo econômico de produção de sentido passou a organizar, ideológica e hegemonicamente, os arranjos sociais ocidentais e ocidentalizados, mostrando suas inconsistências e seus limites, nas lutas sociais cotidianas, esse ideal de intelectual que usa seu saber, sua verdade, seu conhecimento, suas habilidades e competências nas lutas políticas, também entra em crise, deixando de exercer esse papel ideológico universal, absoluto, pleno. Reduzido ao seu aspecto sociológico-profissional, o intelectual passa a ser visto enquanto peça de uma engrenagem econômica que faz parte dos aparelhos ideológicos, num modelo social fabril. Destituídos de seu caráter político e valorativo absoluto, os intelectuais passam a debruçar-se sobre problemas mais específicos, não universais, que dizem respeito a problemas concretos, mais imediatos das lutas cotidianas.

Esse novo contexto ideológico trouxe alguns obstáculos para a atuação política dos atuais intelectuais, a queda de sua versão universal pode limitar sua atuação política às lutas de conjuntura e reinvindicações setoriais, conseguindo apoio de um grupo reduzido, inibindo articulações com grupos externos o que termina por deixar o intelectual específico mais vulnerável às manipulações dos partidos políticos e de aparelhos sindicais que comandam a lutas sociais. Essas mudanças conjunturais dificultam seu processo de liderança e atuação nas mudanças estruturais mais abrangentes, na coisa social, por falta de uma estratégia mais geral que consiga vincular um número expressivo de categorias sociais a mesma bandeira política. Sobretudo em um contexto fortemente condicionado pela lógica quantitativa, sua natureza específica pode promover a pulverização de sua representatividade.

Entretanto, há uma outra saída política, uma outra reelaboração para o atual intelectual, que faz com que sua condição específica ganhe um sentido para além da redução de sua real ação política, assumindo uma dimensão tática, no cenário atual.

Um conjunto diverso de intelectuais ganha força política, após a Segunda Guerra Mundial, a partir de seu discurso singular e da relação direta e localizada que estabelece com uma sociedade regulada, institucionalmente, pelo saber científico. Para Foucault (1984), a ameaça atômica mostrou o lugar estratégico do intelectual específico, nesse cenário Pós-Moderno, à medida que seu conhecimento passou a significar um perigo político capaz de incidir sobre a vida e a morte, no planeta. O desaparecimento da marca sacralizante do intelectual universal, se por um lado reduz a abrangência política desse sujeito, na coisa social, por outro lado, o fato do processo de politização desse sujeito acontecer a partir da realidade de cada um, produzindo ligações transversais de saber, torna esse outro lugar de atuação política especialmente estratégico.

O autor escritor generalista sai de cena e dá lugar ao intelectual especializado que atua como extensão das estruturas técnico-científicas que organizam, institucionalmente, a vida social, seus recursos, ordenando seus estatutos convencionados de verdade. Professores, engenheiros, médicos, informatas, cada um do seu específico lugar social e, a partir do seu saber e conhecimento específico, pode construir intercâmbios, articulando, uns com os outros, um processo de politização a partir das relações de poder que suas especialidades exercem, nesse tipo de ordem social. Abandonando a nostalgia pelos antigos intelectuais universais, Foucault (1984) nos convida a analisar a crise das universidades e do ensino como multiplicação e reforço dos efeitos de poder desse novo lugar do sujeito, nos modos de produção de sentido, em uma sociedade profundamente impactada pelos processos de racionalização. Assim, a mudança social passa a ser entendida como efeito de uma subversão subjetiva.

O intelectual em sua versão específica torna-se significativamente importante porque a perspectiva Moderna, ao mesmo tempo em que tentou reduzir esses sujeitos a meras peças de uma engrenagem maior, na coisa social, terminou por torná-los os nós que fazem essa engrenagem funcionar, institucionalmente, o que confere a esses sujeitos uma função orgânica, na medida em que assumem responsabilidades políticas como professores, farmacêuticos, físicos atômicos, informatas, geneticistas, possuindo significativo poder de transformação. Não devemos restringir sua relação específica com um saber local como simples expressão de um conhecimento

profissional técnico, absolutamente desvinculados dos caminhos políticos comuns, como se suas ações e escolhas intelectuais não produzissem efeitos políticos, nem devemos rotulá-los ideologicamente, vinculando o intelectual específico aos interesses capitalistas, sem relativização do seu poder.

Sem dúvida essa vinculação existe, contudo, nem sempre há uma afinidade discursiva e ideológica entre esse intelectual e os modos dominantes de poder. Isso quer dizer que nem todo intelectual, ainda que seja um cientista, tem um funcionamento moderno. Ainda que os estatutos políticos hegemônicos e seus regimes ideológicos de verdade social estejam suturados ao discurso científico, essa vinculação não é absoluta. Em seu dinamismo coexistem várias formas de atribuir sentido e viver o social, e num mesmo contexto há diversas formas de manejar esses sentidos comuns. Paradoxalmente, a crise ideológica e epistemológica que se abateu sobre o intelectual universal pode promover emancipação já que a escolha civilizatória pela versão específica do intelectual terminou por abrir brechas para específicos funcionamentos discursivos, permitindo perceber sua condição relativa como uma condição estratégica.

A minha trajetória profissional traduz esse lugar do intelectual específico que está inserido profissionalmente em um contexto ideologicamente moderno, mas que milita pela defesa de um modo Contemporâneo de funcionamento. Sou bacharel em Desenho Industrial com habilitação em Programação Visual e atuo no núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial da Bahia (ITED SENAI BA), tanto minha profissão quanto a instituição onde trabalho estão historicamente vinculadas ao modo quantitativo de estabelecer relações e seus princípios. Desenho industrial ou *Design* Gráfico nasce do contexto industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), da mesma forma, tem compromisso com os setores do capitalismo industrial, entretanto, é possível estabelecer um outro tipo de relação, nesses contextos, a partir de expressões subjetivas diferentes.

Minha trajetória formativa, Mestrado e Doutorado, no Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC – UNEB) é um exemplo desse investimento em qualificar minha ação

profissional a partir de outro *modus operandi*, no intuito de entender a Educação numa outra perspectiva, na tentativa de fundamentar numa abordagem crítica os processos formativos aos quais estou vinculado, em meu exercício profissional, a partir de princípios não modernos, ainda que meu atual campo de atuação seja, institucionalmente, o da Educação Profissional e não o da Educação Crítica. Mas de onde posso contribuir para promover as mudanças qualitativas e críticas sociais que acredito se não for do meu lugar social real? Enquanto não há condição política de alterar estruturalmente os espaços sociais, podemos atuar do lugar que ocupamos, da função que exercemos, transformando o que for possível, em nossos contextos específicos.

Há um ano, o gestor do núcleo que trabalho reuniu a equipe para apresentar um projeto que teria como objetivo criar laboratórios para que os professores pudessem experimentar tecnologias como jogos digitais, processos de gamificação, realidade aumentada, impressoras 3D, diversos instrumentos e aplicativos digitais que pudessem ser articulados às suas práticas, numa proposição de melhoria didática de suas aulas. Nessa ocasião, eu chamei a atenção para a necessidade de se envolver os docentes da instituição no planejamento dessas atividades porque se os professores não produzissem sentido próprio, se não se implicassem, se não se apropriassem das tecnologias, das propostas didáticas e dos dispositivos não seria possível pensar em aplicações a partir de suas reais vivências, nas disciplinas que lideravam, na condição de sujeitos que precisavam ser diretamente envolvidos na experiência sob pena de fracasso do projeto.

A partir da minha experiência de mais de dez anos fazendo parte de projetos que envolviam Educação Profissional e Tecnologia eu já sabia que se os professores não vissem sentido real para essas tecnologias e seus instrumentos, o projeto fracassaria, independentemente das pressões externas dos diretores da instituição. Já havíamos passados por experiências anteriores que não avançaram porque os sujeitos não se viam refletidos no processo e boicotavam os projetos das diversas maneiras, nem sempre de forma declarada. Um ano depois, a coordenadora de Educação do núcleo, já consciente da ineficácia das ações que desconsideram os sujeitos educacionais envolvidos no contexto, foi convidada pela Direção do SENAI para fazer uma formação em gamificação para os professores. A coordenadora

aceitou liderar a formação sob a condição de que a proposta formativa não fosse imposta aos docentes para que eles pudessem aderir ou não de acordo com seus desejos.

Após negociações, a direção aceitou a condição e a formação foi feita, obtendo uma aparente adesão dos sujeitos professores, sem serem, ao menos nesse momento formativo, pressionados a *gamificar* suas aulas. Não sabemos ainda a repercussão real nas práticas desses professores, mas isso é algo que só será conhecido depois, ao longo do tempo, até porque se trata de uma dinâmica complexa de poder que possui múltiplas causalidades e múltiplas temporalidades. Trouxe, no entanto, essa ilustração para mostrar como uma perspectiva contemporânea que leva em conta o desejo do sujeito pode, a partir das brechas, realizar uma inscrição relativa, mesmo em um contexto que hegemonicamente funciona a partir de outro discurso. Existem fissuras instituintes que possibilitam atuação relativa, do específico lugar que se ocupa, mesmo em certas estruturas instituídas.

Essa vivência evidencia como diversos discursos que convivem em contextos comuns não são simétricos, mostração de como os intelectuais específicos podem autorizar-se, mesmo em estruturas que, em termos gerais, mas não absoluto, buscam a identidade e não a pluralidade, que apostam mais na tecnologia instrumental para transformar certo aspecto da coisa educacional, que no sujeito da Educação. Ainda assim, é possível estabelecer uma relação e promover transformações, até certo nível. Em outros termos, a condição intelectual, ainda que nos registros da Ciência, será sempre atravessada pela condição subjetiva do ser, podendo gerar uma versão que mudará a estrutura parcial ou radicalmente.

O deslocamento do intelectual universal para o específico deixa, ainda mais evidente, o caráter singular como elemento dinamizador dos processos de atribuição de sentido e, por efeito, pode promover a atuação política de um intelectual que funcione mais como livre pensador e menos como a função-autor moderna, constituindo-se como potência transformadora dos modos de viver e organizar a expressão social, numa perspectiva não absoluta. Como diz Lima Jr. (2018a), o livre pensador é um tipo de intelectual específico que cria uma versão crítica do objeto sem se deixar amordaçar por regras, princípios e escolas de pensamento hermético,

articulando outras inteligibilidades para atribuir sentido a seus objetos e se autoriza a pensar ancorado nos patrimônios simbólicos, porém sem se deixar suturar pelos mesmos.

Ao associar a autoria a um tipo de discurso do sujeito, a um específico modo de produção de sentido, a questão epistemológica central que, de fato, está em jogo é saber o que, em termos gerais, transforma a realidade social, e num sentido estrito para essa pesquisa, a realidade educacional. Cada epistemologia ensaia sua resposta: para a Ciência Moderna é seu método quantitativo; para o Método Dialético Marxista, em sua versão econômica, é o modo de organização do trabalho e da produção de bens materiais a partir das relações de classe; para o Tecnicismo é a tecnologia; para a versão instrumental tecnicista, é o instrumento tecnológico; para essa pesquisa e seus autores da Linguagem, da Psicanálise e da Filosofia Crítica é o sujeito que se autoriza, ao modo próprio, em sua relação com as estruturas sociais, relativizando-as, podendo chegar ao ponto de subvertê-las.

Autoria subjetiva, nos processos de atribuição de sentido, nas pesquisas, numa específica forma de pensar, organizar, viver e ser a coisa educacional, autoria enquanto discurso é liame social, funcionamento, forma de ordenar a relação social do sujeito, regras que organizam um específico modo de produção, valorização, atribuição, apropriação e circulação de sentidos, singular modo de criação de ordem social para a Pesquisa em Educação e para a coisa Educacional. Seguindo a Psicanálise, a autoria tem origem, no gozo primordial do sujeito, que é a primeira forma como cada sujeito se inaugura psiquicamente, no seu inconsciente, estabelecendo com tudo mais um tipo de relação que terá como princípio estruturante essa primeira batida simbólica. Autoria subjetiva é, antes de tudo, parafraseando Lacan (1992), ato psíquico puro, sem palavras, ou seja, ato sem simbolização, ato expressivo que, num segundo momento, poderá assumir uma versão simbólica consciente, se exteriorizando a partir da linguagem, ou seja, da palavra falada e escrita, podendo ser racionalizado a partir de variados patrimônios simbólicos.

Esse ato inaugural do sujeito é o primeiro ato autoral que fundamenta o modo como cada sujeito cria sentido, gerando um tipo específico de relação que cada ser social

desenvolve com seus objetos. Certa vez havia criado um cartaz para divulgar o trabalho de um amigo que é cantor e compositor *rapper*. Um tempo depois, ao reencontrar um ex-colega de trabalho, ele me perguntou se eu havia feito a programação visual do cartaz que veiculava o evento musical do grupo Simples Rap'ortagem. Eu confirmei a autoria, perguntando, em seguida, como ele sabia que tinha sido eu o *designer* daquele cartaz já que a peça gráfica não estava assinada, ao que ele me respondeu estar a programação visual ao estilo de Leonardo Silveira. Isso é autoria enquanto estética própria de um sujeito, outro exemplo que mostra como os sujeitos sociais se autorizam para conceber seus objetos, articulando esses conhecimentos ou sentidos às suas específicas dinâmicas sociais de poder.

Autoria subjetiva, nos processos de produção de sentido, é também ato simbólico que só pode acontecer na condição de linguagem por constituir-se enquanto função discursiva que só pode ser exercida por uma específica condição simbólica de um sujeito social que mobiliza seu saber simbólico para poder dar conta, relativamente, de ser-estar em certo aspecto da Realidade. Foi por isso que Lacan (1998) disse que a verdade do sujeito é expressa por meio de sua fala e que não há outro modo da verdade do sujeito ser fundada, a não ser por sua condição de linguagem.

Nesse sentido, o significante (in)conclusões utilizado para nomear esse ato teórico possui dois sentidos importantes fundamentados pelos princípios epistemológicos dessa pesquisa: primeiro significa que essa construção teórica está (in)serida ou dentro de um específico registro simbólico, forjada por um tipo de lógica que a referencia, demarcando a relação que estabeleci como sujeito com meu objeto; e, num segundo sentido, esse significante reforça a crença de que, em nossa condição simbólica, não é possível acessar as características essenciais do objeto, sancionando definições sobre ele. Ou seja, toda conclusão é uma (in)conclusão.

Assim, o prefixo (in) indica que o que se conclui sobre a autoria nos processos de atribuição de sentido e produção de conhecimento leva em conta sua condição de incompletude simbólica. Condição que impossibilita criar definições conceituais herméticas que fechem a questão em torno desse objeto, assumindo que o que se diz, nessa pesquisa, sobre a autoria, não é um conhecimento sobre a autoria em si,

mas uma subversão enformada por uma singular condição humana de ser de linguagem/ser de sentido.

Se não há como cobrir simbolicamente o real, em si, da autoria, e muito menos esgotá-lo, falando tudo sobre a autoria, definindo-a, se a noção produzida sobre a autoria não é simétrica ao objeto, se não pode dizer, em absoluto, o que a autoria é, encerrando-a em um conceito, o sentido que se pode produzir sobre a autoria só poderá ser relativo. Relativo a um sujeito, em específico contexto histórico que só pode produzir efeitos relativos de verdade. Por isso, o conhecimento sobre a autoria é local e não universal, é relativo e não absoluto.

Ainda como efeito dessa crença, o prefixo (in) também indica, dialeticamente, que apesar de não ser possível concluir um objeto de pesquisa, é possível falar relativamente sobre ele, trazendo indicadores ou potencialidades, a partir de uma específica forma de significar esse objeto, aqui nominada de modo Contemporâneo de atribuição de sentido, sem a pretensão de plenitude. O que se diz sobre a autoria, nesse trabalho intelectual, está submetido às potências e aos limites do simbólico, está, portanto, (in), incluído, interno, dentro, contido nessa natureza de registro. Mais que conhecimento, crê-se produzir sentido para a coisa social-educacional que funciona como uma redução simbólica do objeto que pode dar conta relativamente das questões da Educação, sem cobri-las, esgotá-las ou defini-las. Não há como a linguagem gerar uma substância diferente de sua natureza. Parafraseando Lacan (1998), nenhuma verdade pode dizer plenamente a autoria da autoria, justamente por ser linguagem, nenhum patrimônio simbólico pode explicar a autoria de forma absoluta e definitiva.

É por isso que a autoria resvala, gerando diversidade e não identidade, promovendo pluralidade e não unidade nos modos de produção de conhecimento e atribuição de sentido. A autoria, em sua versão subjetiva, produz um conhecimento faltante por conta da sua natureza simbólica resvalante. Como a autoria de um sujeito barrado sua escritura produz uma escrita incompleta; um patrimônio simbólico resvalante, em sua condição porosa de linguagem, possibilita que outro sujeito possa se inscrever e outra epistemologia possa surgir. Já que não diz tudo, outro sujeito-patrimônio pode dizer algo a mais, ou diferente do que foi dito.

A autoria nos processos de produção de conhecimento e de atribuição de sentido ocorre nas fissuras, pois é nas brechas das estruturas, nos seus vazios, em seus resvalamentos que surgem os espaços com maior potencial criativo para que os sujeitos possam subjetivar ou atribuir um sentido próprio a seu modo de conhecer ou de significar. Sendo uma dinâmica enunciativa plural e criativa não há como produzir um modelo de autoria, prescrição que uma vez aplicada, seguida rigorosamente, passo a passo, garanta a experiência autoral.

Fundamentada pelos princípios da diferença e da pluralidade, a autoria subjetiva gera polissemia, ao enformar os objetos dos sujeitos, forjada pelo princípio de não identidade, de não unidade, gera o que Foucault (2009) nominou como escrita fundadora de discursividade. Trata-se do processo de teorização de um tipo de discurso aberto que possibilita a criação de infinitos discursos outros, que não são meras analogias ou transformações ulteriores do discurso original. Esses discursos fundadores possibilitam diferenças em relação a seus sentidos formalizados, textos, contextos e noções originais, mas, ao mesmo tempo, essas diferenças dizem respeito à sua referência de origem, necessitando de uma constante revisitação, chamada por Foucault (2009) de retorno a essas primeiras coordenadas, diferenças tão importantes que podem modificar, deslocar a acentuação ou o centro de gravidade teórica de seus textos referenciais.

Como fruto desse tipo de discursividade polissêmica, Foucault (2009) reconhece as teorias de Freud e de Marx. Desse modo, o reexame de Freud pode possibilitar modificação, não apenas do conhecimento que temos da história da Psicanálise, mas da própria Psicanálise, enquanto um retorno a Marx possui latência para modificar o Marxismo. Nesse mesmo sentido e direção, Lima Jr.[43], nos estudos avançados do Grupo de Pesquisa, analisando a perspectiva crítica, adotada pelos intelectuais da Educação, no Brasil, a partir da segunda metade do século XX, pontua alguns desdobramentos teóricos que a teoria de Marx sofreu, mostrando a natureza dinâmica de certos discursos em seu processo de geração de diferenças.

[43] Esse excerto sobre o discurso marxista foi felaborado a partir da fala de Lima Jr., realizada no grupo de pesquisa Humanità, em 04 de agosto de 2018.

Marx, sobretudo a partir de O Capital e do Manifesto Comunista, faz uma análise econômica do modo capitalista de produção, cria a Dialética como Método para pensar a coisa social e propõe uma teoria que organiza racionalmente a transformação social do Estado Capitalista para o Estado Comunista. Todavia, o que era a unidade problemática do contexto vivido por Marx, foi passando por especificações subjetivas e históricas de tal modo que possibilitou o surgimento de outras versões do pensamento marxista original.

Vygotsky, por exemplo, relacionou o método dialético ao processo cognitivo, objeto diferente dos interesses de pesquisa de Marx, Lênin estabeleceu relação entre o marxismo e o Estruturalismo, afirmando que a linguagem estrutura o social, Gramsci, por sua vez, valorizou o papel da cultura, ou seja, tornou dialética a relação infraestrutura-supraestrutura, relativizando essas dimensões do social, ao contrário de Marx, que defendia a noção de que as relações sociais eram geradas pelo processo de produção material de trabalho, dando uma ênfase determinista aos aspectos da infraestrutura. De outra maneira, autores como Foucault e Lacan deram ênfase ao papel dinamizador da subjetividade, na coisa social, ampliando a teoria social marxista, ao mostrar a relação dialética entre o social e o comunal (LIMA JR., 2018a).

Exceto, Lacan, que bebeu de Freud, todas essas autorias beberam da fonte Marxista, mas produziram diferenças que possibilitaram deslocamentos e demarcações que diferiram do discurso marxista original. Um reexame que possibilitou perceber que as relações sociais também ocorrem a partir de interesses que não são de classe e que possuem aspectos que o modo exclusivamente econômico materialista de produção e trabalho não consegue abordar, a exemplo dos processos simbólicos, culturais e subjetivos. Para Foucault (2009) esse princípio de diversidade equivale a um ferrolho que permite que a teoria original, a partir de sua estrutura porosa, possibilite a criação de novos sentidos, novas percepções. Ao mesmo tempo, essas diferentes ampliações teóricas só são possíveis porque ao retornar para textos com esse tipo de traço, retorna-se a uma textura assumidamente marcada pelo vazio, cujas lacunas estruturais possibilitam dizer algo diferente, gerando em seus espaçamentos outros modos de atribuir sentido a seus objetos.

No final das contas, pensar para a Educação e suas pesquisas em uma autoria plural fundadora de discursividade equivale a propor uma epistemologia com caráter discursivo não científico moderno, ou seja, é escolher um modo Contemporâneo de produzir sentido que funcione como fundamento para organizar as práticas e produzir uma Educação mais democrática e autoral. É por isso que autoria subjetiva, nos processos de produção de sentido é um ato criativo do sujeito. Desse modo, a produção de conhecimento ou a construção de uma noção sobre um objeto, só pode acontecer como autoria, ou seja, quando o sujeito se articula, na linguagem, ao modo próprio, para contribuir-construir-ampliar o conhecimento que se tem sobre um objeto, com certa originalidade.

Quando o sujeito fala do seu objeto a partir de sua verdade, imprime algo de si, articulando esse significante ao modo próprio, ainda que ancorado em um certo patrimônio simbólico. Essa âncora precisa possuir uma aproximação, uma topologia com o sujeito que atribui sentido para que haja uma apropriação teórica capaz de gerar ampliações teóricas e experimentações pragmáticas. A escrita é autoral, ou seja, é uma escritura, quando o sujeito deixa sua subjetividade emergir em seu processo de produção de sentido, em sua textualidade, a partir das relações específicas que consegue estabelecer, em torno do objeto, dos traços que consegue inscrever do seu modo particular de tecer o objeto. É justamente nas brechas que orbitam em torno do objeto, nesses lugares de imprecisão, onde o sujeito pode operar e inserir algo de seu, que surge a autoria na coisa social-educacional já posta, vivida e legitimada por outros sujeitos.

Autoria não só produz sentido enquanto conhecimento racional, mas também, e sobretudo, produz saber subjetivo, expressão do sujeito que não é exclusiva de nenhum patrimônio simbólico, seja científico ou não científico. Por isso, é possível produzir sentido social fora da pesquisa, mas produzir conhecimento ou noção, em torno de um objeto, só acontece a partir de processos sistematizados de atribuição de sentido, ou seja, a partir de pesquisas. Em seus diversos modos de existência a autoria tanto pode promover uma Educação epistêmica quanto subjetiva, mas para ser pesquisa, o que se diz sobre um objeto começa como saber, e após injeções simbólicas, precisa se transformar necessariamente em conhecimento ou noção.

Como disse Lima Jr. (2005), o processo de produção de conhecimento está assentado no processo de produção de sentido pelo sujeito.

Em outras palavras, pesquisa constitui-se enquanto um sentido intelectual complexo, uma forma exigente, coerente e consistente de estruturar simbolicamente um objeto, no qual o sujeito terá que se implicar, se colocar, se comprometer teoricamente. Do contrário, poderá ser produção de sentido, mas não será pesquisa. Será uma expressão autoral do saber de um sujeito, mas não será necessariamente autoria num processo de atribuição de sentido, enquanto noção epistemológica sistematizada, ou processo de geração de conhecimento. Entretanto, nesse processo de pesquisa o sujeito não conseguirá exercer uma autoria específica aos seus cânones, primados e exigências, se o sujeito já não estiver nessa condição de saber autoral. Assim, autoria subjetiva nos processos de conhecimento ou no modo Contemporâneo de atribuição de sentido, em torno de um determinado objeto, não equivale à produção espontânea de sentido, não se trata de fazer pesquisa sem regras, sem rigor, sem estrutura. Em suma, não significa fazer pesquisa de qualquer jeito.

Autoria nos processos de produção de conhecimento ocorre quando o sujeito se autoriza, com um mínimo de domínio simbólico sobre um objeto, criando uma versão própria do que se conhece e sabe em relação a certo objeto. É quando o sujeito entra na instância da linguagem com singularidade, fazendo uma versão própria, uma subversão do conhecimento sobre um (in)certo objeto, o que equivale a dar forma a um objeto a partir de sua estilística, de uma estética própria. O sujeito é autoral quando se manifesta na coisa social, na existência, na Educação, nas estruturas, de acordo com sua subjetividade, com sua verdade, com seu real psíquico, quando é fiel ao que ele é, enquanto ser, mas isso não significa entrar nessas estruturas de qualquer forma, nem de todas as formas, mas de forma singular. Não existe autonomia absoluta.

A subjetividade, de modo geral, fora dos circuitos especializados na questão, costuma ser entendida, como um contorno cuja imprecisão aponta para uma estrutura diáfana, enevoada, na qual cabe praticamente qualquer coisa, e que não há como analisar ou estabelecer uma noção em torno de processos com essa

natureza. Isso fica evidente em expressões que ouvimos no cotidiano como a seguinte “- Ah, isso é muito subjetivo e não tem como discutir”, como se só fosse possível pensar na exatidão, na generalidade e na unicidade. Mas diferente desse sentido, os processos de subjetivação possuem decerto uma imprecisão que se assemelha a não definição devido às suas múltiplas formas de existência, cujos contornos não são exclusivos de uma única modelagem, contudo trata-se de processos que possuem estruturas, regras, ordens, princípios próprios e singulares.

Nesse caso, imprecisão não equivale ao *non sense*, não significa a impossibilidade de se atribuir sentido socialmente válido. O real do objeto resvala, sendo possível simbolizar só uma parte da experiência que o sujeito vive com seu objeto, essa dimensão simbolizável, por sua vez, também resvala, produzindo um contorno simbólico relativo, que pode dizer algo relevante, subjetiva e socialmente, porém que não pode dizer tudo, definir, fechar a questão em torno do objeto. A diversidade das subjetividades assemelha-se às variações das células orgânicas que possuem contornos próprios que realizam trocas necessárias entre os meios internos e externos e que são estruturas que se especializam para exercer determinadas funções, no organismo, criando diferenças de funcionamento entre si e em relação a outros orgânulos.

Digamos que, para a Pesquisa, um modo Moderno de produção de conhecimento possui membranas mais duras, enquanto um modo Contemporâneo de atribuição de sentido possui membranas mais plásticas, assumindo o caráter plural dos modos de existência; já uma pesquisa com uma base teórica que reproduz lugares comuns, sem coesão, nem fundamentação, possui contornos, do ponto de vista epistemológico, inconsistentes, frágeis enquanto estrutura de um objeto. Todos esses modos diferentes de se expressar apontam para a subjetividade como modo de perceber a Realidade a partir dos princípios da singularidade/diferença e da pluralidade e não como algo que não pode ser intelectualmente elaborado.

Autoria na pesquisa em Educação é ter autonomia relativa para poder usar, recriar ou substituir o conhecimento já existente em torno de um objeto a partir de um saber ser nessa estrutura. Saber ser-estar na Pesquisa em Educação é uma verdade, verdade como causa movente do sujeito que gera os patrimônios simbólicos, que

cria variados modos de atribuir sentido. Autoria subjetiva é diversidade e não identidade. Desse modo, o sujeito se faz no limite onde a linguagem pode e onde não pode, a partir do avesso que a lógica comporta. É na cisão entre o poder ser e poder não ser que o sujeito se autoriza a falar sobre um objeto, com relativa originalidade. É o que faz um sujeito que vem de uma perspectiva instrumental de Educação conseguir se autorizar numa perspectiva crítica, ampliando seu repertório simbólico, estabelecendo outros nexos causais, relativizando a experiência educacional a partir de como os sujeitos se inscrevem, nos contextos específicos, aos quais estão implicados.

Mas não se trata, como alertou Foucault (2009), da idealização de um circuito discursivo sem regras, absolutamente livre, trata-se de modos de funcionamento que instauram, organizam e regulam o lugar do sujeito, em parte da realidade social. Nisso há uma ordem, uma estrutura, há contornos que podem ter pretensões rígidas, unitárias e absolutas ou dinâmicas, plurais e relativas. Pesquisa supõe o sujeito, autenticidade do sujeito, autoria do sujeito, o que implica necessariamente em ampliação teórica, que nada mais é quando o sujeito desconstrói o que está construído, em torno de um objeto, criando uma dimensão singular do mesmo, mas, ao mesmo tempo, estabelecendo diversas relações com outras versões subjetivadas desse mesmo objeto.

Falar de um objeto a partir de sua condição subjetiva não exime o sujeito do compromisso com a apropriação teórica já socializada, em torno desse objeto, já que é indispensável, para uma ampliação significativa do entendimento do objeto, para a construção de diferentes aspectos relacionais, que o sujeito conheça outras versões do objeto, estude sua historicidade. Essa apropriação funciona como munição simbólica que possibilita ao sujeito criar seu texto a partir de pretextos que trazem contribuições epistemológicas importantes e que contribuíram para compreensão do objeto, até aquele momento. Quanto mais aprofundamento teórico mais relações significativas o pesquisador conseguirá fazer, mais relações ele poderá criar entre as outras versões do objeto e a sua, porque uma teoria nada mais é que um modo intelectual de atribuir sentido a uma experiência vivencial, é como conseguimos representar simbolicamente, um aspecto da Realidade, para além do óbvio ou do já percebido.

Justamente por não ser simétrica à realidade do objeto é que precisamos relativizar o alcance das teorias, e constantemente atualizá-las de acordo com as especificidades de cada contexto sobre o qual se busca produzir sentido. Esse entendimento é o que legitima o caráter relativo dos modos de atribuição de sentido. Para poder falar da autoria, subjetivamente, eu precisei me apropriar do que outros autores versaram sobre esse objeto, atribuindo um sentido próprio a essas enunciações. A partir desse repertório, foi possível fazer minhas inferências, associações, estabelecer relações, contrapor perspectivas, me filiar a outras. É na tecitura desses enunciados que surgem novas e diferentes configurações, mas numa abordagem relativa, temporária e resvalante.

Para criar sua teoria estabelecendo uma específica relação entre a linguagem e o inconsciente, Lacan precisou se apropriar da construção teórica de Freud, Lévi-Strauss, Saussure, e Jakobson, devolvendo ao Estruturalismo algo diferente de suas teorias, mas que de forma recursiva, já estavam lá, possibilitando uma subversão. O Estruturalismo que não leva em conta o sujeito e o inconsciente foi reelaborado por Lacan de tal forma que produziu uma teoria capaz de deslocar a ênfase da estrutura para o sujeito. De instrumento da comunicação, a linguagem passou a ser, na releitura lacaniana, elemento de constituição do ser. Esses exemplos mostram que só há autoria quando o sujeito faz uma versão própria do objeto, entrando com originalidade relativa nessa instância simbólica, criando nexos próprios capazes de fazer o objeto avançar. Por isso, conhecimento só pode acontecer como autoria, autoria em termos de criação de conhecimento pelo sujeito, e não como simples reprodução do conhecimento socialmente instituído.

Evidente que nem toda autoria terá o mesmo índice de legitimação social, uma vez que existem inscrições que produzem mudanças mais amplas e outras promovem transformações mais locais, isso depende do contexto social, histórico e subjetivo, das dinâmicas de poder que envolvem essas autorias. Se essa autoria será legitimada socialmente ou contribuirá para a construção de um arranjo social mais autoritário e excludente ou mais libertário e democrático já é outra questão, e entrará nas dinâmicas de poder e não poder que singularizam as escolhas e funcionamentos sociais dos sujeitos que compõem uma sociedade.

Assim, um sujeito cujo funcionamento se aproxime da lógica científica poderá construir um nome se transitar por bases que operem nesse modo de atribuir sentido. Do mesmo jeito, os sujeitos que operam em registros não científicos, terão muita dificuldade em ser cientificamente autorais, caso possuam um funcionamento, místico ou artístico, por exemplo. Os sujeitos precisam buscar patrimônios simbólicos que possuam afinidade discursiva com seu modo subjetivo. Desse jeito, não existem combinações únicas, modelos universais e exclusividade ideológica em questões de autoria. Um sujeito instrumentalizado poderá ser autoral a partir de um registro que reflita e possibilite a expansão do seu funcionamento instrumental, que, por ser dinâmico, está sujeito a mudanças, no decorrer da sua trajetória existencial.

Em 2015, eu assumi a disciplina Construção de Recursos Didáticos Multimídias II, na Licenciatura em Educação Profissional, da Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC. Era uma disciplina que tinha como objetivo instrumentalizar didaticamente os alunos, que eram professores atuantes em cursos técnicos, para que eles pudessem ensinar seus conteúdos de forma mais atraente, apropriando-se das potencialidades sensoriais de alguns programas do campo do *Design* Gráfico. Um dos conteúdos propostos dessa disciplina era criar apresentações mais interativas e, para tanto, apresentei algumas técnicas de organização visual através de um *software* de animação de telas nominado Power Point, socialmente muito conhecido, em nosso contexto, porém não considerado uma plataforma profissional de animação.

Esse *software* não é usado para construir animações complexas no mundo gráfico profissional, entretanto, um dos alunos, professor de um curso de Logística, ao se apropriar das ferramentas desse programa, considerado pouco avançado pelo mercado especializado, desenvolveu uma sofisticada técnica de animação, capaz de simular movimentos, com certa precisão, das máquinas utilizadas, nos processos de acomodação e transporte de mercadorias, muito comuns nas práticas logísticas. Eis um exemplo de autoria instrumental.

O aluno fez uma apropriação que subverteu a proposta da disciplina, já que não pretendia formar profissionais de animação avançada, mas instrumentalizar

graficamente, de forma mediana, o trabalho do professor, em termos de informatização. Subverteu também a função social desse *software*, que normalmente não é utilizado para construir animações mais complexas, tudo isso para dar conta de uma necessidade real sua enquanto professor que não possuía conhecimentos complexos de informática gráfica, nem teria disponível, em sua escola, programas e plataformas gráficas especializadas de alto desempenho em animação gráfica.

Outro exemplo autoral foi vivenciado na disciplina Educação e Tecnologias Contemporâneas, um ano antes, em 2014, também no curso de Licenciatura, mas uma autoria com maior poiésis, cuja expressão mostrava mais a dimensão criativa formal que instrumental. A discussão, na disciplina, girava em torno das categorias Modernidade e Contemporaneidade e como exercício criativo, com a finalidade de estruturar a noção dos alunos em relação a essas categoriais teóricas, propus que criassem um poema que versasse como os alunos haviam entendido essas categorias intelectuais.

No dia da apresentação apenas um dos alunos conseguiu realizar a atividade proposta. Ele atuava como professor de Química e fez uma poesia ao estilo Cordel muito criativa e humorada, trazendo a compreensão dele a respeito das categorias acima citadas e suas características. Essa experiência mostrou como um sujeito pode se autorizar em diferentes patrimônios simbólicos, já que o aluno em questão lecionava conhecimentos científicos, mas nem por isso teve dificuldades em experimentar produzir sentido a partir de uma estrutura poética e regional da linguagem. Ao mesmo tempo, o caso evidenciou como é difícil para os sujeitos que não possuem um funcionamento poético estruturar o pensamento se autorizando nesse estilo de escrita.

Por isso, é necessário repensar as bases teóricas, práticas e pragmáticas da Pesquisa em Educação e da Educação para propor estruturas porosas que levem em conta os sujeitos envolvidos nos específicos contextos educacionais, possibilitando que esses sujeitos produzam um sentido próprio para que a Educação funcione de acordo com sua real necessidade, criando modos relativos de existir e não ordens ideais desarticuladas do funcionamento e do contexto dos sujeitos da

Educação. Mudando o discurso, muda o modo de produção de sentido, muda a relação que o sujeito da Educação estabelece com seus objetos e o papel desses sujeitos nos processos de geração de sentido e produção de conhecimento, assim, muda a expectativa que se tem com a própria pesquisa e com o conhecimento teórico, relativizando seu lugar social, mudando o entendimento acerca do poder do simbólico, na coisa social.

Diante dessas mudanças de funcionamento haverá, por efeito, uma transformação no tipo de intervenção e no modo como as soluções são pensadas na Educação. Adotar a autoria subjetiva na Educação e suas pesquisas é retirar a Educação do domínio epistemológico exclusivo da Ciência Moderna e seu modo de produzir conhecimento, valorizando a diversidade dos modos de produzir sentido para os objetos da Educação a partir de diferentes patrimônios simbólicos, tirando também a subjetividade do sentido epistemológico ortodoxo como algo que corrompe o conhecimento ou como sinônimo de senso comum, desconstruindo o entendimento dos processos de subjetivação do ser sócioeducacional enquanto algo que não possui regras para, enfim, demarcar a subjetividade como uma expressão do ser que dinamiza o conhecimento e possibilita sua ampliação.

Escolher a autoria subjetiva na Educação é também relativizar o papel da teoria em Educação, entendendo que uma teoria, em sua condição simbólica, não pode produzir um conhecimento simétrico ao real do objeto e por isso mesmo não pode garantir transformações previamente idealizadas, mas que nem por isso uma teoria está absolutamente desvinculada do real do objeto. Não podendo dizer tudo sobre o objeto, pode dizer algo que terá uma importância social relativa, trazendo soluções que não serão gerais, definidas e acabadas, mas específicas, abertas e temporárias, precisando de constantes atualizações. Dessa crença, decorre o entendimento de que uma teoria sobre um objeto não é menos verdadeira que uma prática em torno desse mesmo objeto, ela é uma versão simbólica reduzida, já que o real não pode ser todo simbolizado, mas nem por isso está desvinculada desse real, apenas não pode cobrí-lo plenamente, contudo, pode nominá-lo, analisá-lo e organizá-lo socialmente, de forma relativa.

Relativizar o real alcance de uma teoria, na coisa social, pressupõe relativizar o lugar do sujeito pesquisador, retirando-o do lugar de portador da verdade sobre o objeto, deslocando sua função-autor universal e absoluta para uma função-autor específica que ao invés de produzir unidade epistemológica poderá gerar e difundir pluralidade discursiva. Isto, entendendo que um processo de teorização leva em conta a articulação de diversos sentidos, de variados sujeitos que se debruçaram sobre um objeto, a partir de perspectivas específicas ao lugar de cada um, na coisa social, ao longo do tempo-espaço. Relativizar o papel do sujeito pesquisador implica deslocar os sujeitos pesquisados do lugar de objetos passivos e legitimá-los enquanto sujeitos da pesquisa, sobretudo quando a pesquisa estuda a relação que esses sujeitos estabelecem com a coisa educacional.

Não há como interferir realmente na relação que um sujeito possui com seu objeto, sem levar em conta o modo como ele cria laço com seu objeto no seu lugar social, sem considerar seu funcionamento psíquico, seus interesses ideológicos, suas necessidades, limites e potencialidades enquanto ser subjetivo, simbólico e social. É por isso que o autor da Educação não será o intelectual pesquisador, mas o sujeito da Educação que poderá, ao modo próprio, atribuir um sentido à proposta da pesquisa, à medida que criar sua versão subjetiva da coisa educacional. Para tanto, os sujeitos pesquisadores precisam levar em conta a razão de ser dos sujeitos pesquisados. Os sujeitos pesquisados precisam participar ativamente de toda proposta para a coisa educacional, implicando-se no processo, podendo validar ou não as soluções trazidas pela pesquisa, no momento em que se apropriarem dos seus indicadores, atualizando-os.

Assim, ao final de um processo de teorização, será possível analisar a noção, ao menos, dos seguintes sujeitos: o autor-pesquisador, os autores-pesquisadores que fundamentaram teoricamente a pesquisa e suas noções socialmente legitimadas, os autores-pesquisadores vinculados ao grupo de pesquisa do autor-escritor, os autores que são objetos da pesquisa, as noções socialmente legitimadas no contexto cotidiano do autor-pesquisador, em sua condição teórica, todas essas noções são necessariamente atravessadas pela subversão do autor-pesquisador. Por fim, há uma nação que deslizará das impressões do autor-pesquisador, são as noções dos autores-leitores que se apropriarão do texto, atribuindo ao objeto seus

próprios sentidos. Dessa forma, todos esses sujeitos abordam o objeto sob perspectivas específicas e por isso só podem dar conta relativamente dele.

Funcionar contemporaneamente na Pesquisa em Educação é entender que é possível propor soluções educacionais, mas que sua atualização não se dará sem que os sujeitos envolvidos criem uma subversão das mesmas, o que equivale a dizer que não existe, para a Educação, um modelo universal, racional e puramente simbólico que possibilite aos intelectuais prever todas as transformações do objeto, garantindo eficácia e plena adesão. Levar em conta o contexto social, cultural e subjetivo dos sujeitos da Educação é entender que ideologias, métodos, técnicas e instrumentos podem condicionar, mas não determinam os sujeitos já que as transformações acontecem antes de tudo nas microdinâmicas do ser.

Dessa forma, as teorias educacionais precisam ser constantemente atualizadas, subjetivadas, contextualizadas e adaptadas, não existindo uma teoria educacional absoluta capaz de promover soluções generalistas por causa das múltiplas vivências em torno das questões da Educação e de suas pesquisas. Se o sujeito da Educação, por via de um ato de vinculação, deslocar sua autoria do discurso Moderno para o discurso Contemporâneo, a relação que estabelecerá com os objetos educacionais passará por transformações qualitativas, mudando a forma como esses objetos serão concebidos, repensando suas bases teóricas e o modo como organiza suas práticas pedagógicas e pragmáticas.

Autoria Contemporânea, nos processos de atribuição de sentido, incluindo os modos de produção de conhecimento, implica em ver o currículo, a formação do professor, a didática, a tecnologia educacional, a gestão escolar, a coordenação pedagógica, os processos de ensino e aprendizagem, os modos de avaliação, os objetos da Educação, de modo geral, sob o princípio fundante da subjetividade. O principal desafio é romper com os condicionamentos ideológicos e conceituais da episteme Moderna, que recalcou os indícios de subjetividade nos processos de atribuição de sentido, e passar a pensar e viver, institucionalmente, a Educação de modo a criar contornos que deem conta das necessidades comuns e, ao mesmo tempo, acolham os processos de subjetivação.

Importa, nesse sentido e direção, perceber os espaços onde as fissuras simbólicas são mais evidentes, estudando os processos de subjetivação que emergem neles para inspirar as dinâmicas formativas educacionais e pensar em soluções educacionais locais que demandem constantes adaptações a seu contexto histórico e subjetivo, estimulando apropriação teórica coerente e consistente para produzir conhecimento autoral e não apenas para reproduzir o conhecimento socialmente legitimado. Criar, dessa maneira, dinâmicas formativas que estimulem os sujeitos a se apropriarem do conhecimento histórico, em torno de um objeto, e ao mesmo tempo possam recontá-lo, estabelecendo uma relação de proximidade a ponto de se verem refletidos no processo formativo.

Em síntese, autoria subjetiva, nos processos de produção de conhecimento e geração de sentido, na Pesquisa em Educação e na Educação, é funcionamento psíquico que gera certa forma de organização social de poder, está associada ao discurso Contemporâneo, promove implicação política a partir do primado subjetivo do ser e de uma atuação intelectual específica sobre problemas locais, questões concretas das lutas cotidianas, redimensionando o processo de politização a partir das relações de poder que as especialidades dos intelectuais exercem, em nossa ordem social institucional, funcionando estrategicamente como extensões dessas estruturas técnico-científicas, enquanto nós que fazem essa engrenagem funcionar, em termos políticos, produzindo, na macroestrutura, ligações transversais de saber.

Autoria subjetiva, na Pesquisa em Educação e na Educação, investe na legitimação de um intelectual que funcione como livre pensador, um tipo de intelectual específico que cria uma versão crítica do objeto sem se deixar amordaçar por regras instituídas, articulando diversas inteligibilidades, sem se deixar suturar pelos métodos e patrimônios simbólicos socialmente hegemônicos; aposta que a transformação da realidade social e educacional está no sujeito, cujo primeiro ato autoral tem origem em seu gozo primordial, enquanto ato puro, sem palavras, vivido no inconsciente, para em um segundo momento, assumir uma expressão consciente, exteriorizada como ato simbólico, a partir da linguagem.

Autoria subjetiva, nos processos de geração de noção ou conhecimento, enquanto ato simbólico que só pode acontecer na condição de linguagem incompleta, reforça

a crença de que não é possível acessar as características essenciais dos objetos de conhecimento, definindo-os, mas é possível construir uma noção relativa sobre os mesmos, relativa a um sujeito e seu contexto histórico. Assim a autoria resvala, gerando diversidade e não identidade, pluralidade e não unidade nos modos de atribuição de sentido, gera polissemia porque está associada a um tipo de discurso capaz de criar outros discursos, que, mais que fundar analogias ou transformações ulteriores, fundam diferenças discursivas.

Autoria subjetiva, nos processos de atribuição de sentido, não é mera reprodução de conhecimento, mas é ato criativo que ocorre nas brechas, nas fissuras, nos vazios que estão em torno do objeto, possibilitando que o sujeito imprima algo de si. Começa como saber e se transforma em conhecimento ou noção, capaz de ampliar o objeto teoricamente. Tem como efeitos epistemológicos a relativização do alcance social da teoria e do lugar social do pesquisador, na coisa educacional, sem a pretensão de criar um modelo universal prescritivo sobre a autoria, ou qualquer objeto, mas propondo soluções que sejam constantemente atualizadas, contextualizadas e adaptadas, a partir da razão de ser e da qualidade contextual dos sujeitos da Educação, criando, por conseguinte, experiências que promovam e aproveitem as potencialidades dos processos de subjetivação desses sujeitos sociais.

Após fazer uma contribuição teórico-crítica à noção de autoria, a partir do pensamento de Foucault sobre autoria e poder, estabelecendo uma relação discursiva entre autoria e subjetividade, nos processos de produção de conhecimento e de geração de sentido; após realizar uma discussão epistemológica para repensar os atuais fundamentos hegemônicos, no estatuto de produção de conhecimento, mostrando como a autoria moderna se relaciona epistemologicamente com o modo da Ciência Moderna de produzir conhecimento; após analisar como a autoria subjetiva está associada ao modo Contemporâneo de atribuir sentido, evidenciando como os processos de subjetivação dinamizam os processos de produção de conhecimento e geração de sentido, e por fim, após analisar possíveis implicações da autoria subjetiva na Educação e na Pesquisa em Educação, chegou o momento de pausa dessa subversão resvalante.

Esse capítulo da Tese é o ato teórico que antecede o momento de morte, de ausência, de silenciamento da pesquisa, que em sua condição simbólica também desaparecerá no seu circuito enunciativo, abrindo brechas, fissuras, vazios para que outros sujeitos façam suas próprias inscrições, criem suas próprias subversões, atribuam seus próprios sentidos. Diante de uma incompletude já bastante assumida, no decorrer de toda escritura, depois de um exercício implicado de autoria enquanto impressão, inscrição, voz, enunciação, desapareço para que a face enigma da Tese possa emergir. Face que não cessa de não se inscrever, fenda que possibilita que outros sujeitos também se autorizem a dizer algo sobre a autoria, ampliando a questão. Parafraseando o poeta, cantor e musicista Oswaldo Montenegro (2004), metade de mim já gritou, que a outra metade silencie. Sujeitos da autoria, as inscrições estão abertas. Para os que têm desejo: autorizem-se.

FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

BARTHES, R. A morte do autor. In: _____. **O rumor da língua.** Tradução Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Tradução Maria João Sara dos Santos e Telmo Mourinho Baptista**.** Portugal: Porto Editora, 1994.

CASELLI, F.R.B; LANG, C. E. **Diálogos de Lacan na reinvenção do inconsciente.** Psicologia em Estudo, Maringá, v. 20, n. 1 p.139-150, jan./mar. 2015.

CASSIRER, E. **Linguagem e Mito.** Tradução J. Guinsburg e Míriam Schnaiderman. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

DERRIDA, J. A Palavra Soprada. In: _____. **A Escritura e a Diferença**. Tradução Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

DESCARTES. R. **Discurso do método.** Tradução Maria Ermantina Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FEYERABEND, P. **Contra o método:** Tradução de Octanny S. da Mota e Leonidas Hegenberg. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto. Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. O que é um autor? In: _____. **Estética:** literatura e pintura, música e cinema. Organização Manoel Barros da Motta; Tradução Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2. ed. 2009. p. 264-298.

GATTI, B. A. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil.** Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

GIDDENS, A**. As consequências da modernidade.** Tradução Raul Fiker. 5. ed. São Paulo: Unesp, 1991.

HABERMAS. J. **Técnica e ciência como ideologia.** Tradução Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1968.

LACAN, J. **Escritos.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LACAN, J. O avesso da psicanálise. O Seminário. **Livro 17.** Tradução Ari Roitman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. Mais, ainda. O Seminário. **Livro 20.** Tradução M.D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LIMA, JR. **Diálogo de orientação:** sei que não vou por aí ou o método da pesquisa. 2018. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1lenrLYE4jk1__fFm3CBN96t9xu_nMkDq/view?usp=sharing>. Acesso em: 01 maio. 2018a.

_____. **Diálogo de orientação:** o grande rei ou autoria moderna. 2018. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1HSkzVT1jc_tKT3u_BG1GPb56jfyL-HmM/view?usp=sharing>. Acesso em: 29 maio. 2018b.

_____. **Diálogo de orientação:** sei que não vou por aí ou o método da pesquisa. 2017. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1tNxonsWWs4aAckxXYlQPIzdREnKz36WA/view?usp=sharing>. Acesso em: 20 ago. 2017.

_____. **Diálogo de orientação:** a relação entre autoria, poder e saber em suas microdinâmicas. 2016. Disponível: <https://drive.google.com/file/d/1mbUprcoiViyD8Q66YUsI4Y5RNXOCTngs/view?usp=sharing>. Acesso em: 22 maio. 2016.

_____. Educação e Contemporaneidade In: LIMA JR, Arnaud S. de; ANDRADE, Dídima M. M. (Orgs). **Educação e Contemporaneidade:** contextos e singularidades, vol.2. Curitiba, CRV: 2015.

_____. **Tecnologias Inteligentes e Educação**: currículo hipertextual. Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

LYOTARD, J. F. A condição pós-modema. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAFFESOLI, M**. O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Tradução Aluizio Ramos Trinta. Porto Alegre: Sulina, 2010.

_____. **Notas sobre a pós-modernidade:** o lugar faz o elo. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

MATTAR, J. Feliz Páscoa, Pierre Rivière: os múltiplos selves dos autores assassinos. In: [6] Congresso da AIL - Associação Internacional dos Lusitanistas, 6, 1999, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Geocities, 1999. p.1-17.

MONTENEGRO, O. Metade. In: Oswaldo Montenegro: 25 Anos: ao Vivo. Rio de Janeiro: Warner/Chappell Music, 2004. Faixa 7. 1. CD.

PESSOA, F. **Obra Poética.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1969.

RÉGIO, J. **Cântico Negro.** 1925. Disponível em: <http://www.citador.pt/poemas/cantico-negro-jose-regio>. Acesso em: 10 set. 2015.

SAINT-EXUPÉRY, A. **O Pequeno Príncipe.** Tradução Dom Marcos Barbosa. 52. ed. São Paulo: Editora Agir, 2015.

SANTANA, L. S. **A autoria no Youtube:** um processo formativo contemporâneo. Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas. 2014

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

TENTORI, N.; CANÉ, R. **Mitologia das flores.** Tradução Fabiano Calixto. São Paulo: V&R Editoras, 2014.